

FACULDADE LATINO-AMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

ANTONIA MENDES DE ARAUJO

MULHERES E A GESTÃO DEMOCRÁTICA DAS ÁGUAS: o caso da participação das mulheres no Comitê de Bacias Hidrográficas da Região Metropolitana de Fortaleza (CBH - RMF), Ceará, Brasil.

FORTALEZA
2023

Antonia Mendes de Araujo

MULHERES E A GESTÃO DEMOCRÁTICA DAS ÁGUAS: o caso da participação das mulheres no Comitê de Bacias Hidrográficas da Região Metropolitana de Fortaleza (CBH - RMF), Ceará, Brasil.

Dissertação apresentada ao curso Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais e Fundação Perseu Abramo, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas.

Orientadora: Profa. Dra. Juliana Lima Spínola.

Fortaleza
2023

Ficha Catalográfica

ARAUJO, Antonia Mendes de
MULHERES E A GESTÃO DEMOCRÁTICA DAS ÁGUAS: O caso da participação das mulheres no Comitê de Bacias Hidrográficas da Região Metropolitana de Fortaleza (CBH - RMF), Ceará, Brasil. Antonia Mendes de Araujo. Fortaleza: FLACSO/FPA, 2023.

Quantidade de folhas f.:124.

Dissertação (Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas), Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Fundação Perseu Abramo, Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas, 2023.

Orientador/a: Profa. Dra. Juliana Lima Spínola

Antonia Mendes de Araujo

MULHERES E A GESTÃO DEMOCRÁTICA DAS ÁGUAS: o caso da participação das mulheres no Comitê de Bacias Hidrográficas da Região Metropolitana de Fortaleza (CBH - RMF), Ceará, Brasil.

Dissertação apresentada ao curso Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas, Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Fundação Perseu Abramo, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas.

Aprovada em 07/07/2023

Profa. Dra. Juliana Lima Spínola
FLACSO Brasil/FPA

Profa. Dra. Karine Lopes Narahara –
University of North Texas

Profa. Dra. Fernanda Costa de Matos
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET/MG)

Profa. Dra. Sandra Helena Silva de Aquino.
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Profa. Dra. Irllys Alencar Firmo Barreira
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Ao meu pai, Francisco Rafael, pelo conhecimento e amor à terra; à minha mãe, Maria Mendes, por toda teimosia, sabedoria, paciência e cuidados dispensados e aos meus irmãos e irmãs, por se manterem firmes na vida.
Cá chegamos!

AGRADECIMENTOS

Ao programa de Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais - FLACSO.

À Fundação Perseu Abramo, pela iniciativa que me fez trilhar um caminho tão desejado e tão distante da realidade de pessoas iguais a mim.

Ao Partido dos Trabalhadores, que me proporcionou esta experiência de retomar os estudos.

À minha querida orientadora, Profa. Dra. Juliana Spínola, a quem atribuo grande parte da minha jornada científica, gratidão pela paciência.

À Profa. Dra. Karine L. Narahara, pela dedicação ao que faz e pela competência que nos serve de inspiração.

À Profa. Andrea Azevedo, em nome de quem agradeço todos os professores e todas as professoras do Curso de Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas.

Ao meu pai, Francisco Rafael e à minha mãe, Maria Mendes, meus primeiros professores e meu porto seguro.

Aos colegas do mestrado, sobretudo da turma de Salvador da FLACSO - Brasil, pelo companheirismo, apoio e dedicação. Sem vocês tudo seria mais difícil.

À Cláudia Valéria, Marcia Soares e Claudia Bezerra, em seus nomes agradeço a todas as mulheres e demais integrantes do Comitê de Bacias Hidrográficas da Região Metropolitana de Fortaleza.

Aos servidores da COGERH (Companhia de Gestão de Recursos Hídricos), em nome de Clara Sales, Clea Rocha, Patrícia Trajano, Maria José e Marcia Caldas.

Ao companheiro e grande amor da minha vida, Edecarlos Rulim, sem sua ajuda a caminhada seria mais pesada e a vida sem graça.

À minha irmã, Valdenia Araujo, com quem compartilho uma visão de outro mundo possível, desde a nossa infância.

Ao que há de mais lindo na minha vida: Lara Araujo, Benjamim Araujo e Leon de Araujo, obrigada por me deixarem ser mãe de vocês, nem sempre consigo, mas, eu tento todos os dias.

À querida companheira e grande profissional, Mayara Viana, obrigada por tudo!

Aos colegas/irmãos e militantes do Grupo de Valorização Negra do Cariri - GRUNEC.

Às companheiras queridas do Instituto Casa Lilás. Vocês são as mulheres da minha vida.

Ao amigo/irmão e colega de profissão Cícero Erivaldo.

Aos meus colegas que fazem o Grupo de Estudos Agrários e aos colegas do curso de Geografia da Universidade Regional do Cariri - URCA, principalmente: Profa. Lireida Albuquerque, Profa. Roberta Piancó, Profa. Maria Soares e Profa. Simone Cardoso.

Ao professor Edson Vicente da Silva (UFC), parte do que sei, devo ao seu compromisso com a ciência e a educação.

*“Se pudéssemos ver
Com os olhos de ontem
Olhos infinitos..
A angústia do tempo
Ao empunharmos
Um bocado de água sólida
Na fonte silenciosa
De um remanso marginal
Ouça: a natureza clama piedade
A vida pede uma pausa.”
Thais Feitoza Maldonado*

RESUMO

A presente dissertação de mestrado analisa a inserção das mulheres no panorama da participação e controle social da política de recursos hídricos, a partir do estudo de caso do Comitê de Bacias Hidrográficas da Região Metropolitana de Fortaleza (CBH-RMF). Os Comitês de Bacias Hidrográficas (CBH) são órgãos colegiados tripartite que compõem o sistema de gestão das águas, com leis e diretrizes nacionais e demais instrumentos normativos inerentes a cada Estado. O CBH, como modelo de gestão participativa, surge na década de 1990 e busca atingir o seu propósito através da sensibilização de atores sociais para a participação nas definições da política de gestão hídrica, de forma descentralizada e integrada aos anseios sociais. Foi realizada a análise da composição do CBH-RMF, desde a sua criação e, em especial, da gestão de 2020-2024, em relação ao nível de engajamento das mulheres e às condições para efetiva participação delas nas discussões, na tomada de decisão e na elaboração de documentos como moções, resoluções e planos. A perspectiva metodológica adotada foi a análise qualitativa com elementos quantitativos. Os dados sugerem haver representatividade de mulheres na composição das instâncias de controle social das políticas públicas de recursos hídricos, não obstante, indicam também que o número de representantes mulheres é consideravelmente menor do que o de homens havendo uma disparidade de representatividade entre os gêneros. Isso também foi observado pelo presente estudo para o caso do CBH-RMF. Ao propor um estudo acerca da participação política das mulheres em processos de tomada de decisão acerca da gestão das águas, tendo o CBH-RMF como estudo de caso, a principal hipótese foi a de invisibilização da participação feminina. Foi possível verificar que a perspectiva da gestão democrática possibilita que as mulheres participem da gestão dos recursos hídricos no âmbito do CBH-RMF. Porém, verificou-se que, mesmo compondo o Comitê, as mulheres encontraram obstáculos ao longo da sua permanência e, muitas vezes, não tem compreensão da imposição do patriarcado às suas vidas. Considera-se que as dificuldades que interferem na participação das mulheres, põe em risco o aprofundamento de um processo participativo e da própria democracia, portanto, é necessário avançar uma agenda de gênero cujo objetivo é o fortalecimento das mulheres no âmbito da política e do controle social.

Palavras-chave: Mulheres; Equidade de Gênero; Participação social; Gestão das águas; Comitê de Bacia Hidrográfica.

ABSTRACT

This master's thesis analyzes the inclusion of women in the panorama of participation and social control of water resources policy, based on the case study of the Committee of Hydrographic Basins of the Metropolitan Region of Fortaleza (CBH-RMF). The River Basin Committees (CBH) are tripartite collegiate bodies that make up the water management system, with national laws and guidelines and other normative instruments inherent to each State. The CBH, as a participatory management model, emerged in the 1990s, and seeks to achieve its purpose by raising the awareness of social agents to participate in water management policy definitions, in a decentralized manner and integrated with social concerns. An analysis was carried out of the composition of the CBH-RMF, since its creation and, in particular, the 2020-2024 management, in regards to the level of engagement of women and the conditions for their effective participation in discussions, decision-making and preparation of documents such as motions, resolutions and plans. The methodological perspective adopted was the qualitative analysis using quantitative elements. The data suggests that there is representation of women in the composition of instances of social control of public policies on water resources, however, they also indicate that the number of women representatives is considerably smaller than that of men, with a disparity in representation between genders. This was also observed by the present case study for the CBH-RMF. By proposing a study on the political participation of women in the decision-making processes regarding water management, with the CBH-RMF as a case study, the main hypothesis was the invisibilization of female participation. It was possible to verify that the perspective of democratic management allows women to participate in the water resources management within the scope of the CBH-RMF. However, it was resisted that, even composing the Committee, women encountered obstacles throughout their stay and, often, do not understand the imposition of patriarchy on their lives. It is considered that the difficulties that interfere with the participation of women, put at risk the deepening of a participatory process and of democracy itself, therefore, it is necessary to advance a gender agenda with the purpose of empower women in the scope of politics and social control.

Keywords: Women; Gender Equity; Social Participation; Water Management; River Basin Committee.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS - SIGERH	16
FIGURA 2- ORGANOGRAMA DO SISTEMA NACIONAL DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS (SINGREH)	21
FIGURA 3- CARTA GEOGRÁFICA DAS BACIAS DA REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA	22
FIGURA 4- REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA (RMF).....	27
FIGURA 5 - DIAGRAMA CONCEITUAL BDG DO CBH-RMF	30
FIGURA 6- 1ª GESTÃO DO CBH-RMF – 2003-2007	64
FIGURA 7 - 2ª GESTÃO DO CBH-RMF – 2007-2011.....	65
FIGURA 8 - 3ª GESTÃO DO CBH-RMF – 2011-2015.....	65
FIGURA 9 - 4ª GESTÃO DO CBH-RMF – 2015-2019.....	66
FIGURA 10- 5ª GESTÃO DO CBH-RMF – 2015-2020	66
FIGURA 11 - 6ª GESTÃO DO CBH-RMF	67
FIGURA 12- HORAS POR SEMANA QUE AS MULHERES GASTAM COM O TRABALHO DOMÉSTICO	95

LISTA DE TABELAS

<i>TABELA 1 - MATRIZ DE PRESSUPOSTO</i>	31
<i>TABELA 2 - SÍNTESE DAS FALAS DAS CONTRIBUIÇÕES DAS MULHERES AS REUNIÕES DO CBH- RMF</i>	69

LISTA DE GRÁFICO

GRÁFICO 1 - MULHERES NA POLÍTICA NO MUNDO.....	50
GRÁFICO 2 - MULHERES NA POLÍTICA NO BRASIL	51
GRÁFICO 3 - COMPOSIÇÃO DO CBH-RMF, AO LONGO DAS SEIS GESTÕES, NO PERÍODO DE 2003-2024.....	55
GRÁFICO 4 - TOTAL DE REPRESENTANTES DO CBH-RMF POR SEXO/GÊNERO (2003 A 2020)	56
GRÁFICO 5 - REPRESENTAÇÃO DE HOMENS E MULHERES NO CBH-RMF (MANDATO 2020- 2024)	57
GRÁFICO 6 - MULHERES NO CBH-RMF POR SEGMENTO AO LONGO DAS GESTÕES DO CBH-RMF (2003 A 2020)	61
GRÁFICO 7 - REPRESENTAÇÃO MASCULINA POR SEGMENTO, AO LONGO DAS GESTÕES, NO CBH-RMF (2003 A 2020)	61
GRÁFICO 8 - REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL POR GÊNERO/SEXO AO LONGO DAS 6 GESTÕES DO CBH-RMF (PERÍODO DE 2003 A 2024).....	62

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABESS – Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental

ANA - Agência Nacional das Águas

CAR - Cadastro Ambiental Rural

CBH - Comitês de Bacias Hidrográficas

CBH-RM - Comitê de Bacias Hidrográficas da Região Metropolitana de Fortaleza

COGERH - Companhia de Gestão de Recursos Hídricos

CONERH - Conselho de Recursos Hídricos do Ceará

DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

FLACSO - Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais

FUNASA - Fundação Nacional de Saúde

FUNCEME - Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos

GIA - Grupo de Interesse Ambiental

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA – Instituto de Pesquisas Aplicadas

ONU - Organização das Nações Unidas

PT – Partido dos Trabalhadores

SEDUC – Secretaria de Educação do Estado do Ceará

SIGERH - Sistema Integrado de Gestão de Recursos Hídricos

SOHIDRA - Superintendência de Obras Hidráulicas

RMF – Região Metropolitana de Fortaleza

SRH - Secretaria de Recursos Hídricos

SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto Morada Nova

SISAR - Sistema Integrado de Saneamento Rural

UFC – Universidade Federal do Ceará

URCA - Universidade Regional do Cariri

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1.1 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL/NORMATIVA DO GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS NO BRASIL E NO CEARÁ	20
1.2. A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NAS POLÍTICAS DE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	22
1.3.1. OBJETIVO GERAL	24
1.3.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS	24
CAPÍTULO II - METODOLOGIA	25
2.1- DO TRATAMENTO DOS DADOS E VALIDAÇÃO DA HIPÓTESE.....	31
CAPÍTULO III – REFERENCIAL TEÓRICO	34
3.1- AS ABORDAGENS CONCEITUAIS DE BACIA HIDROGRÁFICA	36
3.2- DEMOCRACIA PARTICIPATIVA E POLÍTICAS PÚBLICAS.....	40
3.3 - PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS	43
3.4 - ÁGUA E MULHERES: O ENCONTRO NECESSÁRIO PARA A POLÍTICA DE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	46
CAPÍTULO IV – A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA GESTÃO DAS ÁGUAS, Á LUZ DO CASO DO CBH-RMF	52
4.1 –PERFORMANCE, DESAFIOS, RESISTÊNCIAS E APRENDIZAGENS DAS MULHERES NO CBH-RMF	68
4.3 – AFINAL, QUEM PARTICIPA? ENTRE A PARTICIPAÇÃO E A REPRESENTAÇÃO.....	94
CAPÍTULO V - CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
6 – REFERÊNCIAS	103
APÊNDICE	112

INTRODUÇÃO

O presente estudo integra o programa do curso de pós-graduação em nível de Maestria en Estado, Gobierno y Políticas Públicas, da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO), desenvolvido em parceria com a Fundação Perseu Abramo, cujo foco é a avaliação de políticas públicas. O curso atualmente atende polos regionais, no Brasil, dentre eles o polo de Salvador-Bahia, cujos trabalhos versaram sobre as políticas públicas nas regiões Norte e Nordeste.

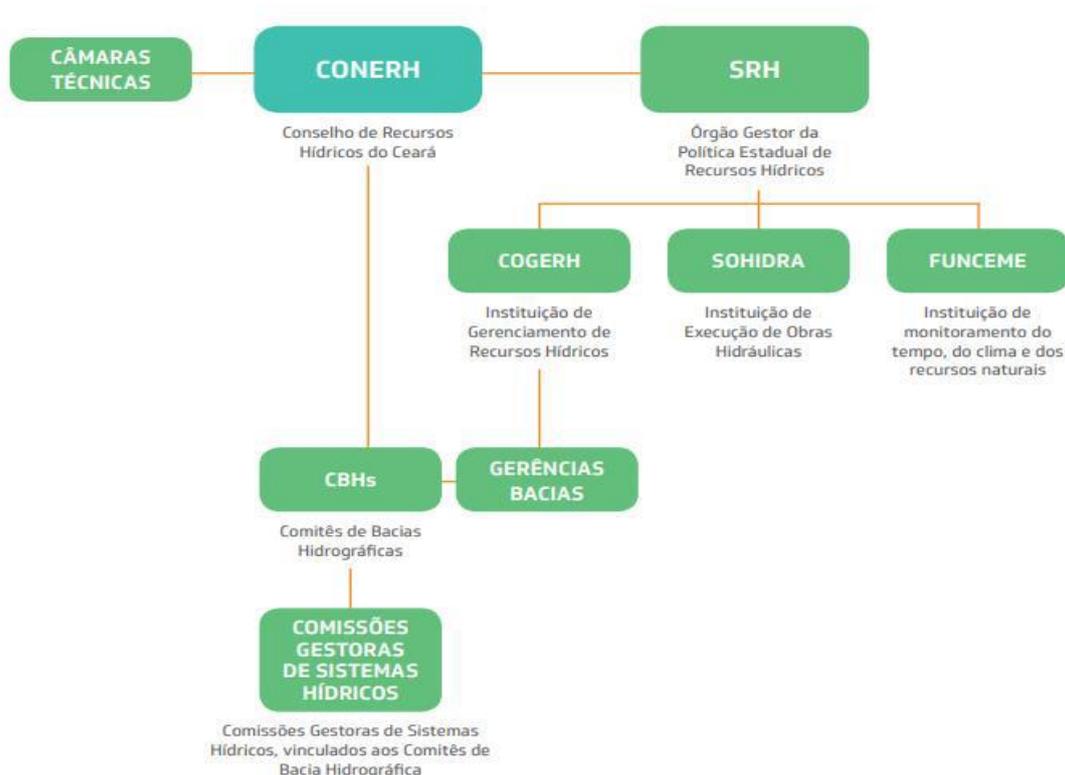
Esta dissertação de mestrado analisa a inserção das mulheres no panorama da participação e controle social da política de recursos hídricos, a partir do estudo de caso do Comitê de Bacias Hidrográficas da Região Metropolitana de Fortaleza (CBH-RM).

Comitês de Bacias Hidrográficas (CBH) são órgãos colegiados tripartite que compõem o sistema de gestão das águas, com leis e diretrizes nacionais e demais instrumentos normativos inerentes a cada Estado da federação. O Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH) “é a estrutura de governança instituída no Brasil para a gestão dos recursos hídricos. É constituído por organismos colegiados, que debatem e deliberam sobre a gestão dos recursos hídricos e por órgãos administrativos” (Brasil/MDR, 2023).

No Estado do Ceará, o Sistema Integrado de Gestão de Recursos Hídricos (SIGERH) é composto pela Secretaria de Recursos Hídricos (SRH) e seus órgãos vinculados: Companhia de Gestão de Recursos Hídricos (COGERH), Superintendência de Obras Hidráulicas (SOHIDRA) e a Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (FUNCEME). Ainda compõe o SIGERH: Conselho de Recursos Hídricos do Ceará (CONERH); Comitês de Bacias Hidrográficas (CBH) e demais Instituições Setoriais com atividades sejam correlatas ao gerenciamento dos recursos hídricos e/ou que desenvolvam atividade de gestão ambiental.

—

Figura 1 - Sistema Integrado de Gestão de Recursos Hídricos - SIGERH



Fonte: Agência Nacional das Águas

O CBH, como modelo de gestão participativa, surge na década de 1990 e busca atingir o seu propósito através da sensibilização de atores sociais para a participação nas definições da política de gestão hídrica, de forma descentralizada e integrada aos anseios sociais. A democracia participativa na gestão das águas é um mecanismo essencial para a inclusão da sociedade civil, agentes públicos e usuários de água nos comitês, câmaras técnicas e comissões de açudes, de modo a garantir a alocação negociada como instrumento eficiente de gerenciamento de oferta. Assim, os CBH se constituem enquanto espaços de diálogo e tomada de decisão nos quais emergem diversos interesses, o que justifica a necessidade de participação social, para garantia da destinação de água suficiente ao consumo humano, dessedentação animal, conforme preconizam documentos e leis nacionais e internacionais.

Compreende-se ser de amplo interesse social o monitoramento de ações que incidem sobre o uso adequado dos recursos hídricos, já que o acesso à água impacta, em todos os âmbitos, na condição de vida dos agrupamentos humanos com aprofundamento no que se refere à vida das mulheres. Isso porque a estas foi designada, dentre outros trabalhos domésticos, a função de abastecer de água as residências, na maioria das vezes

deslocando-se por grandes distâncias, com o peso de baldes, bacias e demais utensílios sobre os ombros ou cabeças. Assim, considera-se que a qualidade de vida das mulheres está diretamente relacionada à quantidade e à qualidade de água a que têm acesso, o que em si justificaria um interesse explícito destas, nos rumos e decisões da política quanto à distribuição e oferta hídrica.

A proposta metodológica de funcionamento de CBH, no Ceará, advém de uma construção que se pautou na especificidade das condições hidrológicas do território cearense, composto, em grande parte, por relevo do tipo depressão sertaneja, caracterizado por escassez de chuvas em período bem definido, variabilidade das precipitações, altas temperaturas e rios intermitentes, todas características do clima semiárido. Na década de 1990, quando da criação da COGERH, o Estado do Ceará atravessava um período de crise hídrica, exigindo esforços do governo estadual, no sentido de garantir a oferta de água para todas as regiões, sobretudo, a capital cearense e sua região metropolitana. Dentre as medidas adotadas, a transposição de águas de bacias e sub-bacias do interior do estado, gerou conflitos que exigiram da COGERH habilidade técnica para suprir a necessidade hídrica da região metropolitana, sem provocar colapso no sistema, o que só foi possível por ter esta Companhia adotado a negociação da alocação com a sociedade civil e demais entes como modelo para mediar os conflitos, impedindo um possível agravamento. Segundo a COGERH (2020),

A metodologia de alocação de água, hoje realizada em todo o Estado, começou no Jaguaribe. Naquele início, nem os 12 comitês de bacia existiam ainda. Criou-se, no entanto, uma grande comissão de usuários dos vales do Jaguaribe e Banabuiú, formada por sociedade civil, poder Municipal e órgãos estaduais e federais. Assim começou o processo de gerenciamento compartilhado e com participação social.

A gestão de águas no caso do Ceará, a partir da metodologia desenvolvida ao longo dos anos pela COGERH, se define como um modelo exclusivo, à época, pautado no gerenciamento integrado e participativo dos recursos hídricos. Embora o modelo metodológico apresente sinais de avanço para o aprofundamento democrático através da participação social, é perceptível que os Comitês atuam com uma perspectiva de sujeitos como um conjunto homogêneo, no que se refere a gênero. Logo, a questão de gênero e participação das mulheres não é tema tão frequente nas discussões dos CBH. A atenção à participação das mulheres, aqui pontuada, se faz em face da contribuição destas para o desenvolvimento da sociedade com o aprofundamento da democracia, contribuição muitas vezes relegada a segundo plano, em vários setores sociais.

Embora por muito tempo a questão de gênero, bem como a participação das mulheres tenha sido tratada com menor interesse, no que diz respeito à análise da política pública, a não observância de tal tema comunica a ideia de haver um sujeito representante dos demais, o que coloca em risco o aprofundamento da democracia no âmbito dos CBH e da sociedade. Nessa perspectiva, faz-se necessário pensar a estrutura de participação social e política das mulheres, em especial, tendo por premissa transpor os limites das estruturas de poder.

Assim, cabe questionar o pressuposto do sujeito universal, uma vez que este destitui de significado os demais sujeitos sociais. Butler (2003), ao falar sobre a pretensa universalidade do feminismo, por exemplo, aponta que a categoria mulher invisibiliza parte significativa de sujeitas que não se enquadram naquela perspectiva do feminismo branco, burguês e apartado da realidade que atravessa as mulheres negras e pobres. Sobre isso, nos afirma a autora “[...] Com efeito, a insistência prematura num sujeito estável do feminismo, compreendido como uma categoria uma das mulheres, gera, inevitavelmente, múltiplas recusas a aceitar essa categoria” (2003, p. 21-22). Daí, a importância de estudar e entender como a universalidade do sujeito permeia as estruturas sociais e quais impactos e formas de superar esse modelo social¹.

É possível observar a inclusão de questões de gênero e participação das mulheres nos vários eventos mundiais que tratam do uso sustentável dos recursos hídricos e demais recursos naturais, ao longo de, pelo menos, quatro décadas e sinalizam para a inclusão de uma agenda inerente à participação das mulheres na gestão dos recursos naturais. Documentos de conferência, encontros e demais eventos², trazem a discussão sobre mulheres e recursos hídricos que repercutem no âmbito dos Comitês de Bacia Hidrográfica e serão apresentados no decorrer da dissertação.

A escolha das mulheres como sujeitas do presente estudo se dá em observância a pelo menos três questões: as recomendações e demais documentos produzidos por meio de pactos globais que relacionam mulheres, desenvolvimentos sustentáveis e

¹ Faz necessário afirmar que o presente estudo não se propõe adentrar na necessária discussão entre raça e gênero, assim, reconhecendo a importância da análise de raça, ainda assim, para fins de cumprimento do objetivo geral, a análise da participação das mulheres se dará em torno dos efeitos do patriarcado e das relações sociais de gênero.

² Conferência Sobre Meio Ambiente (1972), Conferência de Mar Del Plata – Argentina (1977), Conferência Sobre Água e Desenvolvimento Sustentável em Dublin (1992); Carta de Dublin (1992); Conferência Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Carta do Rio (1992); Agenda 21 (ONU 1992); Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (2016).

recursos hídricos; de igual importância é necessária a análise das políticas e ações públicas coordenadas por mulheres, em especial naqueles espaços que são lidos, tradicionalmente como espaços masculinos, várias vezes manifestando fortes traços do machismo e patriarcado, principalmente os altos cargos de gestão, inclusive quando tratamos do serviço público. Por fim, mas não menos importante, ao tratarmos dos usuários de água bruta, temos públicos que disputam a água em virtude das necessidades de produção agrícola e reprodução da vida, como é o caso das comunidades de agricultores familiares, aquicultura e agroindústria.

No que tange à análise da qualidade e quantidade da água disponível para a população, de certo, as mulheres vêm construindo paulatinamente formas de se impor ao modelo de desenvolvimento que se baseia na ampla utilização de agrotóxico, metais pesados e demais contaminantes dos cursos e reservatórios de água, seja por meio da produção sustentável, com foco na agroecologia, seja por meio da organização político-social, para monitoramento das políticas públicas de gestão do meio ambiente. Quanto à produção da agricultura familiar, é necessário ressaltar como a vida cotidiana das mulheres nas comunidades rurais e urbano periféricas são afetadas diretamente pelo tipo de uso e apropriação das águas e das terras circunvizinhas aos mananciais (Silva, 2014).

Silva (2014), ao estudar a relação entre a contaminação da água, saúde e meio ambiente pelas mulheres na Chapada do Apodi, no estado do Ceará, afirma que

Em relação à água, os elementos centrais que desvelam a problemática da contaminação mostram a perda da autonomia no acesso e no controle sobre ela. Nesse sentido, a contaminação se constitui como uma das maiores expressões de violência desse modelo na vida das mulheres da Chapada. Isso ocorre porque, na compreensão das mulheres, a água tem um importante significado para suas vidas no cotidiano.

A produção da vida nas comunidades rurais e urbano periféricas está ligada à garantia da oferta e distribuição equitativa da água e, por isso, a presença das mulheres com a compreensão do modelo de desenvolvimento econômico e o seu impacto nas comunidades rurais e urbano periféricas é essencial, sobretudo, no debate acerca da alocação negociada das águas e participação e controle social, seja de usuários de água bruta ou de consumidor final. Nesse sentido, a participação de mulheres nos Comitês de Bacia Hidrográfica é fundamental, já que estes espaços visam garantir maior diálogo e participação, aumentando, então, a possibilidade de negociação justa das outorgas de água, alocação negociada, fiscalização, segurança da infraestrutura hídrica e

contingenciamento.

Considerando a necessidade de estudar a participação das mulheres nas instâncias dos comitês de bacia hidrográficas, este estudo pretende entender como as mulheres estão inseridas no CBH-RMF e qual a contribuição dessas, para a política de gestão das águas no Estado do Ceará.

1.1 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL/NORMATIVA DO GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS NO BRASIL E NO CEARÁ

Criada pela Lei Estadual N° 12.217, de 18 de novembro de 1993, por força das alterações na Política Estadual de Recursos Hídricos (Ceará, 1992), a COGERH, compõe um sistema de gestão de recursos hídrico superficiais – açudes estaduais, açudes federais e adutoras. A COGERH tem por finalidade implementar a política de gerenciamento de água superficial e subterrânea, o que significa atuar sobre o monitoramento de reservatórios, manutenção, gerenciamento de água e incentivo à organização dos usuários no estado. Também tem por missão coletar dados acerca do uso das águas e socializar com as comunidades, interessadas diretas e agentes do monitoramento da política hídrica estadual.

Conforme o Art. 21, inciso XIX da Constituição Federal de 1988, a União é ente responsável por “instituir sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos e definir critérios de outorga de direitos de seu uso”. A Lei nº 9.433 de 08 de janeiro de 1997 (Brasil, 1997) ao regulamentar o Art. 21 da Constituição Federal, instituindo a Política Nacional de Recursos Hídricos que cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, no Art. 1º apresenta os fundamentos da política, assim definidos: água enquanto bem de domínio público; a água enquanto recurso natural limitado, dotado de valor econômico; em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é destinado ao consumo humano e a dessedentação de animais; a gestão dos recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas; afirma ser a bacia hidrográfica a unidade territorial para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos; e preconiza o caráter descentralizado com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades.

Figura 2- Organograma do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH)



Fonte: Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico

A Secretaria dos Recursos Hídricos do Ceará (SRH) possui ainda órgãos vinculados, são estes: a Superintendência de Obras Hidráulicas (SOHIDRA), que é uma autarquia criada pela Lei Nº 11.380, dezembro de 1987 (Brasil, 1987), e cuja função é planejar, executar e acompanhar a fiscalização de obras e serviços de interferência hídrica; a Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (FUNCEME) foi criada em setembro de 1972, (Ceará, 1987) e objetiva a realização de pesquisas científicas e tecnológicas, estudos no campo dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos; e a COGERH, criada pela Lei Nº 12.217, novembro de 1993, cuja missão é gerenciar os cursos hídricos com a garantia de gestão participativa no acesso à água.

O Comitê de Bacias Hidrográficas da Região Metropolitana de Fortaleza (CBH-RMF) é um órgão colegiado, de caráter consultivo e deliberativo, criado pelo Decreto Estadual Nº 26.902, de 16 de janeiro de 2003 (Ceará, 2003). O CBH-RMF é composto por 16 (dezesesseis) Bacias Hidrográficas³ localizados em 31 (trinta e um) municípios⁴, conforme figura a seguir:

³Rios São Gonçalo, Gereraú, Cauhiupe, Juá, Ceará, Maranguapinho, Cocó, Coaçu, Pacoti, Catu, Caponga Funda, Caponga Roseira, Malcozinhado, Choró, Uruaú e Pirangi.

⁴Acarape, Aquiraz, Aracoiaba, Aratuba, Barreira, Baturité, Beberibe, Capistrano, Cascavel, Caucaia, Choró, Chorozinho, Eusébio, Fortaleza, Guaramiranga, Guaiúba, Horizonte, Ibaretama, Itaitinga, Itapiúna, Maracanaú, Maranguape, Mulungu, Ocara, Pacajus, Pacatuba, Pacoti, Palmácia, Pindoretama, Redenção, São Gonçalo.

de conferências, dentre outros. De igual forma, a gestão, participação e controle social das políticas de recursos hídricos por mulheres, ganha notoriedade desde a Conferência de Dublin (1992), mas talvez os avanços na inserção das mulheres nos Comitês de Bacias Hidrográficas, assim como a visualização de suas contribuições, ainda sejam lentos.

O Relatório de Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil, documento produzido pela Agência Nacional das Águas (ANA), desde o ano de 2009, vem ao longo dos tempos apontando elementos de apoio à avaliação da implementação da Política Nacional dos Recursos Hídricos. No ano de 2020, o Relatório de Conjuntura apresentou um panorama de Gênero e Água, assim, apontando um perfil dos Comitês Interestaduais por representação de gênero, constatou-se que apenas 27,2% são mulheres, ao passo que os homens representam 72,8% das representações (Ana, 2020).

Segundo o levantamento, “homens e mulheres ainda não ocupam a mesma quantidade de cadeiras nos ambientes de decisão, conseqüentemente não têm oportunidades iguais de participar, refletir, debater e pensar sobre fornecimentos, gestão e proteção da água no país” (Comitê de Bacia de Rio das Velhas, 2021).

O problema, provavelmente, não reside somente nos Comitês Interestaduais ou nos órgãos de gerenciamento em nível nacional, mas é provável que tal realidade repercute, também, nas gerências estaduais e demais órgãos locais, comitês de bacias, comissão dos vales perenizados e comissão gestores dos açudes isolados.

Para além da questão da representatividade feminina no CBH-RMF, busca-se, nesta dissertação, entender o grau de inserção e a contribuição das representantes mulheres nas tomadas de decisão e discussões desse comitê. Parte-se da hipótese de que há uma invisibilização da participação e da contribuição feminina, considerando que os Comitês são constituídos através de uma metodologia, em que a mobilização ainda não internalizou a importância de contemplar a diversidade de gênero dos sujeitos no processo.

Nessa perspectiva, essa dissertação se norteia pela seguinte questão de pesquisa: Qual a contribuição das mulheres para a política de gestão de recursos hídricos, no âmbito do Comitê de Bacias Hidrográficas da Região Metropolitana de Fortaleza (CBH-RMF)? A partir de tal pergunta, investiga-se como ocorre a participação das mulheres, usuárias, gestoras e integrantes da sociedade civil, na discussão da gestão das águas e nos trabalhos cotidianos do CBH-RMF, como organização de usuários, negociações de alocação, e demais processos decisórios no âmbito daquele Comitê.

A partir do exposto anteriormente, apresenta-se, a seguir, os objetivos da presente dissertação.

1.3.1. OBJETIVO GERAL

Entender como as mulheres se inserem na perspectiva da participação e controle social da política de recursos hídricos, a partir do estudo de caso do Comitê de Bacia Hidrográfica da Região Metropolitana de Fortaleza (CBH-RM).

1.3.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1.3.2. Identificar os indicadores de gênero presentes nos documentos do CBH-RMF;

1.3.2. Analisar as principais diretrizes e critérios para a composição do CBH-RMF, desde a sua criação e com maior foco na gestão 2020-2024;

1.3.3. Verificar se há alguma diferença quanto à presença das mulheres entre os segmentos no espaço de participação previsto no Regimento Interno: sociedade civil (30%), usuários/as de água (30%), poder público municipal (20%) e poder público Estadual/Federal (20%);

1.3.2.4. Analisar como as representantes mulheres participam do espaço de discussão e tomada de decisão quanto ao uso da água, no âmbito do CBH-RMF durante a gestão 2020-2024.

Nesse primeiro capítulo, de cunho introdutório, apresentou-se o foco, a justificativa, a questão e os objetivos da pesquisa desta dissertação. No segundo capítulo, apresenta-se o quadro teórico que embasa as análises desta pesquisa, no qual consta conceitos e discussão teórica acerca da democracia participativa nas políticas públicas de gestão das águas, bem como da questão de gênero e participação das mulheres, aprofundado a discussão da universalidade x pluralidade dos sujeitos nos CBH. O terceiro capítulo versa sobre a metodologia adotada na coleta e tratamento dos dados com base no referencial teórico.

Já o quarto capítulo é composto pelas análises referentes à participação das representantes mulheres no CBH-RMF durante a gestão de 2020 a 2024, a partir de um quadro analítico situacional construído com base no referencial teórico. No quinto e

último capítulos apresentam-se as considerações finais, que se referem às principais constatações decorrentes das análises produzidas nesta dissertação.

CAPÍTULO II - METODOLOGIA

O acesso à água se põe como barreira na vida de meninas e mulheres desde muito cedo, no caso da autora, ainda quando criança, a realidade de escassez hídrica em um território da região semiárida do Estado do Ceará foi persistente aliada à privação da posse da terra no alto sertão cearense. Nascida de uma família de agricultores sem-terra e “sem água”, viveu a realidade da família que percorria grandes distâncias para conseguir abastecer a casa com água de barreiros, com péssima qualidade. Frente a inúmeras dificuldades e com a família crescendo, migraram para a cidade do Crato-Ceará (região do Cariri⁵), onde passaram a residir numa propriedade rural, com o pai submetido à condição de meeiro. Muito embora a água fosse abundante naquelas terras, havia a expressa proibição de construção de estrutura hídrica até a residência, e a sua mãe continuou com o trabalho árduo de abastecer a casa de água, trabalho que mais tarde foi dividido com a prole.

À medida que crescia, adquiria o entendimento das disparidades na apropriação, por poucos, dos fartos recursos naturais fornecidos pela Floresta Nacional do Araripe, de modo que tantas famílias ficassem expostas à escassez de água, ao trabalho doméstico nas residências urbanas e ao trabalho precarizado na agricultura, como saída única para si e seus filhos. Ao sopé da Chapada Nacional do Araripe resolve estudar a floresta, entender o paradoxo observado na distribuição dos seus recursos naturais. Por tal decisão, ingressa no curso de Geografia da Universidade Regional do Cariri, sendo a primeira da minha família a ingressar na universidade, seguida de outros irmãos. Posteriormente, na mesma universidade, cursa a especialização em Geografia e Meio Ambiente estudando as mulheres que coletam pequi na Floresta Nacional do Araripe, com foco nos impactos das relações desiguais de gênero sobre a vida destas.

A identificação com a discussão de gênero a fez buscar outras experiências de atuação com mulheres, iniciando uma militância partidária, no Partido dos Trabalhadores (PT), no movimento de mulheres e movimento negro, na região do Cariri

⁵ A região do Cariri cearense está situado, ao sul do estado do Ceará, com uma distância média de 600km de duas metrópoles regionais nordestinas mais próximas, Fortaleza e Recife. As três cidades principais são: Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha (Ceará/Secretaria das Cidades).

e, posteriormente, na cidade de Fortaleza-Ceará, ali tendo a oportunidade de participar da construção da política para as mulheres, com atuação direta junto aos equipamentos de atendimento e prevenção à violência doméstica de gênero. Nos anos seguintes, atua em organizações não governamentais, como o Instituto Feminista Casa Lilás⁶ e, em seguida, no Instituto Maria da Penha⁷, realizando formações com as mulheres sobre gênero e violência doméstica, contribuindo também como Ouvidora Geral Externa da Defensoria Pública, na defesa dos interesses da população assistida. Ali, a perspectiva era de defesa do acesso à justiça, em especial, para a população negra, mulheres e comunidades tradicionais, a exemplo das comunidades costeiras. Novamente se encontra com o tema do acesso à água e as dificuldades das mulheres. Embora ao longo dos anos, os investimentos em infraestrutura hídrica tenham se intensificado no Estado do Ceará, o acesso à água ainda configura um desafio para comunidades tradicionais, sobretudo quilombolas, indígenas e comunidades pesqueiras.

Percebendo que persistem inúmeras dificuldades para as mulheres no acesso a serviços e políticas públicas nos seus territórios, que refletem a violação dos direitos fundamentais das mulheres, a autora entendeu a necessidade de estudar como as mulheres participam e mantêm a pauta de reivindicação de direitos junto ao poder público, e que a água, por toda a relação com as vidas das mulheres, é questão crucial, especialmente diante de um quadro de mudança climática com pouca oferta hídrica e racionamento. Assim, a ideia de estudar a participação das mulheres no controle social da política de recursos hídricos, através do instrumento Comitê de Bacia, surge da intersecção deste tema com a história de vida da autora.

A escolha do CBH-RMF ocorreu considerando pelo menos cinco fatores: em primeiro lugar esta região hidrográfica abriga o maior contingente populacional do Ceará, contando com 4.074.730 milhões de habitantes (IBGE, 2018), com municípios cuja economia é essencial para o desenvolvimento do Estado. Em segundo, as Bacias Hidrográficas da Região Metropolitana de Fortaleza drenam uma área de 15.085km², em 31 municípios, e é composta por dois principais sistemas hídricos, o Ceará/Maranguape e o Cocó/Coaçu, essenciais para os ecossistemas da Região Metropolitana de Fortaleza. Ao mesmo tempo, em decorrência da complexidade que permeia a gestão das águas nessa região, inclusive, proporcionando a interligação de bacias no Estado, interligando a Bacia

⁶ Instituto Feminista Casa Lilás é uma organização da sociedade civil que atua na defesa dos direitos das mulheres.

⁷ Instituição da Sociedade Civil que atua na promoção ao enfrentamento à violência contra as mulheres.

Hidrográfica do Rio Jaguaribe e a Bacias Hidrográficas Metropolitanas. Em terceiro, a região hidrográfica apresenta importante diversidade sub-regional, compondo áreas de litoral, serra, sertão, além da própria RMF. Em quarto lugar, devido à importância da região, essa também figura como a de maior arrecadação na ordem 87,23% dos recursos da cobrança pelo uso de água no Estado (Cogerh, 2009); por fim, mas com igual importância, a facilidade de acesso à equipe técnica e de consultores contribuiu com a escolha do CBH-RMF para este estudo.

É necessário comunicar que a região hidrográfica de Fortaleza, objeto deste estudo, não corresponde ao território administrativo da Região Metropolitana de Fortaleza, envolvendo outras regiões de planejamento do Estado, conforme mapa a seguir:

Figura 4- Região Metropolitana de Fortaleza (RMF)

Fonte: Anuário do Ceará – 2022/2023.

Além da Região de Planejamento denominada Região Metropolitana de Fortaleza, estão representados no CBH-RMF: Baturité, com os municípios de: Acarape, Barreira, Baturité, Guaramiranga, Mulungu, Palmácia, Pacoti, Redenção; Sertão, com os municípios pertencentes a diversas regiões de planejamento: Aracoiaba, Choró, Capistrano, Itapiúna, Ibaretama, Ocara; e litoral com o município de Beberibe, que pertence ao Litoral Leste.

Como os objetivos desta dissertação versam sobre a participação das mulheres no CBH-RMF, foi adotada uma perspectiva de análise qualitativa com elementos quantitativos. Essa opção metodológica se deve ao fato de a abordagem qualitativa se caracterizar pela busca do significado, da opinião e da percepção presentes nos discursos das entrevistadas, recurso muito utilizado nos estudos das ciências sociais em geral. Minayo (2002, p. 44) afirma que a abordagem qualitativa “está voltada para o significado, a opinião, a percepção das pessoas, em detrimento dos elementos mensuráveis de determinada realidade”.

Foi realizada a análise da composição do Comitê, desde a sua criação e da gestão atual, entre 2020 e 2024, em relação ao nível de engajamento das mulheres e as condições para efetiva participação delas nas discussões, na tomada de decisão e na elaboração de documentos, como moções, resoluções e planos.

A primeira fase da realização deste estudo foi definida como a pesquisa bibliográfica, demarcando a fase exploratória da pesquisa, uma vez que se partiu do arcabouço teórico para conseguir então compreender contexto social em que se inserem as sujeitas do presente estudo. Assim, somente após maior embasamento teórico e estudo das categorias centrais, deu-se início à pesquisa de campo composta por levantamento documental e realização de entrevista com roteiro semiestruturado, com as representantes do CBH-RMF.

A escolha de entrevista com roteiro semiestruturado permite que outras questões sejam tratadas, além daquelas previstas no roteiro proposto. Em acordo com DiCicco-Bloom e Crabtree (2006, p. 315), a entrevista semiestruturada é aquela “organizada em torno de um conjunto de questões abertas predeterminadas, com outras questões emergindo a partir do diálogo entre entrevistador e entrevistado”. Assim, considerando a peculiaridade do estudo de gênero e mulheres, esse instrumental ofereceu maior flexibilidade no desenvolvimento do diálogo com as representantes do Comitê.

A proposta do estudo foi realizar uma análise da atuação das representantes mulheres no decorrer da gestão atual (2020-2024) do CBH-RMF, considerando que nos anos de 2020 e 2021 o Comitê esteve em atividade remota em decorrência da pandemia da COVID-19, retornando às atividades presenciais no ano de 2022. Entretanto, para compreender a dinâmica de participação das mulheres no CBH-RMF ao longo do tempo, foi realizada uma análise da representatividade feminina neste Comitê desde a sua criação, no ano de 2003.

Uma das fases do estudo foi a necessária busca de dados sobre mulheres e gênero nos arquivos e documentos referenciais, tais como: políticas, leis e planos de bacias hidrográficas, moções e demais documentos do Comitê de Bacias Hidrográficas da Região Metropolitana de Fortaleza. O CBH-RMF dispõe de uma variedade de informações que foram consideradas para fins deste estudo, dentre estas: segmentos representados ao longo dos anos, forma de indicação/eleição, autonomia na tomada de decisão, processos eleitorais e composição das diretorias. A proposta foi elaborar um conjunto de indicadores, agrupando-os de acordo com o grau de prevalência nos documentos. De posse dessas informações, foi criado um banco de dados que serviram para o cruzamento das informações necessárias ao diagnóstico da pesquisa.

A coleta de dados foi uma fase dividida em dois momentos: o primeiro refere-se ao levantamento documental com a análise de ata de reuniões, moções, recomendações, resoluções e demais documentos do CBH-RMF, tal como a composição

por gênero de todas as gestões, anteriores e da gestão atual. Na sequência foram realizadas 03 (três) entrevistas com roteiro semiestruturado (Anexo 1), junto às mulheres representantes de três segmentos: sociedade civil, usuários/as de água e poder público, Estadual/Federal, objetivando obter informações acerca da atuação das mulheres no CBH-RMF. Em cada segmento participou uma mulher, com a preferência da representação de municípios diferentes. Ainda foi necessário realizar entrevistas com 02 (duas) com técnicas da gestão da COGERH, considerando que ambas acompanham os Comitês de Bacia Hidrográficas desde a criação, dentre eles o CBH-RMF.

As mulheres foram selecionadas considerando além do critério de representação por segmento, a distribuição geográfica, assim, buscou-se identificar mulheres de regiões diferentes, pertencentes a segmentos distintos.

Foram selecionadas as representantes dos seguintes segmentos e instituições: Poder Público Estadual e Federal – Fundação Nacional de Saúde (FUNASA); Sociedade Civil – Grupo de Interesse Ambiental (GIA); Usuários de Águas – Sistema Integrado de Saneamento Rural (SISAR) e Poder Público Estadual e Federal – Secretaria de Recursos Hídricos do Ceará (SRH). A SRH ocupa a cadeira na condição de membro nato. Além disso, foi realizada entrevista com mulheres que fazem parte do quadro técnico da COGERH.

Entretanto, é necessário dizer que houve coincidência geográfica no caso dos Governos Estadual e Federal cujas instituições mantêm suas sedes na cidade de Fortaleza, e do segmento Governo Municipal, já que existia apenas mulher que representa a Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente - SEUMA do município de Fortaleza, e esta renunciou ao cargo, formalizando a saída do colegiado ainda no final do ano de 2022.

As mulheres selecionadas receberam informações acerca da sua contribuição e objetivo da pesquisa, para tanto, foi adotado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que foi assinado por cada participante antes da aplicação do questionário.

Foi explicado que a confidencialidade das sujeitas da pesquisa ficaria assegurada se solicitada pelas entrevistadas, no entanto, não houve solicitação de anonimato. Assim, a identificação foi explicitada na dissertação, por meio do cargo que ocupa, sexo e instituição que cada mulher representa.

As entrevistas ocorreram com base nas seguintes questões norteadoras: presença e contribuição das mulheres no CHB-RMF; possível interação entre as mulheres, no que tange a definição de estratégia de atuação; estratégia para ampliação do

número de mulheres e capacitação para a gestão das águas com o foco em gênero; percepção das mulheres acerca do impacto das ações do CBH-RMF na vida das demais mulheres, não pertencentes ao Comitê; identificação de alguma mudança em relação à gestão das águas na sua instituição, órgão ou empresa.

Após coletados e organizados, as informações constituíram um banco de dados construído utilizando-se o PostgreSQL, considerando a linguagem simples e a possibilidade de articular as informações e encontradas considerando as seguintes feições: Representante, Instituição, Diretoria e Segmento Representado. Cada feição foi composta por informações com as suas características. Os dados foram obtidos por meio de arquivos dos programas de planilha Excel (Microsoft Excel) e do editor de texto World (Microsoft), o que dificultou a consolidação das informações num único programa. Diante da dificuldade, foi necessária a criação do banco em PostgreSQL, que se deu, sobretudo, pela facilidade de uso e de recuperação das informações em caso de problema técnico ou operacional e da segurança no armazenamento das informações. Dessa forma, o banco de dados - BD foi construído considerando a necessidade de melhor organização das informações encontradas na pesquisa documental.

No diagrama do BD do CBH-RMF, foram escolhidas as feições: Representantes, Instituição, Segmentos e Diretoria, para então associar as informações, as características e o elemento identificador. Também foi gerada a relação entre elas com diferentes graus de relacionamentos ou as cardinalidades, o que significa que as características de uma entidade podem manter relações com uma ou mais características das demais, por exemplo: na entidade Representantes há relação com a esfera de representação de uma instituição com um dos segmentos e, ainda, esta representante pode integrar ou não várias diretorias. A modelagem do BD foi extraída a partir do Br-modelo – ferramenta *on-line* para a construção de modelagem de dados e cujo diagrama conceitual encontra-se a seguir:

Figura 5 - Diagrama Conceitual BDG do CBH-RMF

Fonte: elaboração da autora com base nas informações levantadas.

2.1- DO TRATAMENTO DOS DADOS E VALIDAÇÃO DA HIPÓTESE

O material coletado nas entrevistas passou por uma análise, tratamento e agrupamento dos temas às categorias de análise. Cada critério refere-se a uma pergunta ou conjunto de temas compôs um elenco de situações com aporte do referencial teórico. A partir da aplicação dos questionários foi possível construir a matriz de pressupostos da pesquisa, composto por: critério, pergunta, resposta das técnicas da gestão, resposta das representantes do CBH-RMF, questões pendentes, questões recorrentes e fontes, conforme modelo abaixo:

Tabela 1- Matriz de Pressuposto

Critério - Presença e contribuição das mulheres no CHB-RMF
Pergunta 1- Como ocorreu a sua indicação/eleição para compor o CBH-RMF
RESPOSTA DAS TÉCNICAS DE GESTÃO DAS ÁGUAS
RESPOSTA DAS INTEGRANTES DO CBH-RMF
Fontes: (i).
Limitações da informação recolhida:
Questões pendentes
Resposta final

Pergunta 2- O que significa o Comitê para a sua prática cotidiana? Você pode falar um pouco sobre a sua experiência, abordando o que mudou na sua vida desde a sua chegada ao Comitê?
RESPOSTA PRELIMINAR
INFORMAÇÃO RECOLHIDA & LIMITAÇÕES
Fontes: (i).
Limitações da informação recolhida:
Questões pendentes

Resposta final

Critério: possível interação entre as mulheres, no que tange a definição de estratégia de atuação ou pautas
Pergunta 3- Você percebe se, ao longo do tempo, houve alteração acerca da presença e contribuição das mulheres no CHB-RMF?
RESPOSTA PRELIMINAR
INFORMAÇÃO RECOLHIDA & LIMITAÇÕES
Fontes: (i). Limitações da informação recolhida:
Questões pendentes
Resposta final

Critério - Estratégia para ampliação do número de mulheres no CBH-RMF
Pergunta 4- Há interação entre as mulheres, enquanto sujeitas sociais representantes dos vários segmentos no CBH-RMF, no que tange a definição de estratégia de atuação? Como?
RESPOSTA PRELIMINAR
INFORMAÇÃO RECOLHIDA & LIMITAÇÕES
Fontes: (i). Limitações da informação recolhida:
Questões pendentes
Resposta final

Critério - Estratégia para ampliação do número de mulheres no CBH-RMF
Pergunta 5- Há o desenvolvimento de estratégia para ampliação do número de mulheres e capacitação para a gestão das águas com o foco em gênero? Como e quais?
RESPOSTA PRELIMINAR
INFORMAÇÃO RECOLHIDA & LIMITAÇÕES
Fontes: (i). Limitações da informação recolhida:
Questões pendentes
Resposta final

Critério - percepção das mulheres acerca do impacto das ações do CBH na vida das demais mulheres, não pertencentes ao Comitê
Pergunta 6 - Como as mulheres identificam o impacto das ações do CBH na vida das demais mulheres, não pertencentes ao Comitê?
RESPOSTA PRELIMINAR
INFORMAÇÃO RECOLHIDA & LIMITAÇÕES
Fontes: (i). Limitações da informação recolhida:
QUESTÕES PENDENTES
Resposta final

Critério - identificação de alguma mudança em relação à gestão das águas na sua instituição, órgão ou empresa.
Pergunta 7 - Enquanto mulher, é possível identificar alguma mudança em relação à gestão das águas na sua instituição, órgão ou empresa? Em caso positivo, qual sua participação?
RESPOSTA PRELIMINAR
INFORMAÇÃO RECOLHIDA & LIMITAÇÕES
Fontes: (i). Limitações da informação recolhida:
Questões pendentes
Resposta final

A Matriz de Pressuposto teve por função permitir a organização dos dados qualitativos, considerando o critério adotado. Desse modo, uma a uma as perguntas foram elencadas, associadas aos respectivos critérios e acompanhadas da resposta preliminar, identificação da fonte de informação (se entrevista ou BD) e limitação da informação recolhida.

No momento da análise das informações coletadas, o campo relativo às questões pendentes possibilitou melhor visualização da necessidade de revisão da informação, seja por meio do banco de dados ou por meio das entrevistas, assim, o retorno a cada divergência de informação, houve revisitação das fontes de informação, com o propósito de identificar a resposta adequada para aquela questão. No caso em que as informações não foram encontradas, as questões ficaram sinalizadas, constituindo-se limites das análises que foram indicados e discutidos no capítulo IV.

CAPÍTULO III – REFERENCIAL TEÓRICO

Para este estudo, as reflexões serão feitas a partir dos seguintes marcos: participação e controle social dos recursos hídricos, políticas públicas de recursos hídricos e relação sociedade, natureza e espaço, relações sociais de gênero, patriarcado e divisão sexual do trabalho.

Necessário se faz afirmar que a discussão de gênero é a categoria de análise a partir da qual se busca o entendimento do patriarcado, enquanto estrutura modeladora das relações de desigualdade sociais, atravessadas pela interseccionalidade de raça e classe social.

Os temas da participação e do controle social dialogam profundamente com o atual modelo de gestão dos recursos hídricos, havendo uma relação de interdependência entre ambos. Leal (1998) afirma ter uma relação entre a adoção dos modelos participativos e a abordagem do meio ambiente, assim como o interesse e envolvimento das comunidades acerca do tema. A autora afirma ainda que o modelo de gestão dos recursos hídricos pode ser analisado considerando aspectos, tais como: “instrumentos legais; mecanismos de financiamento e recursos financeiros, planejamento estratégico e integração dos recursos hídricos no meio ambiente”, portanto, estes três aspectos fazem referência à evolução do modelo de gestão, ao longo do tempo. Numa escala evolutiva de análise, Lanna (*apud* Leal, 1998) afirma ser possível identificar “três fases correspondentes a modelos cada vez mais complexos: o modelo burocrático, o modelo econômico-financeiro e o modelo sistêmico de integração participativa” (Leal, 1998).

Os modelos citados acima são assim definidos: Modelo Burocrático: tem por base a aplicação de instrumentos legais por parte do poder público, tem relação direta com dispositivos do Código das Águas de 1937. Em acordo com Lanna (*apud* Leal 1989 p. 43) a principal característica deste modelo não é capaz de oferecer soluções a problemas ambientais em face de sua limitação:

A prática desse modelo acaba por burocratizar as ações e concentrá-las em entidades públicas, que são as responsáveis pela fiscalização das leis. Sua principal falha é que ele se limita a estabelecer um controle sobre as situações, sendo omissa em relação às ações de planejamento estratégico, de geração dos recursos financeiros necessários aos investimentos para implementação das soluções e de negociação social.

O modelo econômico-financeiro segundo Lanna (*apud* Leal, 1989 p. 43):

se caracteriza pela busca da otimização econômica de aproveitamento dos recursos hídricos, numa visão traduzida pelas análises

custo-benefício dos empreendimentos. É destacado o papel de insumo econômico dos recursos hídricos em detrimento de seu papel como ecossistema e de sua interligação com o meio ambiente. Para isso, é enfatizada a otimização da alocação quantitativa da água visando a maximização do benefício econômico.

A perspectiva do modelo sistêmico de integração participativa de gestão de recursos hídricos, com abordagem participativa, é fruto de um processo de construção que, ao longo do tempo, se afastou de uma perspectiva econômica em termos de gestão hídrica. Segundo Leal (1998), a estrutura participativa difere do modelo burocrático e do modelo econômico-financeiro, adotado por muito tempo, uma vez que, neste, a estrutura institucional se caracteriza por decisões descentralizadas, considerando a existência de entidades colegiadas com representação de segmentos sociais como o poder público e usuário de águas. Este modelo tem por característica:

(...) a negociação social, obtida através de uma estrutura sistêmica de participação dos diferentes atores envolvidos ou interessados na gestão dos recursos hídricos;
Um planejamento estratégico multisetorial por bacia hidrográfica,
Instrumentos legais e financeiros capazes de os investimentos necessários à implementação das ações previstas no planejamento” (LEAL, 1998, p. 44).

O modelo de gestão de águas adotado atualmente no Brasil, tem a bacia hidrográfica como unidade de gerenciamento e planejamento dos recursos hídricos, além de adotar conceitos como gestão descentralizada e participativa, água como domínio público, água dotada de valor econômico e recurso finito e uso múltiplo (Machado, 2003 *apud* Sales, 2013 p. 27).

O gerenciamento dos recursos hídricos por meio de comitês de bacias hidrográficas, guarda semelhanças com o modelo francês, em ambos pode-se evidenciar diferenças e similaridades, sobretudo em relação à concepção e aos instrumentos adotados. Segundo Sales (2013, p. 27) “(...) a água é pública e é orientada pelo planejamento por bacia hidrográfica, a gestão é social, através dos conselhos criados especificamente para este fim e a cobrança pelo uso da água”. Os primeiros comitês foram implementados no início da década de 1990, com as primeiras experiências registradas nos estados do Ceará, São Paulo e Rio Grande do Sul. Assim, conclui a autora: a participação social se mostrou, na medida da sua implementação, um mecanismo eficiente na resolubilidade de conflitos por interesses diversos (Sales, 2013, p. 27).

3.1- AS ABORDAGENS CONCEITUAIS DE BACIA HIDROGRÁFICA

No que se refere à bacia hidrográfica, percebe-se que a perspectiva é tratá-la enquanto uma unidade geográfica delimitada por divisores de água, ou ainda na perspectiva de Leal (1998, p. 2) a unidade básica da gestão de recursos hídricos. Isso porque, segundo o autor;

(...) Não se pode falar em recursos hídricos de maneira isolada, tendo em vista que os fenômenos físicos (hidrológicos, hidráulicos, dispersão de poluentes, secas, dentre outros) são vivenciados dentro de uma mesma bacia hidrográfica como um corpo vivo. Onde intervenção em uma parte da bacia pode interferir em outra parte.

Assim, a bacia hidrográfica pode ser ainda compreendida em acordo com Rodrigues e Ademi (2005, p. 147-148);

(...) um sistema que compreende um volume de materiais, predominantemente sólidos e líquidos, próximos à superfície terrestre, delimitado interno e externamente por todos os processos que, a partir do fornecimento de água pela atmosfera, interferem no fluxo de matéria e de energia de um rio ou de uma rede de canais fluviais. Inclui, portanto, todos os espaços de circulação, armazenamento, e de saídas de água e do material por ela transportado, que mantêm relações com esses canais.

Ou ainda em acordo com Christofolletti (s/d, p.32), “As bacias hidrográficas surgem como unidades funcionais, com expressividade espacial, sendo sistemas ambientais complexos em suas estruturas, funcionamento e evolução”. Assim, na “perspectiva integrativa entre as características do geossistema e do sistema *socioeconômico*, as bacias hidrográficas tornam-se unidades fundamentais para a mensuração dos indicadores geomorfológicos para a análise da sustentabilidade ambiental” (Christofolletti, s/d. p. 32).

Logo, a definição de bacia hidrográfica remete à perspectiva de uma análise integrada do meio ambiente, o que é elementar para entender a dinâmica dos conflitos dos interesses que emergem no âmbito das disputas por água, pelos diversos atores que compõem o CBH-RMF, conflitos estes que se materializam no espaço. Leal (1998, p. 3-5) define bacia hidrográfica como sendo:

(...) a região no entorno de um curso d'água que drena em sua direção, onde as águas precipitadas contribuem para o volume escoado em seu leito. Os fenômenos do ciclo hidrológicos em suas fases terrestre e fluvial que ocorrem nesta região são intimamente relacionados com os componentes do meio ambiente, como cobertura vegetal, declividades

e características geológicas. Qualquer modificação num desses componentes da bacia irá conseqüentemente influir no ciclo hidrológico e vice-versa.

A autora continua ressaltando que o mesmo entendimento não se aplica às bacias hidrográficas subterrâneas, uma vez que a visualização, o uso dos seus recursos e a determinação são mais difíceis. De igual forma, a autora afirma existirem “três atributos básicos ligados à água: quantidade, qualidade e regime” todos entrelaçados e que exercem influência sobre o outro, de modo que uma alteração em um pode significar uma alteração nos demais (Leal, 1998. p. 05).

De acordo com Setti (1994, p. 06), ao considerar o meio ambiente como o conjunto dos elementos biofísicos no qual a sociedade está inserida, é possível “estabelecer um grande sistema dividido em dois grandes subsistemas principais: o subsistema natural e o subsistema socioeconômico”, assim, havendo entre eles uma inter-relação de dependência. Dessa forma, o autor afirma que processos existentes em um dos sistemas pode acarretar outros processos no interior de outro sistema, a exemplo: “um processo sócio-natural como a agricultura pode gerar processos de extinção de espécies no subsistema natural ao mesmo tempo que provoca mudança demográfica no mesmo sistema social” (Setti, 1994. p. 06).

O autor avança ao afirmar que “(...) não se pode considerar *na Terra* como um ecossistema estritamente não antrópico, pois mesmo os oceanos e a atmosfera servem de meio de comunicação dos efeitos das atividades humanas” (Setti, 2000, p. 6). Noutros termos, falamos de um sistema que integra os aspectos sociais e naturais numa relação de interdependência, considerando a multiplicidade dos elementos.

Tal definição de meio ambiente encontra o entendimento da relação sociedade/natureza em Marx (1867 p. 149) quando, ao se debruçar sobre o conceito de trabalho, afirma ser o mesmo, um processo no qual se justapõe a relação da sociedade com a natureza;

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais. Não se trata aqui das formas instintivas, animais, de trabalho.

Para Rodrigues e Rodrigues (2014, p. 220):

A natureza para Marx não pode ser concebida como algo exterior à sociedade, uma vez que aquela constitui produto histórico, sobretudo na relação entre o trabalho assalariado e o capital (Marx, 2011). É dentro dessa perspectiva que Marx (...) instaura uma nova relação entre natureza e homem [...] justamente porque evita cair no monismo espiritualista de Hegel e no monismo naturalista do materialismo fisicalista ou do positivismo e determinismo, que se seguiram, coloca-se num plano decididamente humanista e integralmente historicista e, enquanto tal, não perde de vista nem a historicidade da natureza nem a naturalidade da história (Quaini, 1979, p. 43).

(...) Marx compreende o orgânico e o inorgânico como complementares e condicionados, pelas necessidades de subsistência dos seres humanos e sua capacidade por meio de trabalho social para transformar as condições "externas" da natureza em meios de satisfazer essas necessidades (Foster; Burkett, 2000).

Para Engels (1979, p.42), a natureza forma um sistema concatenado cujos elementos ou ‘corpos’ mantêm uma ação mútua, agindo uns sobre os outros;

Toda a Natureza que nos é acessível, constitui um sistema, um conjunto de corpos. E é necessário que admitamos como corpos todas as existências materiais, desde a estrela ao átomo e até mesmo a partícula de éter, desde que admitamos sua existência. Mas, já que todos esses corpos constituem um conjunto, não se pode deixar de admitir também o fato de que eles atuem uns sobre os outros; e essa ação de uns sobre os outros é justamente o que constitui o movimento. Fica assim estabelecido que não é possível conceber a matéria sem movimento. (2) E, já que a matéria se nos apresenta como uma coisa de fato, tão incrível como indestrutível, daí se deduz que também o movimento é tão indestrutível como *incriável*. Essa conclusão tornou-se inelutável, desde que o universo foi reconhecido como um sistema, como um conjunto correlacionado de corpos.

Rodriguez, Silva e Cavalcanti (2022, p. 57), afirmam que natureza e sociedade mantêm uma inter-relação em que não há sobreposição.

Na literatura, tem sido introduzido desde algum tempo, um conjunto de termos, utilizados para caracterizar as relações entre os objetos (Natureza) e os sujeitos (Sociedade).

A base teórico-conceitual destes termos, são as noções de Natureza e Sociedade. A Natureza concebe-se como o fundamento de toda a vida da humanidade (o mundo material). Numa acepção mais estreita conceitua-se como o sistema complexo autorregulado de objetos e fenômenos do planeta Terra. A Sociedade, por sua vez, designa-se para conceituar o conjunto de relações e atividades econômicas próprias da atividade humana. A natureza do espaço geográfico no pensamento de Milton Santos é a dialética existente entre: a inércia e a dinâmica, o inerte e o prático, a forma e o conteúdo, o espaço material e o espaço social. Assim como Milton Santos, o britânico David Harvey preconiza a dialética da natureza do espaço geográfico. Para Harvey o espaço Geográfico é formado pela “imaterialidade da dinâmica social e pela

materialidade das infraestruturas do espaço”. (Harvey, 1980 *apud* Queiroz 2014 p. 156).

Conforme Queiroz (2014, p. 156), o espaço geográfico no pensamento de Santos é a totalidade do mundo, portanto, a totalidade do espaço “está presente na integração entre formas, estruturas, processos e funções e ainda na inseparabilidade entre produção, distribuição, troca e consumo” (1986).

A inter-relação entre os elementos sejam eles naturais ou sociais ocorre no espaço que, em acordo com Santos (1996) é dinâmico, haja vista, as modificações realizadas pela/na sociedade, assim seria o espaço, segundo Santos (1996, p. 39):

O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá. No começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois, cibernéticos, fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina. Através da presença desses objetos técnicos: hidroelétricas, fábricas, fazendas modernas, portos, estradas de rodagem, estradas de ferro, cidades, o espaço é marcado por esses acréscimos, que lhe dão um conteúdo extremamente técnico.

Sistemas de objetos e sistemas de ações interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma.

Ainda segundo Rodriguez, Silva e Cavalcanti (2022, p. 57), “(...) essa definição de espaço permite aproximar a de meio ambiente, como categoria filosófica, superando, assim, a dicotomia Natureza/Sociedade articulando a questão ambiental à criação de espaços”.

Eis que o espaço geográfico, para Santos (1978), é um fato e fator social e não apenas reflexo social, o que significa afirmar que este não seria apenas meio para a ação da sociedade, ele é um condicionado e condicionador, uma instância social como as demais – economia, política e cultura, portanto, uma instância subordinada e subordinadora (Queiroz, 2014 p. 155).

Em acordo com Rodriguez, Silva e Cavalcanti (2022, p. 57), “(...) Nas ciências geográficas tem-se desenvolvido a noção de “esfera geográfica” (também conhecida como geosfera) para designar a esfera exterior do planeta Terra”, assim:

(...) a superfície geográfica é concebida como o geocomplexo (ou geossistema) de nível mais superior que existe no globo terrestre, como um sistema material integral, composto de esferas inter-relacionadas (atmosfera, hidrosfera, litosfera, biosfera) entre as quais desenvolve-se um intenso intercâmbio de energias, substâncias e informações. Concebe-se ainda como um sistema integral complexo, espacialmente heterogêneo e diferenciado, formado por uma multiplicidade de tamanhos e complexidades.

O conceito de espaço, nesta perspectiva, ajuda a compreender a relação entre natureza e sociedade, entendida numa dinâmica de interdependência e de pertencimento, que se faz essencial quando tratamos de gestão de recursos hídricos, considerando a água enquanto elemento central à subsistência e ao desenvolvimento de dada comunidade, mesmo considerando o valor econômico a ela aferido, nos termos do Princípio nº 4 da Convenção de Dublin (ONU, 1992).

A água tem valor econômico em todos os usos competitivos e deve ser reconhecida como um bem econômico.

No contexto deste princípio, é vital reconhecer inicialmente o direito básico de todos os seres humanos do acesso ao abastecimento e saneamento a custos razoáveis. O erro no passado de não reconhecer o valor econômico da água tem levado ao desperdício e usos deste recurso de forma destrutiva ao meio ambiente. O gerenciamento da água como bem de valor econômico é um meio importante para atingir o uso eficiente e equitativo, e o incentivo à conservação e proteção dos recursos hídricos.

Considerando a necessidade de acesso à água como direito básico, e os impactos e conflitos que emergem nos territórios das bacias hidrográficas, é elementar entender a importância de uma gestão democrática e participativa para os sujeitos políticos, principalmente, considerando contribuição dos vários sujeitos sociais, para melhoria da política pública de gestão dos recursos hídricos.

3.2- DEMOCRACIA PARTICIPATIVA E POLÍTICAS PÚBLICAS

De acordo com o minidicionário Ruth Rocha, o verbete ‘Democracia’ significa “Governo em que o povo exerce a soberania. Sociedade livre em que prepondera a influência da minoria. A política ou a doutrina democrática”. No sentido etimológico Democracia ou *demokratia* significa o poder do povo (*kratos* = poder e *demos* = povo) e nasce na Grécia Antiga, enquanto regime de governo no qual os cidadãos reuniam-se para deliberar acerca das questões inerentes à política, porém, muito embora a compreensão de cidadão se restringisse aos homens de origem ateniense, ficando à margem as mulheres

e as pessoas tomadas como escravizadas, com isso, restavam os homens livres, cujo tempo era dedicado à atividade política (Sampaio, 2015, p.14).

Ao longo dos anos, a democracia como a conhecemos se consolidou, sobretudo nas sociedades ocidentais. Necessário lembrar que as contradições citadas anteriormente, manifestam-se, ainda, revelando uma disparidade entre os indivíduos ou grupos de indivíduos considerados cidadãos, que têm o privilégio de exercer a democracia direta e aqueles que permanecem à margem dos processos decisórios, porém respirando a atmosfera democrática por meio da democracia representativa.

Segundo Chauí (2012, p.149) a democracia enquanto regime da lei e da ordem, garante liberdades individuais. Tal definição, nestes termos, pode revelar um caráter excludente e elitista do governo, que ao governar para muitos, por meio dos poucos agentes – dos três poderes – mostra-se capaz de garantir a ordem democrática, conforme o receituário do liberalismo.

Estamos acostumados a aceitar a definição liberal da democracia como *regime da lei e da ordem para a garantia das liberdades individuais*. Visto que o pensamento e a prática liberais identificam liberdade e competição, essa definição da democracia significa, em primeiro lugar, que a liberdade se reduz à competição econômica da chamada – livre iniciativa e à competição política entre partidos que disputam eleições; em segundo, que a noção de regime da lei e da ordem indica que há uma redução da lei à potência judiciária para limitar o poder político, defendendo a sociedade contra a tirania, pois a lei garante os governos escolhidos pela vontade da maioria; em terceiro, significa que há uma identificação entre a ordem e a potência dos poderes executivo e judiciário para conter os conflitos sociais, impedindo, por meio da repressão e da censura, sua explicitação e desenvolvimento; e, em quarto lugar, que, embora a democracia apareça justificada como – valor ou como – bem, é encarada, de fato, pelo critério da *eficácia*, medida, no plano legislativo, pela ação dos representantes, entendidos como políticos profissionais, e, no plano do poder executivo, pela atividade de uma elite de técnicos competentes aos quais cabe a direção do Estado, ou a afirmação de que a democracia é o governo de muitos por poucos (Chauí, 2012, p. 149).

A democracia, nestes moldes, significaria senão o oposto do que propõe etimologia da palavra – *demokratia*, poder que emana do povo. Nesse caso, revela-se uma forma de governar no qual o povo não é soberano e, por isso, não participa dos processos decisórios. Nesses termos, a democracia se daria não pela soberania popular, mas pela ação de um governo e instituições que são capazes de garantir a definição de rumos e fazer com que o povo a aceite, sem a plenitude da participação.

É necessário dizer que a democracia exercida na sua plenitude garante aos indivíduos ampla participação nos processos, garante o contraditório e acolhe o conflito

como integrante da constituição do processo democrático, no entender de Chauí (2012, p. 151);

A sociedade democrática institui direitos pela abertura do campo social à criação de direitos reais, à ampliação de direitos existentes e à criação de novos direitos. Eis porque podemos afirmar, em primeiro lugar, que a democracia é a única sociedade e o único regime político que considera o conflito legítimo. O conflito não é obstáculo; é a constituição mesma do processo democrático. Essa talvez seja uma das maiores originalidades da democracia. Não só trabalha politicamente os conflitos de necessidades, carências e interesses (disputas entre os partidos políticos e eleições de governantes pertencentes a partidos opostos), mas procura instituí-los como direitos e, como tais, exige que sejam reconhecidos e respeitados. Mais do que isso. Na sociedade democrática, indivíduos e grupos organizam-se em associações, movimentos sociais e populares, classes se organizam em sindicatos e partidos, criando um poder social que, direta ou indiretamente, limita o poder do Estado (Chauí, 2012).

Uma sociedade democrática, conforme Chauí (2012), tem por característica a separação entre o público e o privado, assim como a ideia e a prática da soberania popular em que haverá a separação entre poder e governo, com aspectos diferentes: “o primeiro pertence aos cidadãos, que o exercem instituindo as leis e as instituições políticas ou o Estado; o segundo é uma delegação de poder, por meio de eleições, para que alguns (...) assumam a direção da coisa pública” (p. 150).

Justamente porque opera com o conflito e com a criação de direitos, a democracia não se confina a um setor específico da sociedade no qual a política se realizaria – o Estado –, mas determina a forma das relações sociais e de todas as instituições, ou seja, é o único regime político que é também a forma social da existência coletiva. Ela institui a *sociedade democrática*. Dizemos, então, que uma sociedade – e não um simples regime de governo – é democrática quando, além de eleições, partidos políticos, divisão dos três poderes da república, distinção entre o público e o privado, respeito à vontade da maioria e das minorias, institui algo mais profundo, que é condição do próprio regime político, ou seja, quando institui *direitos* e que essa instituição é uma criação social, de tal maneira que a atividade democrática social realiza-se como um poder social que determina, dirige, controla e modifica a ação estatal e o poder dos governantes.

Ao tratar sobre a definição de políticas públicas, Lynn (1980 *apud* Sousa, 2006) afirma que políticas públicas são aquelas ações que os governos desenvolvem e que produzem efeitos específicos. Mead (1995 *apud* Sousa, 2006) define política pública como “uma área dentro do estudo da política que examina o governo sob a perspectiva de grandes questões”. Segundo Sousa (2006, p. 5), definir política pública implica responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por que e que diferença faz”. Há de se buscar

ainda, o que conceituou Dalfior (2015), segundo o qual uma política pública se estrutura em ciclos, descritos como: agenda de prioridades, formulação ou execução das políticas, avaliação e análise das ações. Essas definições apontam para quem executa as políticas públicas que, à luz da democracia, deve observar os princípios de uma sociedade democrática.

Giovanni (2009) desenvolveu um entendimento de políticas públicas que “(...) vai além da *idéia* de que uma política pública é simplesmente uma intervenção do Estado numa situação social considerada problemática”. Para o autor, a política pública está relacionada à participação e às escolhas da sociedade, inclusive na escolha do orçamento público, planejamento e etapas do monitoramento.

Assim, Giovanni (2009, p. s/p) afirma:

Mais do que isso, penso a política pública como uma forma contemporânea de exercício do poder nas sociedades democráticas, resultante de uma complexa interação entre o Estado e a sociedade, entendida aqui num sentido amplo, que inclui as relações sociais travadas também no campo da economia. Penso, também, que é exatamente nessa interação que se definem as situações sociais consideradas problemáticas, bem como as formas, os conteúdos, os meios, os sentidos e as modalidades de intervenção estatal.

Assim como outras políticas públicas, a política de gestão de recursos hídricos vem, aos poucos, incorporando e aprofundando princípios democráticos como forma de garantir a sua eficiência, garantindo a persecução dos seus objetivos, que ao longo dos tempos se mostrou o único capaz de responder às demandas.

3.3 - PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS

O debate acerca da participação no âmbito dos comitês de bacias hidrográficas ganha força a partir dos novos parâmetros utilizados para a gestão dos recursos hídricos. Aqui, antes é imprescindível entender o que é participação, que em acordo com Demo (1941, p. 18), participação; “é em essência autopromoção e existe enquanto conquista processual. Não existe participação suficiente, nem acabada. Participação que se imagina completa, nisto mesmo começa a regredir”. De igual forma, o autor afirma que a participação não pode ser compreendida enquanto dádiva ou concessão, senão enquanto conquista, logo não também existe por si, relata Demo (1941, p. 18)

Demo (1991, p. 21) afirma ainda que, assim como a participação, o planejamento participativo não pode ser considerado “ausência, superação e eliminação

do poder, mas outra forma de poder”. O autor segue afirmando que:

(...) não se trata de comparecer somente quando chamado, solicitado, requerido pela comunidade ou pelos interessados, porque isto facilmente recai no imobilismo, até mesmo porque o fenômeno da participação na comunidade também não acontece de graça. Trata-se de outra forma de intervir na realidade, ou seja, uma forma que passa por dois momentos cruciais: pela autocrítica, que sabe corajosamente reconhecer suas tendências impositivas, e pelo diálogo aberto com os interessados, já não mais vistos com objetos, clientela, alvo. O planejamento participativo não impede, por exemplo, que se busque convencer a comunidade da necessidade de determinada ação, dentro de um espaço conquistado de participação, ou seja, partindo-se dos interesses da comunidade, levando em conta sua contribuição e sua potencialidade, deixando-se também convencer do contrário.

No caso dos comitês de bacias hidrográficas, a diversidade de interesses não está anulada *a priori*, ante o modelo de gestão implementado. Restam conflitos que são longamente discutidos nos comitês e que, muitas vezes, os interesses lhes ultrapassam a competência, conforme Vieira, Neto, Leal e Silva (2017, p. 94);

As representações sociais já chamaram a atenção da sociedade, da política e da economia, por apontar os inúmeros conflitos relacionados tanto ao uso dos corpos hídricos, quanto aos impactos negativos por ele sofridos. Essas manifestações são direcionadas para uma visão de sustentabilidade (preservação e conservação) e de sustento (sobrevivência), e podem incentivar outros manifestos para proteção das águas, na representação social e na percepção (Assis *apud* Vieira, Neto; Leal e Silva, 2010).

O uso da água é essencial para as mais diversas ações da sociedade, desde o consumo humano e dessedentação animal até as atividades econômicas, portanto as disputas estão presentes nos territórios, daí porque a necessidade de incentivar as pessoas e instituições a tomarem assentos nos comitês, com o propósito de garantir o diálogo acerca das decisões a serem tomadas nos colegiados.

Ao longo dos tempos, a participação na gestão das águas foi, talvez, um divisor, que garantiu aos órgãos gestores da política de recursos hídricos maior condição de gerir os conflitos existentes em torno da água, sejam eles entre usuários, conflitos inter-regionais ou setoriais (Leal, 1998. p. 44). É com a participação que a capacidade de resolver os conflitos ganha foco, a partir da implementação de instrumentos e etapas, sendo elas:

definição do arcabouço legal e da estrutura institucional; elaboração de diagnóstico dinâmico, estabelecimento de critérios de controle e utilização; elaboração e implantação de planos diretores periódicos; estabelecimento e coleta de contribuições dos usuários; sistema de

informações e monitoramento continuado; controle pelo poder público; divulgação e educação ambiental” (Leal, 1998 p. 44).

Certo é que a participação social tem se projetado enquanto ferramenta fundamental, e vem angariando espaços nas políticas de gestão de recursos hídricos, enquanto modelo consolidado no Brasil, mas também noutras políticas de manejo e gestão de recursos naturais, conforme Spínola (2012, p. 32);

A maioria dos estudos sobre o manejo dos recursos naturais tem defendido a participação como um instrumento fundamental para aumentar a legitimidade das regras de manejo e garantir sua maior eficácia na gestão/conservação dos mesmos – o sucesso da conservação depende da gestão democrática do uso destes recursos. Contudo, esses estudos, em sua maioria, não problematizam a participação do ponto de vista sociopolítico, ou seja, não questionam os avanços e os limites da participação para incluir e “empoderar”, efetivamente, os grupos usuários nas tomadas de decisão sobre gestão/conservação dos recursos naturais. As pesquisas teórico-analíticas sobre participação e deliberação, desenvolvidas no campo da sociologia e ciência política, podem contribuir na problematização de experiências de participação na gestão dos recursos comuns como, por exemplo, aquelas desenvolvidas por Macedo (2008) e Limont (2009), sobre processos participativos em Unidades de Conservação.

A participação social enquanto ferramenta de empoderamento de grupos sociais também encontra desafios, seja pela disputa do poder, seja por meio da narrativa construída em torno da política e da metodologia de gestão adotada pela instituição. Sobre a organização social, Demo (1996, p. 26) nos lembra que:

(...) organizar-se para conquistar seu espaço, para gerir seu próprio destino, para ter vez e voz é o abecê da participação. Aí a negociação surge, não como boa vontade ou concessão, mas como necessidade de sobrevivência. Somente então haverá “vantagens comparativas”, ou cooperação horizontal, não ajudas, favores, tutelas.

Nestes moldes, há uma polarização, genericamente falando, entre interesses que se materializam de forma contraditória: os interesses dos grupos dominantes e os interesses dos grupos dominados, ou seja, a participação social é construída também a partir da tomada de consciência daquele grupo social (Demo, 1996, p. 27).

O autor nos apresenta como exemplo de organização por meio de criação de organizações da sociedade civil, o caso das mulheres, enquanto grupo social específico, cujos interesses não foram dados, ao contrário, foram conquistados à medida que este agrupamento se dava conta da sua condição de desfavorecimento histórico, ante o jogo social.

tomando o caso das mulheres, elas, como grupo social específico

acabarem tomando consciência histórica da sua posição desprivilegiada, assumindo certos tipos de organização em defesa dos interesses considerados prejudicados. A defesa de tais interesses não é possível fora de algum contexto organizativo, cujas formas são inúmeras, desde as mais radicais até as mais complacentes, ou desde as mais conscientes até as menos conscientes, ou desde as mais sólidas até as mais frouxas, e assim por diante (Demo 1996, p. 26).

A participação das mulheres na gestão e controle social das águas, o tema central do presente estudo é, portanto, de extrema relevância para se compreender melhor o processo de democratização na gestão dos recursos hídricos.

3.4 - ÁGUA E MULHERES: O ENCONTRO NECESSÁRIO PARA A POLÍTICA DE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

A atenção à participação das mulheres se faz em face da contribuição destas para o desenvolvimento da sociedade, contribuição muitas vezes relegada a segundo plano em vários setores sociais. Embora por muito tempo a questão de gênero e das mulheres, mais especificamente, tenha sido tratada com menor importância no que diz respeito à análise da política pública, a não observância de tal tema comunica a ideia de haver um sujeito representante dos demais, o que coloca em risco o aprofundamento da democracia no âmbito das políticas, e no caso em estudo, nos comitês de bacias hidrográficas.

Nessa perspectiva, faz-se necessário pensar a estrutura de participação social e política de forma geral e das mulheres, em especial, tendo por premissa transpor os limites das estruturas de poder, visando à efetividade da democracia.

Federicci (2017, p. 25) ao se debruçar sobre a acumulação primitiva – termo cunhado por Marx no Tomo I de *O Capital*, obra escrita em 1867, para “caracterizar o processo político no qual se sustenta o desenvolvimento das relações capitalistas”, afirma que,

Enquanto Marx examina a acumulação primitiva do ponto de vista do proletariado assalariado de sexo masculino e do desenvolvimento da produção de mercadorias, eu a examino do ponto de vista das mudanças que introduziu na posição social das mulheres e na produção da força de trabalho. Daí que a minha descrição da acumulação primitiva inclui uma série de fenômenos que estão ausentes em Marx e que, no entanto, são extremamente importantes para a acumulação capitalista. Entre esses fenômenos estão: i) o desenvolvimento de uma nova divisão sexual do trabalho; ii) a construção de uma nova ordem patriarcal, baseada na exclusão das mulheres do trabalho assalariado e em sua subordinação aos homens; iii) a mecanização do corpo proletário e sua transformação, no caso das mulheres, em uma máquina de produção de novos trabalhadores. E, o que é mais importante, coloquei no centro da análise da acumulação primitiva a caça às bruxas dos séculos XVI e

XVII: sustento aqui que a perseguição às bruxas, tanto na Europa quanto no Novo Mundo, foi tão importante para o desenvolvimento do capitalismo quanto a colonização e a expropriação do campesinato europeu de suas terras.

Em termos gerais, nas sociedades capitalistas, a exploração de homens e mulheres se dá de maneira diferenciada baseada nas desigualdades de sexo/gênero. Entretanto, para além da exploração em termos produtivos, homens e mulheres participam da sociedade de forma diferente, assim, existem formas desiguais de inclusão ou exclusão das mulheres no tecido social, ou seja, a desigualdade de gênero/sexo reverbera noutras dimensões da vida social, consolidando o entendimento de Nova Divisão Sexual do Trabalho.

Federicci (2017) nos lembra que a desigualdade social entre mulheres e homens não nasce com a sociedade capitalista, mas que com o capitalismo, formas anteriores de subordinação das mulheres, como o patriarcado ganharam notoriedade e avançaram, noutros termos, o capitalismo acentua a desigualdade sem, no entanto, ser o responsável pela sua criação.

Ao longo da história humana, as formas de exclusão e/ou apagamento das mulheres, ocorrem em diversos momentos. Mas, à medida que o patriarcado se impõe como sistema, fica perceptível que este cuida de regular os corpos, a sexualidade, a capacidade produtiva das mulheres, permitindo, então, a dominação e a subordinação das mulheres pelos homens, nas diversas esferas da vida. Nasce, assim, a perspectiva de um sujeito representante e sujeitas subordinadas, por que motivo cabe questionar o pretensioso pressuposto da existência de um sujeito universal, que destitui de significado os demais sujeitos sociais.

A existência de um sujeito que fala, age e decide pelos demais sujeitos sociais, a partir de suas necessidades, faz com que a sociedade enxergue este como o único modelo possível de organização. Haveria, então, um indivíduo ou grupos de indivíduos com características comuns e interesses mais nobres que representam todos os demais sujeitos sociais? Haveria, então, um sujeito universal? Entretanto, sob o olhar dos demais grupos sociais cabe o questionamento acerca dos fundamentos utilizados para sustentar a premissa da universalização, já que se trata do apagamento dos demais sujeitos sociais. Em termos gerais, significa questionar o patriarcado enquanto sistema que retroalimenta outro sistema, no caso o capitalismo.

Buttler (2003), ao falar sobre a pretensa universalidade, mesmo que entre as mulheres e na esfera do feminismo, por exemplo, aponta que a categoria mulher

invisibiliza parte significativa de sujeitas que não se enquadram naquela perspectiva do feminismo branco, burguês e apartado da realidade que atravessa as mulheres negras e pobres. Sobre isso nos afirma a autora,

É minha sugestão que as supostas universalidade e unidade do sujeito do feminismo são de fato minadas pelas restrições do discurso representacional em que funcionam. Com efeito, a insistência prematura num sujeito estável do feminismo, compreendido como uma categoria una das mulheres, gera, inevitavelmente, múltiplas recusas a aceitar essa categoria. (p. 21-22)

Ora, se na perspectiva do feminismo a universalidade é questionada, o que dizer então quando da análise da inserção das mulheres na vida social, a exemplo da participação e controle social das políticas públicas, sobretudo das políticas de recursos hídricos? É necessário fazer uma discussão do papel das mulheres na gestão dos recursos hídricos, iniciando, talvez, pelo espaço doméstico e de cuidados com a família, estendendo esse olhar para as demais esferas da vida e da participação política das mulheres.

A relação estabelecida entre a gestão e o controle social das águas pelas mulheres, segundo Mattos e Modalli (s/d, p. 13) é uma relação estreita. Desde muito cedo, a vida de milhares de mulheres, ao redor do mundo, é marcada pela ausência da água, assim segundo as autoras:

Os usos múltiplos da água se conectam com a questão de gênero. Na ausência de água nas residências, cabe às mulheres buscar a água para as suas famílias; a água não segura gera doenças, especialmente às crianças, cujo cuidado é atribuído às mulheres; a inexistência de banheiros nas residências ou nas escolas prejudicam especialmente as mulheres e as expõe a situações de risco. Estatísticas nacionais e internacionais corroboram essa realidade. No Brasil, 27 milhões de mulheres – uma em cada quatro no país – não têm acesso adequado à infraestrutura sanitária e ao saneamento; Meninas sem acesso a banheiro têm desempenho escolar pior, com 46 pontos a menos na média no ENEM, quando comparadas à média geral dos estudantes brasileiros; no caso de falta de água em casa ou doença no núcleo familiar, o impacto desse problema no tempo produtivo das mulheres é 10% maior que o dos homens.

Ao longo de pelo menos quatro décadas, é possível observar a inclusão de questões de gênero e participação das mulheres nos vários eventos mundiais, que tratam do uso sustentável dos recursos hídricos e demais recursos naturais. Os principais eventos e acordos multilaterais, sinalizam para a inclusão de uma agenda inerente à participação das mulheres na gestão dos recursos naturais.

A organização da Conferência Sobre Meio Ambiente Humano pela

Organização das Nações Unidas (ONU), no ano de 1972, em Estocolmo (Suécia), apontava para uma necessária mudança no trato das questões relacionadas ao meio ambiente. Embora ali se tratasse o conjunto da sociedade como algo homogêneo, os eventos, documentos e tratados demonstraram uma perspectiva ascendente de consideração da discussão de gênero como parâmetro para a boa gestão e controle do uso dos recursos naturais. No lastro da universalidade do sujeito, a Conferência das Nações Unidas sobre Água, em Mar Del Plata (Argentina) em 1977, aponta no seu Plano de Ações o reconhecimento da importância do acesso à água potável em quantidade e qualidade para todas as pessoas: “todos os povos, quaisquer que sejam seu estágio de desenvolvimento e suas condições sociais e econômicas, têm direito ao acesso à água potável em quantidade e qualidade à altura de suas necessidades básicas”, menciona Vargas (s/d).

É a partir da Conferência sobre Água e Desenvolvimento Sustentável realizada no ano de 1992, em Dublin (Irlanda), que termos como gênero e mulheres são incluídos em discussões e documentos preconizando a proteção, a participação e a presença das mulheres na gestão dos recursos hídricos, o que foi assim descrito em seu terceiro princípio: “as mulheres desempenham um papel central no fornecimento, gestão e proteção da água”. Uma interpretação do primeiro princípio da Carta de Dublin, é possível afirmar que este também diz respeito às mulheres, embora indiretamente, já que a gestão hídrica se impõe como primeira tarefa na vida das mulheres, nas diversas comunidades e assentamentos humanos, a partir do trabalho de cuidado com a vida.

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, realizada em junho de 1992, no Rio de Janeiro, enfatizou a necessidade de melhorias para a distribuição com qualidade da água doce, além de apontar para a necessidade de maior proteção ao meio ambiente. No princípio 20, a Carta do Rio, resultante da Rio 92 preconiza: “As mulheres desempenham um papel fundamental na proteção do meio ambiente e no desenvolvimento. É imprescindível contar com sua plena participação para conseguir o desenvolvimento sustentável”. Embora o princípio não faça menção exclusivamente à gestão das águas, aponta para o reconhecimento da importância das mulheres para alcançar a sustentabilidade ambiental. A Agenda 21 (ONU, 1992), no capítulo sobre as mulheres, no item F, apregoa: “Estabelecer até 1995 mecanismos nos planos nacional, regional e internacional para avaliar a implementação e o impacto das políticas e programas de meio ambiente e desenvolvimento sobre a mulher, assegurando-lhe que contribua para essas políticas e que se beneficie delas”.

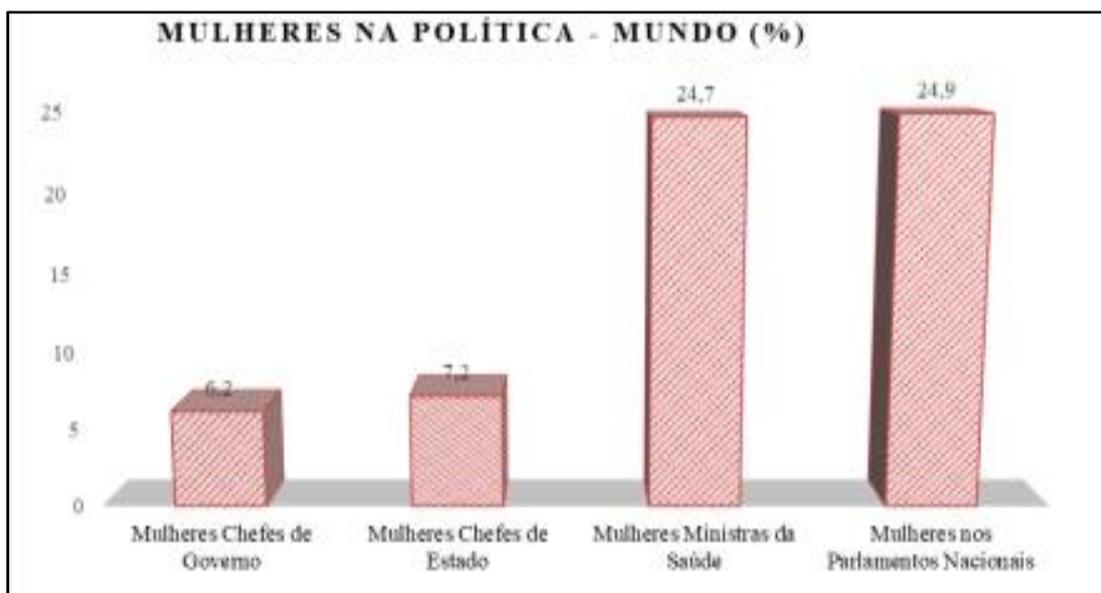
A emergência em estabelecer mecanismos eficientes para enfrentar os principais desafios inerentes a questões sociais, econômicas e ambientais no mundo, fez com que a ONU propusesse a seus países-membros a criação da Agenda 2030 (ONU, 2015), que tem por base os Dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, como uma agenda global instituída pela Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, em 2015. No objetivo 6 – água potável e saneamento, meta 6.1, a Agenda aponta para alcançar “até 2030 o acesso universal e equitativo à água potável e segura para todos” (IPEA, 2018). O Brasil, por sua vez, aponta para a necessidade de “alcançar o acesso universal e equitativo à água para consumo humano, segura e acessível para todas e todos”, embora faça uma diferença entre os sujeitos, a explicitação deles encontra-se no corpo da justificativa de adequação da Meta à realidade brasileira, na qual encontra-se expresso: “trata-se de assegurar que o acesso à água seja fornecido para todas e todos, independentemente de sua condição social, econômica ou cultural, de gênero ou etnia. Este conceito está alinhado com a noção do acesso à água como um direito humano” (IPEA, 2018).

A gestão integrada dos recursos hídricos em todos os níveis, a que se refere o ODS 6, apresenta forte ligação com o Objetivo 05, da mesma Agenda, que propõe: “alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas”, visando à melhoria da vida das mulheres e meninas no mundo e no Brasil. A meta ancora-se no propósito,

Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na esfera pública, em suas dimensões política e econômica, considerando as intersecções com raça, etnia, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, territorialidade, cultura, religião e nacionalidade, em especial para as mulheres do campo, da floresta, das águas e das periferias urbanas (IPEA, 2018).

A preocupação dos organismos nacionais e internacionais se fundamenta num panorama de dificuldade que as mulheres enfrentam em participar da vida política, em várias partes do mundo, conforme levantamento a seguir:

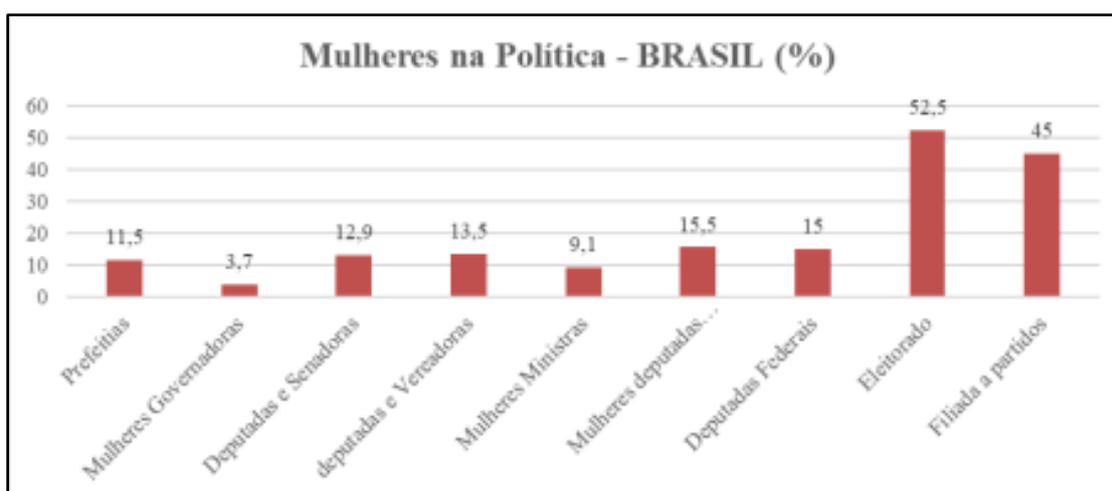
Gráfico 1 - Mulheres na política no mundo



Fonte: ONU Mulheres. Atenea (2020), com dados do TSE.

Para dimensionar a dificuldade encontrada pelas mulheres em participar nas esferas públicas de poder e decisão no Brasil, pode-se analisar a presença destas nos legislativos e executivos, cuja representação avançou lentamente ao longo dos anos. Um exemplo é o pleito eleitoral do ano de 2020, naquele ano o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) identificou que dentre os prefeitos eleitos no primeiro turno da eleição, apenas 12% eram mulheres. No geral, no que tange à participação das mulheres nas esferas de poder no Brasil, os números são impactantes, conforme apresenta o quadro abaixo:

Gráfico 2 - Mulheres na Política no Brasil



Fonte: ONU Mulheres. Atenea (2020), com dados do TSE.

O Relatório Luz 2022, que mede os avanços na implementação dos ODS no Brasil, aponta para a estagnação de seis metas e retrocesso em duas delas, de um total de oito metas do ODS 06, com repercussão nas metas do ODS 05, que tratam, dentre outros, da participação das mulheres nos espaços públicos de poder.

É com base nessas evidências, que no presente estudo adotou-se a perspectiva de olhar a participação das mulheres sob o prisma da divisão sexual do trabalho, presente nas relações estabelecidas no CBH-RMF e em toda a contribuição feminina. Para tal, foram utilizadas as obras de Kergoat (2017), Muraro (2002), Saffioti (2004) e Federici (2017). Os conceitos de gênero e patriarcado foram utilizados compreendendo que existe uma base material de reprodução da opressão contra as mulheres e demais sujeitos tomados na complexidade da universalidade.

Dessa maneira, na presente dissertação, parte-se da premissa de que há invisibilização da participação feminina sob o manto da propalada condição de igualdade de participação. Considera-se que os Comitês são compostos com base numa metodologia em que a mobilização ainda não se aprofundou na importância de contemplar a diversidade de sujeitos no processo, por isso, é fundamental analisar a participação das mulheres nas tomadas de decisões no âmbito do CBH-RMF, tarefa empreendida no capítulo seguinte.

CAPÍTULO IV – A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA GESTÃO DAS ÁGUAS, Á LUZ DO CASO DO CBH-RMF

A gestão das águas tem se mostrado um desafio, sobremaneira quando a humanidade se depara com um quadro de mudança climática, requerendo ações eficientes e eficazes que deem conta da relevância do assunto, requerendo, assim, uma somatória de esforços dos mais diferentes sujeitos sociais. Logo, a inserção das mulheres no desenvolvimento da gestão da política de recursos hídricos é basilar para a consecução das metas a serem alcançadas, em todas as esferas. Em grande medida são estas mulheres quem se deparam com as dificuldades de acesso à água e saneamento básico.

O Fundo das Nações Unidas para a Infância - Unicef (2017) estima que “mulheres e crianças passam 200 milhões de horas todos os dias coletando água; mulheres e meninas gastam 266 milhões de horas, todos os dias, procurando um banheiro seguro que

possam utilizar”. Ou seja, “Duzentas milhões de horas representam 8,3 milhões de dias ou mais de 22,8 mil anos no total (Unicef, 2017)”.

No mundo, segundo dados da Organização Mundial de Saúde e do Fundo das Nações Unidas para a Infância - Unicef (2017); 01 a cada 03 pessoas não tem acesso a água potável. Ainda segundo o relatório, “cerca de 2,2 bilhões de pessoas em todo o mundo não têm serviços de água tratada, 4,2 bilhões de pessoas não têm serviços de saneamento adequado e 3 bilhões não possuem instalações básicas para a higienização das mãos”.

O relatório revela ainda que a população rural é duramente atingida ante o déficit de saneamento e abastecimento de água, estima-se que 8 em cada 10 pessoas residentes nas áreas rurais não têm acesso à água potável. E o quadro se aprofunda;

o relatório destaca novos dados que mostram que 3 bilhões de pessoas carecem de instalações básicas de lavagem das mãos com água e sabão em casa, em 2017. Também mostra que quase 75% da população dos países menos desenvolvidos não tinha instalações básicas de lavagem das mãos. Todos os anos, 297 mil crianças menores de 5 anos morrem devido à diarreia associada a água, saneamento e higiene inadequados. Saneamento deficiente e água contaminada também estão ligados à transmissão de doenças como cólera, disenteria, hepatite A e febre tifoide. (Unicef, 2017)

Esse cenário reflete, seguramente, a realidade de outros de países menos desenvolvidos economicamente, que apresentam alta taxa de mortalidade, em que mais de “5% da população que recorreu a prática de defecação a céu aberto” (Unicef, 2017), esses países encontram-se, em sua maioria, nos continentes africano, asiático e americano.

No Brasil, segundo dados do Sistema Nacional de Informação Sobre Saneamento - SNIS, a ampla democratização da água é meta a ser perseguida, já que quase 35 milhões de pessoas não dispõem de água potável e existem 100 milhões de brasileiros sem o serviço de coleta de esgoto (Agência Brasil de Notícias, 2022), esse dado referenda a urgência do debate acerca da garantia de acesso à água.

A produção da vida nas comunidades rurais e territórios tradicionais está ligada à garantia da oferta e distribuição democrática da água e, por isso, acesso aos recursos hídricos passa, sobretudo, pelo debate acerca da política adotada, como a alocação negociada das águas e demais decisões de gestão de recursos hídricos. Um exemplo de comunidade tradicional cujo modo de vida é afetado pela deficiência no

abastecimento hídrico é o Quilombo Deserto, reconhecido pela Fundação Palmares, que se localiza no município de Caucaia-Ce, na Região Metropolitana de Fortaleza. Essa comunidade quilombola compõe o Mapeamento das Comunidades Quilombolas do Ceará, realizado pela Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Ceará - SDA e Comissão Estadual de Comunidades Quilombolas Rurais do Ceará - CERQUICE, no ano de 2019, onde foi possível verificar que um dos grandes problemas do quilombo está situado no âmbito da infraestrutura de saneamento básico.

O Mapeamento identificou 28 famílias vivendo em 23 casas de taipa e apenas 05 residências de alvenarias, dentre essas, 25 não contam com instalações sanitárias adequadas, sendo apenas 03 lares com acesso a banheiro e 03 casas com fossa seca. Em relação ao acesso à água, cabe dizer que 28 famílias recebem água de cisternas, em muitos casos abastecidas por carro-pipa, e dentre essas, apenas 04 dispõem também do uso de água de barragem ou açude. Sobre a coleta e qualidade da água é importante que se diga que a água colhida em fonte não segura pode concorrer com a transmissão de doenças.

Conforme Garcia e Fadigas (2022) a precariedade de acesso à água põe em risco a saúde e a vida de meninas e mulheres, dificultado ainda mais as condições de vida e acentuado a insegurança que estas já enfrentam, assim:

Para mulheres e meninas, a vida torna-se imensamente difícil quando inexistente suprimento de água adequado e há carência de instalações sanitárias em casa, nos espaços públicos que frequentam, como estações de trem, ônibus, mercados, escolas ou nas comunidades onde vivem. Na maioria dos países, os banheiros públicos são inadequados e podem ser locais perigosos para elas. O problema do acesso à água e a instalações sanitárias agrava-se para os que moram em favelas ou assentamentos improvisados, mas piora substancialmente quando se vive nas ruas. Mas, garantir o acesso a banheiros é um pré-requisito para a plena participação e o exercício da cidadania (Plaskow, 2008). O relatório da ONU – Habitat “State of Women in Cities 2012-2013” revela que a falta de saneamento e as doenças associadas ao uso de sanitários precários atuam como barreiras para a prosperidade das mulheres (Garcia e Fadigas *in* Matos e Carriere, 2022).

O paradoxo da escassez e insegurança hídrica para mulheres encontra-se no manejo e gestão das águas, sob a óptica das políticas públicas. Se por um lado, no âmbito doméstico, o manejo dos recursos hídricos é atribuído às mulheres, por outro, a presença das mulheres nos espaços de decisão, bem como nos cargos das instituições públicas de gestão desses recursos ainda é precária.

Você vai ver uma participação feminina muito grande nos comitês, nas câmaras técnicas dos comitês, do Conselho [Nacional de Recursos

Hídricos]. Mas no conselho de forma geral, eu acho que já vai reduzindo a participação, pelo fato de que as mulheres, em geral, não atingem os cargos de mais alto escalão dos órgãos públicos. Isso é uma realidade do Brasil e uma realidade de outros países. As mulheres estão sempre mais na base, mas à proporção que vamos chegando mais ao topo da pirâmide, o número e a participação feminina reduzem. Eu já tive em vários eventos em que era a única mulher (Garcia e Fadigas, 2022).

Com Base nos dados da Global Water Partnership (2023), observamos que;

20% dos trabalhadores recrutados para concessionárias de água são mulheres; 23% dos engenheiros recrutados para concessionárias de águas são mulheres; 15% dos gestores de águas recrutados são mulheres; 17% da força de trabalho o setor de água, saneamento e higiene são mulheres e apenas uma fração ocupa cargos de gerência; também temos acesso a dados que mostram que quando as mulheres são incluídas e recebem tratamento igual, os projetos de água são sete vezes mais eficazes.

A partir de uma proposta metodológica aportada na gestão participativa, a constituição de Comitês de Bacia hidrográfica no Ceará teve início nos anos finais de 1990, a exemplo das experiências de São Paulo e Rio Grande do Sul, e foi ganhando contorno e notoriedade no decurso do tempo.

Quando da criação do CBH-RMF muitas mulheres participaram ativamente, inclusive compondo a diretoria do colegiado. No total de membros do primeiro mandato, 25 mulheres estiveram na construção do colegiado e com ampla presença na direção, composta por 03 mulheres e 01 homem, logo, é possível afirmar que desde a criação do colegiado, as mulheres compõem o comitê e assumem cargos e funções na diretoria.

O gráfico a seguir apresenta uma série histórica da representatividade de mulheres e homens, ao longo das seis gestões do CBH-RMF (2003 a 2024).

Gráfico 3 - Composição do CBH-RMF, ao longo das seis gestões, no período de 2003-2024

Fonte: elaborado pela autora a partir dos arquivos do CBH-RMF

Ao longo das seis gestões do comitê, ou seja, no período de 2003 a 2020, foram contabilizadas 689 representações. Deste total, 486 são masculinas e 203 são femininas. A maioria das mulheres se insere no CBH-RMF na condição de suplente, com pequena diferença entre estas, sendo 98 mulheres titulares e 105 suplentes, como pode ser visualizado no gráfico abaixo, dentre os homens a diferença é de 03 representantes a mais, na condição de titulares.

Gráfico 4 - Total de Representantes do CBH-RMF por sexo/gênero (2003 a 2020)

Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados do CBH-RMF

Para o mandato de 2020-2024 foram eleitos dentre os titulares: 43 homens e 17 mulheres, nos quatro segmentos. No contexto da suplência o cenário é semelhante, dentre as 60 (sessenta) representações apenas 16 são mulheres, já os homens somam um total de 44 representações. Assim, o total de mulheres participando do Comitê demonstra a disparidade entre os sexos na ocupação das cadeiras do colegiado na gestão 2020-2024, conforme ilustra o gráfico a seguir.

Gráfico 5 - Representação de homens e mulheres no CBH-RMF (mandato 2020-2024)



Fonte: elaborado pela autora, a partir dos dados do CBH-RMF

Dessa forma, os dados do CBH-RMF indicam haver representatividade de mulheres. Não obstante, esses dados demonstram também que o número de representantes mulheres é consideravelmente menor do que o de homens. Assim, a preponderância da presença masculina nos espaços de decisão observada nos mais diversos setores da sociedade, também, se reproduzem na composição do CBH-RMF.

Fato é que na gestão das águas, principalmente no âmbito da casa, desde muito tempo foi atribuída às mulheres a tarefa de abastecimento da residência, demais cuidados relativos ao uso da água e aplicação em prol dos cuidados de limpeza, entretanto a tarefa de gerir os recursos hídricos expande-se para a vida, para além da ambiência doméstica. Segundo Lopes (2021, p. 19):

(...) as mulheres têm um papel central na precisão, gerenciamento e conservação da água. Partindo do primeiro e principal papel: o da mulher gestante, que garante a geração e a sobrevivência de outro ser humano, em uma bolsa de água que carrega dentro dela; seguindo ao papel da mulher dona de casa, que cuida e orienta o uso da água no seio da sua família; passando pelo papel da mulher profissional, que enfrenta muitas vezes a falta de sistemas apropriados, como no caso da coleta, tratamento e disposição de esgotos domésticos; chegando ao da mulher gestora, que desenvolve ações de qualidade de vida e proteção ambiental para que o precioso líquido não se deteriore em quantidade e qualidade.

De forma semelhante, na gestão pública das águas, as mulheres têm desenvolvido ações essenciais com a presença ativa nos órgãos que compõem os sistemas de gestão e nos organismos de participação e controle social das políticas de recursos

hídricos. É possível identificar que, mesmo antes de se tornar comitê de bacias, havia um espaço de participação designado Fórum das Águas, no qual muitas mulheres já tomavam parte nos debates. Assim, ao serem indagadas sobre o tempo de participação no CBH-RMF, e como estas chegam ao Comitê, as respostas mais comuns das mulheres fizeram referência à contribuição anterior àquele colegiado.

Foi via, né, COGERH, convidando a Funasa para se fazer presente, eu representante no comitê. E lá dentro da nossa instituição, por indicação da chefia do setor que eu pertença, que é o Setor de Educação e Saúde Ambiental (SADU), que é ligado, né, ao Serviço de Saúde Ambiental, (SESAM), me indicaram para eu fazer presente no comitê representando a Funasa. (...) E isso foi mais ou menos no ano de... (Fernanda- FUNASA)

Na realidade, desde quando surgiu o CBH, quando, bem no começo, havia um grupo formado, casualmente, Fórum das águas. E o Grupo de Interesse Ambiental (GIA) sempre foi, procurou independente que a gente tá aqui como voluntário, a gente não ganha para estar em Comitê. É, até eu digo assim, é muito fácil quando você tem uma receita no final do mês, é muito fácil quando você vai receber um salário. (...) Então, eu sempre procurei estar envolvida, então quando foi feita a construção do Castanhão, eu estava lá com a irmã Gorete lá na Sabiaguaba, ô não, Sabiaguaba não, lá em Jaguaribara, porque ela tava lutando, porque tava o Tristão Gonçalves. Como é que o Castanhão ia ficar em cima de uma cidade de um grande homem como Tristão Gonçalves. Então, foi um junto com a Irmã Gorete nessa luta, então sempre tive... é uma coisa... é minha. Minha assim, Deus deu esse talento e, é importante então eu ia pra luta. Independentemente de ter ganho dinheiro ou não, independente de política ou não, eu nunca... nunca. Eu como pessoa, eu faço porque [é um sentimento de agir, sentimento de fazer, então, eu sinto que todo mundo só fala, só fala. Até aqui dentro do Comitê eu comento (...), só fala, então é uma politicagem por trás, sempre há. Essa questão de chegar ao Fórum das águas, foi a construção da CBH, então eu venho desde o começo (Claudia Bezerra – GIA).

A gente compõe o SISAR como essa organização, que engloba oito, nós somos oito SISAR ao todo. E temos muitas mulheres que trabalham dentro do SISAR, mas em relação a um comitê, um conselho gestor, eu realmente nunca tinha participado (Valéria - Sistema Integrado de Saneamento Rural (SISAR)).

Importante informar que o Sistema Integrado de Saneamento Rural, é um sistema responsável pelo saneamento rural e, embora criado na última década do século passado, participa há pouco tempo do colegiado, ao contrário do que ocorre com outras instituições.

No que se refere à forma como as instituições tomam conhecimento da existência do CBH-RMF e passam a participar das atividades, verificou-se que a divulgação é realizada pela equipe de mobilização da COGERH, conforme explicação a seguir:

É porque quando a gente faz o seminário pra formação do comitê, a gente antes faz um diagnóstico institucional, que é o que eu tinha falado. A gente vai em todas as instituições, todo tipo de organização que existe na bacia, e fala sobre o trabalho da gente. Sobre a gestão participativa, sobre o comitê de bacia, sobre a formação do Comitê, a importância do Comitê, e aí a gente faz um (...), antes a gente faz reunião (...) reuniões regionais, por exemplo: metropolitana ela tem o sertão, tem a metropolitana, tem a serra e tem o litoral. São realidades diferentes, mas estão na mesma bacia. (...) Então, a gente faz reuniões regionais (...). Antes, a gente fazia até as reuniões municipais. Mas, agora, a gente faz só as regionais e a gente convida todas aquelas instituições que nós visitamos. Lá, a gente divide por setores, e cada setor escolhe seus representantes. Depois, aqueles representantes são escolhidos instituições são escolhidas pra participar do congresso e cada instituição depois, porque na realidade são as Instituições que são escolhidas, não são as pessoas (...) depois de eleitas como membros do comitê mandam o ofício dizendo quem é a pessoa que tá representando, (...) vai representar a instituição, entendeu? Não tem distinção. (Clea – Cogeh)

Assim, o método da mobilização empreendido pela COGERH visa selecionar as instituições que terão representação no CBH-RMF e, desta forma, não atenta para necessidade de contemplar a questão da diversidade dos representantes, como, por exemplo, as diferenças de gênero/sexo, já que fica a cargo das instituições a indicação dos seus representantes.

A questão posta é o fato de que a democracia alcança ou, minimamente, deveria alcançar a todos os grupos sociais e sujeitos, entretanto, as indicações realizadas pelas instituições miram, na grande maioria, em sujeitos do sexo masculino, pela própria vivência daquele agrupamento social. Nesse contexto, como garantir a representação das mulheres?

A ampliação do quantitativo de mulheres no CBH-RMF passa pela autonomia institucional, que detém o poder de fazer a indicação, neste caso, a indicação passa minimamente pelo entendimento da importância do colegiado, seja para a instituição ou para a sociedade. Assim, obviamente, a indicação diz respeito ao interesse da instituição acerca daquela matéria e a fala das entrevistadas aponta para a centralidade da questão apontada.

(...) O que a gente observa, às vezes, e aí tanto faz pra homem e pra mulher, é que o Comitê de bacia, por ele não ter (...) um resultado imediato, ou seja, não (...) é um grupo social, um conselho que vá definir, por exemplo, recurso, não é um Crediamigo, do Banco do Nordeste, (...) então eles acabam enviando gente *da periferia*. (...) A gente tem isso de forma diversa. (...) Se a gente tem mulheres, e a gente já teve mulheres que são presidentes de comitê, ou vice, (...) muitas delas tomam pra si, (dizem) “quem vai representar sou eu”. Às vezes, eles colocam pra algumas outras que diz assim: “ah, esse comitê aí é só conversa, que não define nada, não vai trazer nada de bom pra gente” – usando palavras que já escutei várias vezes – “coloca uma pessoa pra gente não perder a vaga, mas não é algo que (vamos) dar muita importância”. Então, temos as duas situações. Enquanto algumas são mulheres que são realmente empoderadas, (...) presidentes, vices, de alguma Secretaria de um sindicato ou ONG que, realmente, tenha grande importância, tenha grande (...) atuação dentro da instituição e envia, como também podem colocar alguém afastada, com menos atribuição (...). Tem bastante isso, mas normalmente quem escolhe quem vai representar são as próprias instituições. Já nos chegamos quem são as pessoas. (Clara Sales – Cogerh)

Sobre qual sujeito é indicado pela instituição, é possível identificar que a representação feminina, depara-se com a realidade de representação feminina também as instituições, assim o Sistema de Gestão de Recursos Hídricos não pode, pelo bem do fortalecimento dos princípios democráticos, interferir na indicação.

A discussão que ainda tentou e eu ainda tô na dúvida se eles conseguiram passar isso lá, porque eles queriam colocar isso no regimento (...) do Acaraú, porque eles estavam querendo colocar um contingente (...), uma cota de mulheres, não lembro se era cinquenta por cento do comitê que tinha que ser de mulheres. (Clara Sales – Cogerh)

As mulheres, quando indicadas, aparentemente não têm ainda a compreensão da necessidade de avançar com a ampliação da participação feminina, assim, muitas vezes, a ampliação ocorre com lentidão. A prova disso é que, dentre as entrevistadas, apenas a representante do Sistema Integrado de Saneamento Rural (SISAR), integra o CBH-RMF em tempo mais recente, as demais participam da discussão desde os fóruns de discussão dos recursos hídricos, que pautavam desde as grandes obras até a escassez hídrica no Estado do Ceará.

Em relação à composição do CBH-RMF, a disparidade entre a quantidade de representantes homens e mulheres, observada anteriormente (Gráficos 3, 4 e 5), se mantém em alguns segmentos ao longo da existência do CBH-RMF, ou seja, durante as seis gestões, como demonstrado nos gráficos que seguem.

Gráfico 6 - Mulheres no CBH-RMF por segmento ao longo das gestões do CBH-RMF (2003 a 2020)

Fonte: elaborado com os dados do CH-RMF

É válido afirmar que os segmentos Usuário de Água e Sociedade Civil têm um maior quantitativo de membros, contando com 06 representantes a mais, cada um, ainda assim, estes contam com maior representação feminina que o segmento poder público municipal.

Gráfico 7 - Representação masculina por segmento, ao longo das gestões, no CBH-RMF (2003 a 2020)

Fonte: elaborado com base nos dados do CH-RMF

Os maiores índices de representação por mulheres ocorrem nos segmentos sociedade civil e usuários de água, e os menores índices ocorrem junto ao poder público estadual e o federal e junto ao poder público municipal. O Poder Público Municipal é o segmento que, ao longo das gestões, registrou a menor incidência de representação ou presença de mulheres, chegando a não contar com a presença destas como titulares na quarta e na quinta gestões.

Considerando a 6ª gestão (2020-2024) havia apenas uma mulher titular, entretanto, ao final de 2022 o assento restou vago. Assim, no biênio 2023/2024 as mulheres estão representadas na condição de titulares, em três segmentos, a exceção está justamente no segmento poder Público Municipal. O gráfico anterior permite verificar a pequena participação das mulheres na condição de suplente, sobretudo, no segmento do poder municipal, que se mantém numa escala de variação entre 0 e 4 representações. E esses dados apontam a dinâmica do segmento. O gráfico a seguir nos apresenta essa tendência;

Gráfico 8 - Representantes do poder público municipal por gênero/sexo ao longo das 6 gestões do CBH-RMF (período de 2003 a 2024)

Fonte: elaborado com os dados do CBH-RMF

Essa tímida representação feminina, no segmento do poder público municipal, aponta para uma provável ausência ou invisibilização das mulheres nas funções de gestão e gerência técnica, junto àqueles poderes municipais (Prefeitura e Câmara Municipal). Corroborando o que foi observado por Garcia e Fadigas (2022), “[...] as mulheres, em geral, não atingem os cargos de mais alto escalão dos órgãos públicos”.

Os dados relativos aos cargos exercidos por cada representante na sua respectiva instituição, não estão disponíveis nos arquivos do Comitê. No caso dos representantes do poder público municipal, ocorre uma maior presença de gestores ligados à agricultura, meio ambiente e defesa civil, estas pastas têm por representante, em geral, a figura do secretário na maioria das vezes do sexo masculino. A ausência dos dados nos permite, apenas, especular sobre a ausência das mulheres nas funções de maior visibilidade e poder de decisão nas gestões municipais. Na gestão 2020-2024 do CBH-RMF, no segmento poder público municipal tem-se a seguinte realidade: 05 secretários de meio ambiente e agricultura na condição de titular e um secretário também da mesma pasta, na condição de suplente.

Segundo a COGERH (2009, p.45), “[...] O colegiado do comitê é eleito para um mandato de 04 (quatro) anos e a diretoria eleita entre seus pares para um mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reeleita por mais um período”. No somatório dos cargos de direção no período de 2003 a 2024, ou seja, ao longo das seis gestões do CBH-RMF, as mulheres ocuparam as diversas cadeiras, por 22 vezes, já dentre os homens este número sobe para 30, confirmando uma maior presença de homens a direção do colegiado.

Essa direção do CBH-RMF foi eleita após prorrogação e vacância, cuja situação poderia inviabilizar a mesa diretora. Para evitar essa situação, o CBH-RMF realizou uma eleição intermediária que ocorreu no dia 09 de março de 2023, em decorrência da 31ª Reunião Extraordinária (RE), convocada com o objetivo de: apresentar a chapa inscrita, eleger e dar posse à nova diretoria (2023-2024), informar sobre os Encontros Regionais para Renovação do CBH; informar sobre o diagnóstico da formação da Comissão Gestora do Açude Malcozinhado; apresentar o Projeto de Implantação de Barramentos de Pequeno Porte – COGERH e apresentar o aproveitamento das Águas Drenadas do Rio Maranguapinho.

Logo no início da Reunião Extraordinária, houve a apresentação das propostas de ação da única chapa inscrita para o processo eleitoral, composta por 04 membros do sexo masculino e, assim, foram eleitos por aclamação, os membros da mesa diretora, que já entraram em exercício. No momento da eleição não houve contraponto

das mulheres presentes, nem mesmo daquelas que compunham a mesa diretora anterior e/ou daquelas indicadas para a coordenação do processo eleitoral. De igual forma, as demais mulheres do Comitê não se posicionaram quanto à composição da chapa.

Dessa maneira, verifica-se que as mulheres mantiveram representação na diretoria de todas as gestões, à exceção da última presidência, eleita para o biênio 2023/2024, compostas apenas por homens.

As análises apresentadas revelam que a representação das mulheres no CBH-RMF é uma realidade, porém, em termos quantitativos, há uma clara disparidade em relação ao gênero masculino e é necessário o incentivo à maior representação feminina nesse espaço.

A representação das mulheres no Comitê de Bacias Metropolitanas, reflete a situação da política brasileira, tal como o cenário nacional dos comitês de bacia hidrográfica dos diversos estados brasileiros, apontado por Matos (2022).

A seguir, apresenta-se fotografias que ilustram a disparidade de representação entre os gêneros masculino e feminino nas composições do CBH-RMF, em cada uma das seis gestões. Nas fotografias estão retratados os integrantes do Comitê de bacias e a equipe técnica da COGERH, mas em cada uma delas, é possível verificar uma quantidade significativa de homes, em relação às mulheres.

Figura 6- 1ª Gestão do CBH-RMF – 2003-2007



Fonte: CBH-RMF

Figura 7 - 2ª Gestão do CBH-RMF – 2007-2011



Fonte: arquivos CBH-RMF

Figura 8 - 3ª Gestão do CBH-RMF – 2011-2015



Fonte: arquivos CBH-RMF

Figura 9 - 4ª Gestão do CBH-RMF – 2015-2019



Fonte: arquivos CBH-RMF

Figura 10- 5ª Gestão do CBH-RMF – 2015-2020



Fonte: arquivos CBH-RMF

Figura 11 - 6ª Gestão do CBH-RMF

Fonte: COGERH

Fonte: arquivos CBH-RMF

4.1 –PERFORMANCE, DESAFIOS, RESISTÊNCIAS E APRENDIZAGENS DAS MULHERES NO CBH-RMF

Como demonstrado anteriormente, os dados nacionais e do CBH-RMF sugerem haver representatividade de mulheres na composição das instâncias de controle social das políticas públicas de recursos hídricos, não obstante, indicam também que o número de representantes mulheres no CBH-RMF é consideravelmente menor do que o de homens havendo uma disparidade de representatividade entre os gêneros. A questão da representatividade é fundamental para se analisar a participação das mulheres em espaços de controle social na gestão das políticas públicas de recursos hídricos, como é o caso do CBH-RMF. Entretanto, é igualmente importante entender como as representantes mulheres participam das discussões e contribuem para as tomadas de decisão nesses espaços. Por esse motivo, as condições objetivas de participação e performance das representantes, desde a indicação, acompanhamento de pautas, diálogos com os demais entes dos comitês, participação em reuniões com uso da fala e sugestão ou aprovação de pautas, precisam ser analisados.

Assim, para além da questão da representatividade, o que se busca aqui é entender qual o grau de inserção e a contribuição das mulheres nas discussões e tomadas de decisão do CBH-RMF. Quanto a essa questão Ayrimoraes *et al.* (2022, p. 38) afirma;

Cabe ressaltar que essa assimetria evidenciada pelos dados apresentados é agravada quando olhamos para a forma como se dá a participação das mulheres nos colegiados e os demais espaços de decisão. Muitas das vezes, a mulher não tem seu discurso devidamente valorizado e se silencia por não se sentir confortável em se manifestar,

Se por um lado as mulheres encontram este tipo de obstáculo, os homens estão em maioria e em espaços que ocupam há muito tempo, entretanto, a agenda de incorporação da perspectiva de inclusão das mulheres ganha notoriedade com o passar do tempo:

Em relação à gestão da água, historicamente, estava muito mais voltada às soluções de engenharia (tratamento de água e irrigação), onde os homens sempre estiveram mais presentes do que as mulheres. Mas quando o assunto é conservação da água, vemos um destaque da participação feminina. Tanto é, que se tornou uma tônica mundial a incorporação da perspectiva de gênero no sentido de um maior envolvimento de representantes do grupo feminino na tomada de decisões relacionadas ao uso da água. O reconhecimento de que elas são peças-chave no trato da água para a saúde (água potável e saneamento), alimentação e equilíbrio ambiental dos ecossistemas. (Garcia e Fadigas *in* Matos e Carriere, 2022)

Para além da presença na composição do CBH-RMF, a participação ativa das mulheres é verificada em diversos momentos. Dentre estes, destaca-se a elaboração do decreto que regulamenta o Comitê de Bacias Hidrográficas e a Comissão Gestora dos Açudes:

A gente tinha uma nova lei, a 14.854 de 2010 que é a Política Estadual de Recursos Hídricos, mas a lei não estava regulamentada, nessa parte de comitês de bacias, então ele me deu principalmente essa missão de início, de conversar com os comitês, preparar minuta, passar nos colegiados para a gente avançar na parte de decreto dos comitês. E assim eu fiz. O decreto saiu em 2017 [...]foi em 2017, ele saiu. E depois de muitas conversas com os comitês, sai o decreto. Nesse decreto a gente inclui a parte de comissões gestoras que antes não estava no decreto, [...] os Comitês lidam com as Bacias Hidrográfica e as comissões gestoras lidam com os açudes, [...] São os colegiados dos açudes. (Márcia – SRH)

A Lei estadual faz referência aos 12 comitês cuja constituição e posterior regulamentação significa a consolidação de um modelo de gestão, cuja concretude se dá na perspectiva de descentralização da política de gestão das águas, com ampliação da participação dos principais interessados – usuários, poder público estadual, federal e municipal e sociedade civil.

Em todas as reuniões do CBH-RMF, as mulheres representantes dos segmentos participaram ativamente com questionamento, apresentação de pontos importantes ou propostas diversas. Ainda é possível verificar a presença e contribuição de convidadas das diversas instituições públicas e privadas. No quadro a seguir estão as principais contribuições das mulheres, nas reuniões ordinárias do colegiado, considerado o período compreendido entre a 58ª e a 70ª reunião ordinária.

Tabela 2 - Síntese das falas das contribuições das mulheres as Reuniões do CBH-RMF

<p>58ª Reunião Ordinária 27/08/2020</p>	<p>Co-coordenação de Clea Costa e secretaria de Maria de Jesus.</p>	<p>Sra. Zita da ABES destaca a importância da preocupação do Sílvio com a questão e diz que esse uso do açude ameaça a vida dos peixes. A Sra. Ana Cláudia Dutra advogada da SRH e membro do CBH complementa que o documento a ser enviado ao CONERH deve ter redação técnica, clara e bem embasada. Sra. Nájila representante da ABESS no CBH indaga se há perspectiva de trabalhar enquadramento de Corpos Hídricos na Câmara Técnica e diz que esse é um Instrumento de gestão de RH importante, que em gestão passada do Comitê já foi feita essa discussão e sugere que seja retomada agora pela CT. Cláudia responde dizendo que é meta do Pró-Gestão e do</p>
---	---	--

		<p>Pró-Comitê estudos sobre Enquadramento de Corpos Hídricos e que deverá verificar com Carlos Campelo (Kalila) da SRH quando será o início da reativação dessa Câmara Técnica.</p> <p>Nájila diz que já existiu uma Câmara Técnica de Enquadramento coordenada pela COGERH e que existe um trabalho do Técnico Berthier da COGERH sobre esse tema que deve ser resgatado. Ana Cláudia (SRH) informa que dia 15 de março a primeira parcela do recurso do Pró-Comitê foi recebida e que dia 25 de agosto o CONERH aprovou o relatório de certificação de 2019 e que a Agência Nacional de Água (ANA) deverá liberar a outra parcela de 501 mil reais e que no Fórum de Comitês está havendo discussão sobre a forma de aplicação do recurso.</p>
59ª Reunião Ordinária 27/10/2020	Co-Coordenação de Clea Costa e secretaria de Maria de Jesus.	<p>Zita, discute dados do açude da Corte e diz que fará pesquisa sobre o açude no livro de Cooperação do DNOCS. Gesteira diz que enviará a ficha técnica do açude para todos do CBH e informa que foi feito batimetria do açude em 2017, tendo o mesmo um volume de 690.000m² e que o seu nome foi em homenagem a família Acyoli.</p> <p>Zita sugere que seja feita uma consulta à Agência Nacional de Águas - ANA, porque tem questões complexas a serem definidas no documento, como açudes de múltiplos usos, de uso para consumo humano, então é uma temática de qualidade da água. Zita levanta questão da falta de Fiscalização nos Reservatórios.</p> <p>Sra. Virginia da SEMACE informa que haverá uma reunião na SEMACE para discutir o documento e definir algumas medidas para constar no documento. Defende também que seja feita consulta a ANA.</p> <p>Zita sugere divulgação e apresentação da Cartilha nas redes sociais e televisão, tendo em vista a pandemia e as crianças estarem em isolamento social. Inês Informa que a SRH colocou cartilha no seu <i>site</i> e no Instagram.</p> <p>Sra. Mailde sugere projetos com foco em recursos hídricos, Zita fala que o recurso é pouco e a aplicação deve priorizar a questão da água.</p>
60ª Reunião Ordinária 17/11/2020	Secretária: Maria de Jesus	<p>Sra. Ana Lúcia solicita a Patrícia Trajano, o material do Pacto para o Saneamento.</p> <p>Marcelo indaga a Márcia Caldas da SRH, um posicionamento sobre a prorrogação. Márcia Caldas responde que existe a portaria 670 de 06 de maio de 2020, que prorroga todos os mandatos de Comitês de Bacias até que o Governador faça um novo decreto ao finalizar a Pandemia. Explica que a Portaria resguarda todos os comitês do Ceará e no caso do Comitê das Bacias Metropolitanas, ainda tem mais um ano de mandato, portanto não vê a necessidade de prorrogação, mas que aguardem uma resposta oficial do CONERH.</p>

		<p>Márcia sugere ao CBH-Metropolitana, focar no que vão querer, definir um prêmio como por exemplo, um <i>notebook</i>. Lembra que foi feito amostras fotográficas em gestões passadas.</p> <p>Sra. Mailde fala dos projetos educativos de sua gestão. Defende projetos de divulgação dos problemas ambientais nas praças.</p> <p>Professora Nagilla da ABES – CE sugere material impresso e diz que vai dar contribuição para trabalhar um material de educação ambiental voltada ao saneamento básico.</p>
61ª Reunião Ordinária 08/12/2020		<p>Professora Ângela informa que enviou contribuição para o Projeto do Pró-Comitês. Presidente do Comitê sugere que a Ata seja assinada pelo Secretário do CBH.</p> <p>Zita Timbó fala que no açude tem um projeto de piscicultura. Gesteira fala que precisa ter outorga. Zita diz que essa regularização pelo DNOCS pode ser através de um documento do Comitê solicitando a Outorga e se compromete a colaborar junto ao DNOCS para que a regularização seja feita.</p> <p>Mailde diz que é uma questão regimental, e o Regimento precisa ser aplicado.</p> <p>Sra. Zita Timbó pede a Cláudio Gesteira, enquanto COGERH solicite ao CREA a paralisação da obra [relativo a uma denúncia de irregularidades no empreendimento imobiliário como aterro sobre APP da lagoa do Catu].</p> <p>Sra. Zita Timbó pede a Cláudio Gesteira, enquanto COGERH solicite ao CREA a paralisação da obra.</p> <p>Zita sugere que a SEMA acompanhe o caso. Sr. Jean fala que será averiguado se há irregulares para pedir o embargo.</p> <p>Magda representante da SEMA diz que é importante solicitar fiscalização e caso o órgão ambiental for omissivo, acionar o Ministério Público.</p>
62ª Reunião Ordinária 09/02/2021		<p>A Sra. Claudia Bezerra representante do Grupo de Interesse Ambiental (GIA) indaga por que o Terceiro Setor não foi indicado para a referida Comissão.</p> <p>Sra. Zita Timbó, representante da ABESS se inscreve também para a Comissão de elaboração da cartilha e destaca o trabalho da ABESS com saneamento ambiental.</p> <p>Sra. Mailde Carlos sugere que a cartilha seja gravada em <i>pen drive</i> para distribuir nas escolas.</p> <p>Sra. Sakamoto inicia falando que não tivemos muitas chuvas em 2020 e informa alguns dados. Apresenta calendário de chuvas de janeiro diz que houve um desvio negativo e em relação à climatologia. As chuvas em relação à Bacia do Salgado e Alto Jaguaribe foram melhores [CONVIDADA].</p> <p>A Sra. Inês Prata (SRH) Autora da Cartilha a Gotinha Nossa de Cada Dia faz avaliação do Projeto e informa que mais da metade dos municípios da Bacia trabalhou a cartilha, no entanto diz que há</p>

		<p>necessidade de um líder desse projeto nos municípios para fazer a coordenação, para que o projeto tenha efetividade. Sugere que os membros do CBH façam essa coordenação nos seus municípios.</p> <p>Márcia apresenta o projeto SRH na escola cartilha: A Gotinha Nossa de Cada Dia discute os pontos da Metodologia de Implementação da Cartilha com as seguintes informações: Diálogo com a SEDUC municipal/estadual sobre o projeto• O Prefeito assina o Termo de Adesão ao projeto – parceria Prefeitura/CBH-RMF.</p>
63ª Reunião Ordinária 11/05/2021		<p>Sra. Inês da SRH – CBH parabeniza pelo Projeto da Cartilha e fala da dificuldade que está enfrentando para trabalhar a Cartilha Gotinha Nossa de Cada Dia nos Municípios da Bacia. Informa que alguns municípios não apresentam interesse em trabalhar a cartilha e, por essa razão, consulta a Plenária do Comitê se eles podem ceder as cartilhas restantes para outros Comitês de Bacias. Disse que seria necessário apoio dos membros do CBH-RMF para entrar nos Municípios e o compromisso dos Prefeitos.</p> <p>Ana Lucia Assunção questiona como essas informações ou esses indicadores serão convertidos em Políticas Públicas.</p> <p>Sra. Magda Marinho da SEMA sugere que possam contatar com a Coordenadora de Biodiversidade da SEMA, pois a secretaria tem muitos projetos de reflorestamento.</p> <p>Silvana solicita informações para mapear as nascentes dos mananciais.</p>
64ª Reunião Ordinária 11/11/2021		<p>Sra. Tatiane explicou que o SISAR é uma Federação de Associações Comunitárias Rurais que possui um Sistema de água/esgoto. É um modelo compartilhado de gestão e uma Empresa Privada com parcerias com Associações de Comunidades Rurais. Destacou a Estrutura Organizacional e a participação da Comunidade na Gestão dos sistemas de abastecimento. A seguir, apresentou os reservatórios e respectivos municípios e nível de volume de água atualmente nesses reservatórios que compõem a UNBME. Segue mostrando as Ações realizadas com Comunidades Rurais de: SAAE – BATURITÉ – SAAE PENEDO – SAAE MULUNGU. Sr. Solon falou sobre o objetivo do SISAR, sua Equipe e as parcerias a cobertura do SISAR no Ceará e no Brasil. Explicou como fazer a implantação de uma unidade de SISAR no padrão técnico, e disse que o SISAR está ampliando redes de melhorias nos Sistemas e reformas nas Bacias Metropolitanas e que é uma empresa que tem visibilidade em muitos países pelo viés social de seu trabalho.</p> <p>Professora Najilla faz o seguinte encaminhamento: que as duas representantes da SEMACE: Virgínia e Ângela solicitem fiscalização para o Açude Penedo e</p>

		que seja produzido um relatório tendo em vista as questões ambientais citadas.
65ª Reunião Ordinária 07/12/2021	Co-coordenação de Clea Costa e secretária de Maria de Jesus.	<p>Ana Cláudia, informa que a pedido de Márcia Caldas, solicita que possa ser incluída na pauta da próxima reunião CBH–RMF a apresentação do relatório do Projeto SRH na Escola. Marcelo Bezerra enfatizou a importância que os/as integrantes do Comitê possam apresentar sugestões de conteúdo de pauta ou de palestra de capacitação para as próximas reuniões, não deixando apenas sob a responsabilidade da diretoria, em virtude dos integrantes não terem a dimensão e nem o conhecimento de todos os problemas hídricos de cada um dos municípios da Bacia Metropolitana, ao mesmo tempo esse processo estimula a participação.</p> <p>Em seguida, a senhora Inês Girão apresentou os trabalhos desenvolvidos pelo grupo de trabalho de capacitação e comunicação, enfatizando que o planejamento estratégico tem uma periodicidade de 5 anos, sendo que, anualmente, atualizando as deliberações e que o Comitê deverá estar constantemente monitorando a sua aplicação. Foi lido ponto a ponto as atividades do grupo de trabalho de capacitação e comunicação do planejamento estratégico dos comitês.</p> <p>Magda, representante da SEMA faz uso da palavra. Ela esclarece que em relação à proposta feita, que existem recursos da compensação ambiental de projetos que possuem A-RIMA, uma porcentagem dos projetos se destina à compensação ambiental.</p>
66ª Reunião Ordinária 15/02/2022	Co-coordenação de Clea Costa	Meiry Sakamoto iniciou a apresentação de prognóstico da quadra invernososa. Meiry disse que este foi o melhor janeiro dos últimos 6 anos (chuva de pré-estação) e explicou que <i>La Niña</i> não é ruim, mas não é fator suficiente para fazer chover. A meteorologista demonstrou que em 14 de fevereiro de 2021 o aporte acumulado da Metropolitana era de 38% e este ano é de 47%, quase 10% a menos, reforçando o uso consciente da água (CONVIDADA).
67ª Reunião Ordinária 07/04/2022	Co-coordenação de Clea Costa	<p>Cláudia pediu a palavra e informou que o GIA estará presente na comunidade nos dias 22, 23 e 24 de abril e que mediará um alinhamento com os presidentes do assentamento antes do dia 18.</p> <p>Nájila explicou que havia questionado a adesão do CBH ao OGA por considerar uma ferramenta importante para a gestão das águas, mas que cabe ao CBH realizar uma votação a respeito da adesão.</p> <p>Márcia explicou que o Ceará recebe um valor anual que é dividido para os 12 Comitês, a partir de um alcance de metas, que vem caminhando bem. Márcia também informou que as demandas dos comitês foram divididas em 04 termos de referência.</p>
68ª Reunião Ordinária	Co-coordenação de Clea Costa	Cléa explica que a vacância é do segmento usuário e que o candidato que assumir o cargo terá apenas 6

18/08/2022		meses de mandato e depois só poderá se reeleger mais uma vez para a gestão do CBH. Após explicações, se candidatam a Sra. Claudia Valeria Silva Melo, representante do SISAR BME e Sr. Tiago da Ponte representando o Hotel Dom Pedro Laguna. (...) sendo eleita a Sra. Cláudia Valéria com maioria dos votos.
69ª Reunião Ordinária 13/12/2023		Cláudia, do GIA, explicou sobre as Unidades de Conservação e informou que já existe essa experiência de pagamento por serviços ambientais no estado. Em seguida, Cláudia Bezerra comentou sobre os projetos implementados no Assentamento Menino Jesus pelo GIA e sugeriu que na doação de alimentos arrecadados fossem doados para as famílias carentes do Assentamento Menino Jesus, em Chorozinho, sobre a qual a plenária votou a favor. Márcia Caldas ressaltou o trabalho de Educação Ambiental realizado por Cláudia através da ONG GIA e lançou o nome da mesma para ser homenageada com a Comenda Zaranza 2022. Foi indicado o nome da Sra. Cláudia Bezerra, representante da ONG GIA e membro do CBH, para receber a Comenda Zaranza 2022.
26ª. Reunião Extraordinária 16/06/2000		Dando prosseguimento, a Sra. Zita Timbó diz ter interesse em participar da Câmara Técnica do Meio Ambiente e Outorga. Sr. Reudson de Sousa (CODECE) informa que Zita já está participando da CT de Planejamento e Gestão. Carolina representante da Empresa SOLAR indaga se esse fato vai ter algum impacto no volume outorgado.
27ª Reunião Extraordinária 29/06/2021		Sra. Kátia da NIPPON solicita as apresentações feitas na reunião e outras ações de recuperação de áreas degradadas caso haja. Indaga como a área do Pacoti foi selecionada para o reflorestamento. Kátia Cury informa que está fazendo levantamento para verificar onde existem áreas degradadas em propriedades privadas. Informa que as Unidades de Conservação devem estar no (Cadastro Ambiental Rural) CAR. Sra. Kátia Cury Coordenadora do estudo da criação da Unidade de Conservação dos açudes Pacoti, Riachão Gavião e explica que o objetivo do seminário é apresentar o Plano de trabalho e de mobilização Social sobre a criação da Unidade de conservação, um escopo do estudo e onde se quer chegar. Informa que serão feitas três consultas públicas em setembro. Sra. Fernanda consultora da NIPPON diz que não recebeu os textos técnicos do grupo interinstitucional para divulgação do seminário. Solicita que seja entregue na próxima semana e diz estar preocupada com a Mobilização.

Assim, os registros em atas evidenciam uma ativa participação das mulheres, ao passo que nos fornece um amplo leque de inserção e contribuição destas, numa variedade de temas e pautas que incorporam discussões acerca do funcionamento do comitê; enquadramento de corpos hídricos; modelo de gestão; educação ambiental; projetos do CBH-RMF, composição e funcionamento das câmaras técnicas, para citar alguns temas.

A partir da análise do processo de constituição do Comitê, verifica-se que a inclusão das mulheres não ocorreu numa perspectiva de prepará-las para o controle social da política de água, considerando as especificidades de gênero.

Entretanto, a presença de algumas mulheres que já discutiam água e já dispunham de arcabouço teórico e prático para a condução de processos de negociação, sobretudo quando se refere à realização das atividades com os membros do colegiado, foi essencial para o fortalecimento das integrantes e, também, das técnicas de gestão, conforme relato a seguir:

(...) a Rosana era muito forte em relação a isso, ela colocava, ia pra frente, então isso me ajudou muito, me ensinou muito. Na realidade, a Rosana foi uma professora, e me ensinou muito, no posicionamento de enfrentamento a ter essa autonomia, esse empoderamento.
(Clea Rocha – Cogeh)

Segundo afirma a entrevistada, o cenário inicial das negociações demonstrava uma tensão diante dos vários interesses manifestados, aquele havia quase um monopólio da presença masculina entre os representantes. Em alguns casos, o fato de ser uma mulher a conduzir o processo de mediação e as reuniões de operação, foi fator de argumentações ou falas mais ofensivas, mais abruptas, por parte de alguns participantes, além disso, registra-se que em dado momento havia uma ameaça à integridade da equipe, e no caso, as mulheres ficavam mais vulneráveis.

(...) agora tá bem melhor, mas antes eram só homens que iam participar das reuniões, tinha homem que ia com uma faca pra fazer as reuniões de operação. Então, era uma forma de intimidar, só em eles irem armados, já era uma intimidação. E nós pegamos essa fase, eu peguei essa fase deles quererem intimidar e colocar à força, de qualquer jeito.
(Clea Rocha – Cogeh)

Fato é que mesmo diante dos riscos, as técnicas continuaram a realizar as atividades e, na maioria das vezes, a presença de mulheres como referência no processo de gestão, fazendo frente à fala de uma maioria masculina, encorajou as demais técnicas

que tinham as gestoras mais experientes como espelho de ação e posicionamento profissional.

(...) tínhamos duas, que era a Renata e tínhamos a Regina, que trabalhava com a gente, mas também trabalhava na área de estudos e projetos. Mas assim, as pessoas estavam muito mais ligadas à área do financeiro, dos recursos humanos e à nossa área, que eu acho que era o que tinha, [...] do conhecimento, mas, mais na nossa área, vamos dizer, o social da política. E aí que tínhamos quatro mulheres trabalhando nessa época. E aí ter convivido com a Rosana Gargiulli foi realmente um aprendizado muito grande, de ver aquela mulher que se empoderava, chegava perto, peitava presidente, secretário, e discutia de igual pra igual com eles, sem ter perda de discussão. Isso é um espelhamento, ainda mais para uma jovem profissional em formação, isso é um espelhamento muito bom, de você aprender a se portar a encarar essa questão. (Clara Sales – Cogeh)

O reconhecimento da atuação de mulheres em atividades produtivas, por aquelas que estavam iniciando a carreira, sobretudo em área que por muito tempo foi lida como sendo de domínio masculino, contribuiu para o fortalecimento da ação das técnicas nas instituições:

(...) nós tínhamos uma mulher muito forte no nosso grupo, que era muito forte (...) que é uma mulher muito forte, era a Rosana Garjulli, que era na realidade a nossa chefe, então (...) isso fazia a gente de certa forma ficar mais forte também, porque a Rosana sempre foi uma pessoa muito altiva, e muito (...) ela conversava, brincava, mas ela era muito forte nas posições dela. (...), mas eu, pelo menos, sentia rejeição porque a maioria dessas pessoas que participam de recursos hídricos são homens. (Clea Rocha – Cogeh)

Como visto, perpassando a vida das mulheres, o patriarcado com seu repertório se impõe à cada geração moldando as relações que estas estabelecem, seja no espaço da casa seja nos espaços públicos, isto por que, “O patriarcado ou ordem patriarcal de gênero é demasiadamente forte, atravessando todas as instituições”, refere Saffioti (2020), e se impondo de modo a destituir de importância as contribuições das mulheres, fundamentalmente no espaço público. É parte da estratégia de dominação patriarcal, dentre outras, a infantilização das mulheres, a invisibilização do potencial e da presença das jovens em formação ou recém-formadas. Os depoimentos das entrevistadas nos dão uma dimensão da ação do patriarcado ao instrumentalizar a vida das mulheres, tentando moldá-la, de forma excludente e opressora:

Então quer dizer, não é fácil. Principalmente nesse mundo, nesse meio, que como disse a Clea, é muito machista, muito masculino, realmente é furar uma bolha. Embora a gente saiba que hoje, a maioria dos

profissionais que saem das faculdades e que se forma na área da engenharia, que é majoritariamente a nossa área, seja de mulheres. Mas, ainda assim, ainda existe, já ouvi de colegas que faziam parecer, chegar à pessoa que vinha fazer (o parecer) o usuário olhar (...) e dizer “vim falar com a doutora fulana de tal”, e a pessoa jovem, né? uma jovem engenheira (...) dizer “sou eu” aí (ouvir) “você é a secretária dela?”. Eu ouvi isso várias vezes. Quando eu ia ligar, por eu ser (...), por meu chefe ser homem, eu ligava e (eu era) uma técnica, que trabalhava de (...) igual pra igual com ele e (...) a pessoa ligava, eu atendia. Sempre em nosso departamento todo mundo atendia o telefone de todo mundo (...), tanto fazia se era o chefe ou não (...), a gente (ia) atender e quando era uma mulher, eles não faziam isso com homem, mas quando era uma mulher, sempre perguntavam se era a secretária. (Clara Sales – Cogersh)

A infantilização ou menção à idade das mulheres, mesmo pronunciada em forma de elogios, na realidade funciona como uma forma de não reconhecer a capacidade das mulheres em assumir determinados cargos ou funções.

Claro que ainda assim você percebe várias coisas: quantas e quantas vezes, em reuniões, o diretor chegar para mim e diz “ei, menina, tira aquela (...) xerox ali pra mim”. O que era uma forma de dizer (...) “você é aquela pessoa que não interessa, que tá por ali, que tá aqui, mas não faz parte de quem realmente dita as ordens”. (...) Isso vai fazendo com que você tenha realmente uma consciência. (Clara Sales – Cogersh)

As entrevistadas nos oferecem elementos para refletir, que embora ocupando os espaços públicos, as mulheres ainda vivem sob relações sociais que são duramente moldadas pelo patriarcado, inclusive em espaços de poder como o exercício da política ou do engajamento no mercado de trabalho. Eis que aí encontra-se a face do patriarcado, denominada de patriarcado público por Pateman e Walby (1993 *apud* Federecci, 2017), cujos interstícios são coletivos, no qual as mulheres ultrapassam o espaço doméstico, entretanto, tal ascensão social não é capaz de reformular as bases materiais e ideológicas do “contrato sexual”.

Na mesma perspectiva que Pateman, Walby (1993) desenvolve os conceitos de “patriarcado público” e “patriarcado privado”, que complementam o entendimento sobre como o patriarcado opera quando as mulheres conseguem superar a divisão e tentam se lançar nos espaços públicos. Sendo assim, o patriarcado privado caracteriza-se pela dominação das relações patriarcais no âmbito doméstico, exercido pelo chefe de família dentro do núcleo familiar. O patriarcado público é mais coletivo na forma, pois mulheres são envolvidas em domínios públicos, como a política, e o mercado de trabalho, mas permanecem segregadas da herança, do poder e do status (Federicci, 2017, p. 146)

Pensar o patriarcado neste contexto, é entender que este tem por alicerce o contrato sexual (Pateman, 1993 *apud* Federecci, 2017).

Segundo Federicci (2017, p. 146) as bases da nova divisão sexual do trabalho encontram-se na perspectiva de um novo contrato sexual com origem na acumulação primitiva, na Europa pré-capitalista. Ante a emergência do novo regime monetário e o consequente fim da economia de subsistência, anuncia-se o fim da unidade entre produção e reprodução em face das novas relações que se estabeleciam no espaço e temporalmente. Diante da nova configuração, a produção ganha *status* diferenciado uma vez que geradora de valor econômico, e se destinava ao mercado. Já a reprodução deixa de ser considerada como trabalho, não tendo importância monetária e sendo relegada à “obrigação das mulheres”, pois o Estado necessitava de um trabalho não remunerado, mas essencial ao trabalho assalariado e à manutenção do capitalismo:

Foi a partir desta aliança entre os artesãos e as autoridades das cidades, junto com a contínua privatização da terra, que se forjou uma nova divisão sexual do trabalho ou, melhor dizendo, um novo “contrato sexual”, segundo as palavras de Carol Pateman (1988), que definia as mulheres em termos – mães, esposas, filhas, viúvas – que ocultavam sua condição de trabalhadoras e davam aos homens livre acesso a seus corpos, a seu trabalho e aos corpos e ao trabalho de seus filhos (Federicci, 2017, p 146).

Diante do cenário, entende-se que a presença das mulheres no comitê de bacia hidrográfica comunica em muito com a perspectiva da divisão sexual do trabalho (DST), que Kergoat (2009, p. 67) define como “a forma de divisão do trabalho social decorrentes das relações sociais de sexo; essa forma é historicamente adaptada a cada sociedade. Tem por características a destinação dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva.”. Com esta definição, a divisão sexual do trabalho considera o trabalho do homem com maior valor hierárquico em relação ao das mulheres, logo, essa hierarquia se reproduz nas demais esferas da vida social.

Os significados do novo contrato sexual foram expressos na especialização das atividades produtivas e consequente desvalorização do trabalho feminino, fator essencial para a manutenção de um sistema que afastava cada vez mais as mulheres do mundo do trabalho. A nova divisão sexual do trabalho, ou novo contrato social, definida por Pateman (1993 *apud* Federicci, 2017), definia a designação “natural das mulheres burguesas, garantindo que fossem boas esposas, mães primorosas e esposas bondosas, apropriadas pelos homens que privatizaram suas vidas”. Ao passo que para as mulheres proletárias o cenário era ainda mais desolador:

De acordo com este novo contrato social-sexual, as mulheres proletárias se tornaram para os trabalhadores, homens substitutos das terras que eles haviam perdido com os cercamentos, seu meio de reprodução mais básico e um bem comum de que qualquer um podia se apropriar e usar segundo sua vontade (Federicci, p. 191).

Construiu-se como base do novo contrato sexual uma nova ordem patriarcal, impondo duras penas às mulheres que tentavam transgredi-la traduzida na imposição de uma ordem de coisas que objetificaram as mulheres, tornando seus corpos propriedades substitutas das terras, antes terras comuns. Na reconfiguração das formas de trabalho, as mulheres tornaram-se bens comuns, suas atividades foram consideradas não trabalho e seus corpos e trabalho foram assemelhados aos recursos naturais, de posse de todos. Acrescenta a autora que na Europa pré-capitalista as mulheres possuíam as terras e outros bens, na nova ordem imposta sob a égide do capitalismo, as mulheres eram os próprios bens (Federicci, 2017).

Atravessando séculos, cuidou o novo contrato sexual de lançar suas bases além do tempo, não sem a resistência e a contestação sobretudo das mulheres.

A participação das mulheres foi além das lutas pela identidade, porque criou novos sujeitos políticos e históricos (Pinto, 1992) que demandaram identidade e novos direitos (em todos os campos). A participação das mulheres não se resumiu à entrada nas universidades, no mercado de trabalho, ou ao exercício de atividades até então exclusivas dos homens. Ela clamou por igualdade de gênero, não só para as mulheres, mas para todas as formas de ser humano, para todas as possibilidades de ser mulher. Abriu as portas para a participação e para as demandas de todos os homoafetivos, e lutou para quebrar barreiras de raça e cor. (GOHN, 2019 p. 74)

Ora, o patriarcado não distingue barreiras entre o público e o privado, na verdade ele orienta e estrutura todas as esferas da vida social, logo, a participação das mulheres nos espaços de gestão de políticas públicas de recursos hídricos também está submetida a essa lógica.

Evidentemente, há mulheres que escapam a este destino de gênero (Saffioti e Almeida, 1995), mas se trata de casos individuais, jamais podendo ser tomados como expressão da categoria mulheres, extremamente diversificada. Via de regra, as mulheres falam baixo ou se calam em discussões de grupos sexualmente mistos. Nas reuniões festivas, o comum é se formarem dois grupos: o da Luluzinha e o do Bolinha. Como este último está empoderado e, portanto, dita as regras, o primeiro sujeita-se ao jogo socialmente estabelecido. A ideologia sexista corporifica-se nos agentes sociais tanto de um polo quanto de outro da relação de dominação-subordinação. O sentido figurado da corporificação das ideologias em geral e da sexista em especial reside

no vínculo arbitrariamente estabelecido entre fenômenos: voz grave significa poder, ainda que a pessoa fale baixo. (Saffioti, 1998)

De acordo com a concepção de Saffioti (1998), algumas mulheres escapam de uma ou outra situação ou problema de gênero, para usar as palavras da autora, entretanto, a realidade não é validada para toda a categoria de mulheres.

Eu, particularmente, eu nunca tive problemas com isso, não assim, de por causa da minha condição de ser mulher, de ser impedida ou de ser, e até assediada. Não tivesse assim assédio e cantadas, a gente recebe. O tempo todo? Né? Mas nenhum assédio que eu qualificasse assim como impertinente ou algo fora do contexto, ou algo extremamente hostil algo parecido, pelo contrário. Nem pelo poder de fala, que assim, de um homem que acontece, né? Muitas vezes um homem não quer deixar a mulher falar ou algo parecido. Não, não, não, não vi esse problema. (Marcia – SRH)

Alguns outros fatores contribuem para que a opressão de gênero não alcance individualmente algumas mulheres, dentre eles estão a classe e a raça. Segundo Saffioti (1998), “o porquê disto encontra-se na posição social dos homens como categoria social em relação à das mulheres. A voz grave do assalariado não o empodera diante de seu patrão, pois o código na estrutura de classes é outro”. De igual forma, embora não perceba a opressão, ela não deixou de existir, só se encontra escamoteado diante de outras formas de opressão:

Mas, assim, a discussão sempre foi assim, quando chegava em um comitê de bacia, normalmente as mulheres que eram indicadas eram mulheres que já tinham uma posição de certo destaque em suas instituições. Normalmente, elas eram conhecidas até na própria região. Então, assim, quando a Zita Timbó vem pra cá, todo mundo sabia que a Zita Timbó era a engenheira do DNOCS, que ela era especialista em barragens, que ela era a especialista em segurança de barragens, porque ela já tinha um nome, ela vem de uma família de engenheiros. (INAUDÍVEL) Quando veio a Maílde, eu ria muito da Maílde, porque assim, quase todos os homens que faziam parte do comitê da metropolitana, que faziam parte da formação deles, a gente tinha uma prevalência muito grande de agrônomos, e a Maílde, era, foi chegou a ser diretora do Centro de Ciências de Tecnologia da UFC (Universidade Federal do Ceará). Então, quer dizer, ela era coordenadora do curso de engenharia, de agronomia da UFC, ela foi chefe de departamento, diretora de Centro, e foi professora da maioria deles. Era muito engraçado, porque todo mundo já chegava chamando-a de professora, então ela já tinha de certa forma uma certa autoridade perante aquelas pessoas. (Clara Sales – Cogerh)

A opressão de gênero se expressa mesmo disfarçada de cuidado ou respeito, isso porque, independentemente da posição social que as mulheres alcancem, os homens

as consideram como frágil ou fraca, não visualizando, assim, a competência daquelas mulheres.

Além dos desafios comuns à gestão, o fator gênero/sexo ganha um peso diferenciado, ante ao fato de que os homens estão em maior presença nos comitês e espaços de gestão, inclusive com maior ocupação de cargos.

Como evidenciado no depoimento a seguir, quando dos acertos públicos das mulheres, ainda assim, elas são colocadas em situação desconfortável, por conseguir realizar aquilo que aparentemente soava improvável para alguns colegas de profissão. Assim, no patriarcado, a competência das mulheres não só é questionada, como também é vista como ameaça.

Por exemplo, eu tive uma experiência bem interessante de uma época que teve uma disputa na COGERH, uma disputa no Estado. Na época de uma discussão até política, também tinha o pano de fundo político, mas era uma discussão sobre a liberação de água lá do Jaguaribe em que a nossa gerência regional do Limoeiro foi ocupada por uma série de usuários e quem foi fazer a discussão e pedir a (...) negociar com as pessoas para que elas pudessem pelo menos deixar os técnicos entrarem e saírem da gerência pra poder fazer seu trabalho foi, foi na época um dos advogados daqui que hoje ele é assessor Jurídico da SRH, o Ricardo Veras, e eu. E eu percebia assim, até porque eles me conheciam porque como eu participava das reuniões do Vale, normalmente no interior, porque também tinha isso, a gente também era colocada numa posição de destaque porque a gente moderava as reuniões. Ou seja, quem dá voz, quem diz a pauta, quem vai o tempo inteiro administrando o tempo éramos nós, e isso na verdade acaba sendo uma certa autoridade, a pessoa que tá na frente de uma assembleia, normalmente ela fica numa posição de destaque. Então, eu via bastante isso, que eles tinham uma certa dificuldade com os meninos quando iam conversar com eles, até por terem um respeito, até mesmo por ser mulher (...). Nesse ponto, o fato de ser mulher ajudava, porque (...) mesmo que eles fossem com mais violência (com outros homens) comigo eles não iam, eles já maneiravam palavras, eles já (...) conversavam, já se conseguia sentar-se de alguma forma, de forma mais civilizada, pelo menos mais educada entre nós. É um certo tipo de preconceito também, vem (de) toda essa questão de que a mulher é mais frágil, por isso tem que ser protegida. Nesse momento, eu utilizei essa (...) não vou mentir, utilizei desse artifício para tentar quebrar um pouco a bolha e sair um pouco daquela situação que estava de violência mesmo, de confronto, que tava ali. Pra gente tentar resolver o conflito. E a gente conseguiu (...), pelo menos a gente não, não retirou, não chamou polícia, tentou conversar com eles, marcou as reuniões, escutou todas as pautas que eles tinham que fazer, e conseguiu fazer com que os técnicos tivessem o trânsito livre pra eles poderem trabalhar naquela situação. E, no final, mas aí tem um porém, no final eu escutei a seguinte coisa de um dos líderes: “É preciso vir uma mulher de Fortaleza pra poder a gente ser escutado”. E depois eu escutei de um colega, de ficar, (...) de ele ter ficado muito magoado com

essa frase, como se o fato de uma mulher vir discutir e eles enxergarem isso, ele tivesse diminuído da posição dele. (Clara Sales – Cogerh)

É justamente nessas situações mencionadas que se torna possível associar a divisão sexual do trabalho à tentativa de universalização dos sujeitos sociais, ao passo que as mulheres, neste meio, são invisibilizadas, sobretudo quando gênero e raça se entrecruzam, escamoteado os trabalhos desenvolvidos por estas. Volta-se, então, para a compreensão de que para o patriarcado a voz deve ser daquele sujeito de quem se disse com poderes de decisão, o que fala e representa todo o conjunto de sujeitos sociais: um sujeito universal (Buttler, 2003).

Acerca da universalização dos sujeitos sociais, Hooks (2000), ao analisar o feminismo nos Estados Unidos, afirma que este surge apartado do cotidiano das mulheres negras, sujeitas secularmente invisibilizadas, silenciadas e oprimidas, cuja vida é atravessada pela violência, assassinato e cujos corpos são violados, pois os corpos negros foram sempre lidos como corpos apropriáveis, em decorrência da marginalização de raça/cor.

Para Hooks (2000, p. 195), a mulher branca que aparece como o sujeito universal do feminismo, ou aquela que representa as opressões e os problemas pelos quais todas as mulheres, sem distinção, passavam e jamais daria conta de tamanha representação. Assim, ao questionar a condição de opressão pela qual passam aquelas cujos trabalhos são pauperizados e invisibilizados, a autora denuncia a pretensão de uma tendência de universalização de um tipo de indivíduo. Então, estaria tudo bem se a opressão continuasse a ocorrer desde que não fosse com as mulheres brancas? Seriam as opressões de raça e classes menos danosas à humanidade do que a opressão sexista?

Segundo Hooks (2000, p. 195), “O racismo abunda nos textos de feministas brancas, reforçando a supremacia branca e negando a possibilidade de que as mulheres se conectem politicamente cruzando fronteiras étnicas e raciais”. Transpondo para o CBH-RMF e a gestão das águas, poderíamos indagar: estaria tudo bem se os homens estivessem em menor quantidade nos cargos de gestão na política de recursos hídricos? Seria menos importante se os homens tivessem seu potencial questionado cotidianamente? Estaria tudo bem se houvesse a tentativa de silenciamento dos homens no exercício das suas funções diárias? Ou ainda, seria tranquilo imaginar uma gestão que questiona a capacidade técnica dos homens?

Na tentativa de deslegitimar e/ou erguer um ponto de inflexão às formas de resistência duramente construídas pelas mulheres, a partir de suas vivências e das formas de apagamento e silenciamento sistemático, foi construído uma falsa assertiva da mulher agressiva, dominadora. Entretanto, fica a interrogação: ao mirar sua narrativa em direção à participação das mulheres, o patriarcado defronta-se com resistência destas na construção de uma agenda propositiva, sensível ao gênero, que garante que as gerações sigam questionando um sistema opressor e avancem no sentido de consolidar a prática cotidiana?

Ao serem indagadas acerca do que significa o comitê para a prática cotidiana, os relatos das participantes permitem compreender a relação entre sua experiência com o controle social e sua ação junto à instituição da qual fazem parte.

Representa, quer dizer (...) a oportunidade de a gente estar ouvindo, né, as questões que muitas vezes, né, que frequentemente nós levamos aos municípios. Então, aqui, eles apresentam, né, a realidade dele. É o momento de ouvi-los e de estar também melhorando a nossa ação de acordo com o que foi demandado daqui, dos Comitês, né, esse momento, da prática de ouvir os representantes do povo dentro da gestão de água, né. (Fernanda – FUNASA)

Registram-se aprendizados como escuta atenta às demandas das comunidades, melhoria da prática cotidiana, exercício de mediação dos conflitos que envolvem a negociação da alocação.

O Comitê, eu acho que é isso, essa oportunidade. Tanto da sociedade civil como da questão dos órgãos também de participar dessa gestão. Porque nós já sofremos, as comunidades rurais já sofreram muito em 2016 - 2017, nós tivemos um período de mais escassez de água e nós ficamos com comunidades rurais que estão à beira do Canal da Integração, do Canal Trabalhador, ficaram sem água. [né?] Porque eles priorizaram a água para que chegasse a metropolitana Fortaleza [né?] Então, isso assim, a gente movimentou as comunidades e, embora essa água tenha sido, é, não, não disponibilizada, mas foram perfurados alguns poços que a gente sabe também. Mas, que esses poços eles não resolveram porque a gente está numa área onde água é muito salobra e é pouca, né? Então, não resolveram, e as comunidades à beira do canal, elas foram bastante prejudicadas em detrimento dessa água chegar na capital, né? Então esse fato de a gente participar de um de um conselho, de um Comitê, é muito importante, não é? (Cláudia Valéria – SISAR)

Há também o entendimento de que o espaço do Comitê se manifesta em espaço de diálogo e de respeito às ideias e proposições dos seus membros.

O Comitê, ele é um ponto de encontro porque todo mundo aqui se respeita, então se você tem uma ideia criativa, você coloca. Então, recebe essa informação, então o grupo GIA trouxe pra uma dessas campanhas da, do Comitê de Bacias a Campanha Água do Futuro, criada pelo GIA. Então, o Comitê acolhe. Então, é uma casa em que não critica, é uma casa que aceita, então ela recebe as suas ideias, agora se vai ser executado, então é uma outra questão. Então, o Comitê de Bacias da Região Metropolitana, ele recebe as tuas ideias, tanto acolhe as que já estão como acolhe as que vão chegando, então essa é uma troca. Então... o Comitê eu sinto isso, um acolhimento, e assim, é uma questão o espaço da água... nós somos a própria água, o ser humano é uma água ambulante, é uma água ambulante, 80% então porque que não, por que não, por que não? Então, o Comitê é isso, quando se fala da importância da sociedade civil, aqui todo mundo é voluntário embora que a maioria tenha vindo pelas suas empresas, pelos seus cargos, pelos seus empregos, né? Eu sinto que eu poderia participar mais né? Por isso, que a importância da sociedade civil dentro desse espaço que é a própria, comitê é uma sociedade civil. (Claudia – GIA)

Ainda é possível verificar que há o reconhecimento do papel do Comitê enquanto espaço de aprendizagem que pode inclusive influenciar a prática cotidiana, junto aos municípios que compõem o Comitê de Bacias.

Não, pessoalmente. É muito diferente você ter só a teoria ou ter só a teoria, né, a questão de estar demandando ações para os municípios. E, muitas vezes, a gente, né, chega até lá o município, porque a nossa ação, nós não somos executores, nós somos assessorias. Então, aquilo ali, a gente conhece uma realidade pequena, porque você vai, né, de município em município. Quando, você passa a fazer parte de um comitê que abrange um número, né, de municípios, porque nós estamos na metropolitana. Então, isso daí lhe dá uma visão maior do todo, daquela, de cada município que estão integrando o comitê. (Fernanda – FUNASA)

Mas, o aprendizado também envolve as questões de gênero e de efetividade da presença e participação das mulheres no CBH-RMF. Quando da eleição da nova mesa diretora, as mulheres não organizaram a participação e sequer foram convidadas a compor a chapa que viria a ser eleita.

A gente viu, agora que foi eleito um conselho onde nenhuma mulher foi convidada é, eu fazia parte da antiga gestão, da antiga diretoria e eu não fui convidada. Não é, quer dizer isso. que saiu hoje. E entrou outra nova, essa nova não tem nenhuma mulher. Né? Quer dizer. E eu tenho, e eu tenho uma abertura com [...] o presidente e a gente não receberam esse convite, para compor essa chapa. É claro que a história da chapa você pode se colocar, mas assim acho que pela própria dinâmica, eu não me coloquei, mas aí está. Ele formou uma chapa. Então, não tem nenhuma composição feminina dentro do comitê de bacias metropolitana. A gente viu agora. (Claudia Valéria – SISAR)

Então você, hoje a atual diretoria é formada por homens e agora foi falado né? Onde está a sociedade civil? Por que as mulheres não se manifestam? (Claudia – GIA)

De modo geral, as falas das entrevistadas demonstram conhecimento de que o fato de não terem estas se organizando para compor o espaço da mesa diretora, fez com que estas ficassem sem representação naquele espaço.

O comitê tem significados múltiplos para as mulheres que o compõem. Em geral, percebe-se no decorrer das análises das falas que as mulheres detêm um conhecimento acerca do funcionamento e do papel que este espaço tem no conjunto da política de recursos hídricos, nos vários âmbitos. Logo, é notória a identificação do colegiado como um espaço de escuta e exercício da fala dos membros, assim como a escuta dos representantes dos municípios que têm assento no colegiado, o que tange à gestão das águas.

Outro aspecto observado diz respeito ao reconhecimento do comitê enquanto espaço de participação. Para além do conhecimento teórico, o relato das vivências da intervenção junto às comunidades revela a importância desses espaços para a escuta das demandas coletivas e exercício do direito de participação, sobretudo no que se refere à contestação de uma ação estatal, mesmo que esta pareça envolta na necessidade de garantia de direitos básicos de uma população. Diz-se isso frente ao dilema apresentado à crise hídrica que assolou o Estado do Ceará em tempos recentes e cuja solução foi encontrada no ambiente da participação social, em contexto o qual a crítica era dirigida ao poder público estadual e ao modelo de infraestrutura hídrica existente.

Assim, segundo relatado, foi com a mobilização de esforços coletivos, e com a pressão de entes que compunham o Comitê que a população conseguiu avançar uma solução para o abastecimento de comunidades rurais. Essa realidade aponta para uma situação na qual a participação efetiva da população alça a condição de garantidora de políticas públicas e ações que a beneficie sobremaneira nos casos em que o Estado falha. Segundo Demo (1991, p. 99),

Por outra, a postura de defesa ingênua do Estado esconde uma perversidade histórica, marcada pela mentira de que a qualidade do Estado depende dele mesmo, enquanto, na verdade, depende da capacidade de organização da sociedade que o mantém. Esconde-se que o Estado não é fundante da sociedade. O contrário é a realidade. O caminho de redenção do Estado não está a sua própria burocracia, mas os seus avalistas, desde que democraticamente organizados. O Estado, de instrumento de serviço público, passa a fim em si mesmo.

Pode-se perceber que diante da necessidade da comunidade em resolver o conflito pela água, ante a ação do estado, esta recorre a um ente que reconhece ser competente para a mediação do conflito e de fato, a alteração na estratégia pesada para aquela comunidade foi alterada por forças múltiplas que envolveram, também, a da pressão popular.

Por isso, o que se refere à gestão das águas e das mulheres, a referência ao aprendizado ocorre quando da eleição da nova mesa diretora na qual se identifica que nenhuma mulher foi convidada a compor a chapa, mesmo assim, entende-se que a participação é direito e que estas poderiam ter concorrido aos cargos, fosse naquela ou noutra chapa. Aparentemente, ocorreu uma compreensão da importância da representatividade de mulheres por parte da entrevistada, o que corrobora com as palavras de Demo (1941, p. 136) quando este afirma que [...] “a participação é fenômeno vital sobretudo para os desiguais, que em si são maioria, mas que aparecem influentes em organizações pequenas, um primeiro passo.”. Assim, é possível afirmar que, a partir da participação, pode se verificar que as mulheres também conseguem atuar junto ao CBH-RMF para o aprofundamento dos processos democráticos nas várias instâncias do colegiado e a gestão dos recursos hídricos.

4.2 - GÊNERO, MULHERES E ÁGUA: PERCEPÇÕES, ARTICULAÇÃO E FORMAÇÃO DAS REPRESENTANTES MULHERES NO CBH-RMF

É sabido que, em geral, os interesses das instituições que compõem o comitê não coincidem, por isso, no interior do colegiado o contraditório se faz presente, seja nas discussões ou nas decisões tomadas. Assim, considera-se natural que estratégias sejam adotadas com o propósito de fazer avançar algum ponto de pauta ou proposta, junto ao colegiado, de igual forma quando se trata dos interesses de mulheres e homens, também surgem contradições. Assim, é possível verificar que, mesmo diante da importância de aumentar a capacidade representativa das mulheres, não se tem uma estratégia das mulheres ou das instituições e segmentos.

Quando indagadas acerca do aumento no número de mulheres no comitê, as entrevistadas afirmam desconhecer qualquer ação que tivesse o propósito de aumentar a quantidade de mulheres no comitê. Entretanto, há o reconhecimento da necessidade de aumentar a presença das mulheres no colegiado e, para além da presença nos segmentos,

há a leitura da importância que as mulheres precisam ocupar também, o espaço da mesa diretora, o que significa assumir a gestão do CBH-RMF.

Mas, também, há espaço para o entendimento de que se faz necessária maior efetividade na participação das representantes mulheres no comitê, que envolve o uso da fala, posicionamentos, diálogos, propositura e frequência nas reuniões.

Já. As nossas capacitações, né? Sempre foram com as mulheres. Eu acho que isso daí, esse momento da capacitação é importante e vem acontecendo isso aí. (Fernanda Magalhães – FUNASA)

Pois é, às vezes. Na fala ali na hora, né? Mas eu também não, não, não presenciei esse. Esse tipo [inaudível]. (Claudia Valéria – SISAR)

Não foi pensado isso dentro do Comitê, que, vamos ter mais mulheres. Mas, a gente perceber, por exemplo na Secretaria Executiva, tem a Clea, agora tem a Patrícia, tem a [...] Priscila, mas eu acredito que são situações que vêm casualmente, não há algo, não há uma estratégia, eu não ve... eu não consigo ver e eu não, nunca passou isso pela nossa cabeça.

[...] E todo o reflexo que nós temos, é por conta disso. Né? Então você, hoje a atual diretoria é formada por homens e agora foi falado né? Onde está a sociedade civil? Por que as mulheres não se manifestam? Então eu vou repetir, eu sou morena, sou baixinha, tá certo? E sou mulher. Então, nós temos três situações e isso é uma geração. Não é uma geração de enfrentamento. Você tem que conquistar sem enfrentar, de forma elegante, porque quando vai para a briga, que eu sou mulher, não é... eu no meu entendimento, não é por aí. Você tem que mostrar o seu potencial para dizer, sem dizer diretamente eu estou aqui, eu tenho um conhecimento tão bom quanto você. Então, se algumas mulheres estão na frente, é uma conquista natural delas, como ser humano. (Claudia – GIA)

Surge, bem presentificada, a universalização do sujeito, quando da análise da presença das mulheres, mas, contraditoriamente, apresenta-se, também, a percepção do perfil das mulheres que estão participando do Comitê, em que as mulheres não têm poder de decisão diante do cargo ou função na instituição de origem.

Olha, é uma pergunta pra ser observada. Porque nós não temos tempo para observar se tem mais mulheres ou se tem mais homens, a gente vem para as reuniões, a gente entra em contato, é claro que eu sinto falta, que elas deveriam ser mais participativas. Eu sinto que, às vezes, elas são caladas porque não são pessoas que tomam uma decisão, é representante daquela instituição, às vezes é uma estagiária, às vezes é uma coordenadora, então elas não se sentem, elas não se sentem à vontade de falar, é isso que eu sinto. É isso que eu sinto. Então, eu não posso dizer que elas não falam porque elas não queiram, minha percepção é porque elas vêm representando suas instituições como, vou usar até uma expressão ruim, como tapa buraco. Então, a empresa x manda a mulher para não faltar, mas eu sinto que quem participa mais, levanta a voz, eu sinto que são os homens. [...] É todo mundo... tá

apresentando aí dois projetos, então, é todo mundo. Não tem essas histórias de separar por gênero. Às vezes, quando a gente tem alguma atividade externa nos Congressos que a gente realiza, pra renovação, é como se separa por segmento, por segmento, mas não por gênero. (Claudia – GIA)

Ao passo que a ampliação do número de mulheres e demais questões relacionando água, gênero e mulheres, parece não avançar junto ao CBH-RMF, noutros comitês, a atenção já se volta para essa questão, estes, já iniciaram formação e discussões ao longo do tempo, que coloca em pauta a gestão e o controle social e a participação das mulheres como parte do processo de aprofundamento da democracia. É o caso do Comitê do Vale do Jaguaribe.

Não, o que eu posso dizer é que nos últimos tempos esse discurso vem ganhando, claro, algumas discussões dentro do dentro lá do Acaraú, inclusive de muito mais um despertar de discussões especificamente sobre gênero e também lá no Comitê do Alto Jaguaribe, onde eles definiram entre si que a diretoria tinha que ser todas de mulheres. Definiram isso e começou essa discussão, a respeito de mulheres, juntas ser mais fortes, toda essa discussão. Mas, nos demais Comitês, eu sinceramente não enxergo essa discussão. (Clara Sales – Cogerh)

A percepção é compartilhada por outras mulheres, que de igual forma não conseguem identificar a existência da discussão de mulheres e água, na ambiência do colegiado, o que noutros comitês já é realidade.

(...) Sim, percebo, principalmente nas diretorias dos comitês. É, por exemplo, teve um tempo aí que é a diretoria do Alto Jaguaribe. Ela constou de mulheres, né? Foi bem interessante. Então, atualmente, no Ceará, nós temos só são 12 bacias hidrográficas, né? Dessas 12 bacias hidrográficas, o Alto Jaguaribe é dirigido por uma mulher, o médio Jaguaribe, a diretoria presidente é uma mulher, o Coreaú, o presidente é uma mulher. Então, aí que eu estou lembrando são 3, mas já teve outras atualmente que eu me lembro, são 3 mulheres em cargo de diretoria, certo? Então seja, eu vejo um aumento bem expressivo para mulheres nessa parte ... dos cargos, dentro da sociedade civil. Na parte universidades é dentro de instituições públicas, na parte de prefeituras, né? É e outros órgãos públicos também. Na parte dos quais usuários é onde tem mais homens, né? Mas, mesmo assim, ainda vejo algumas representações femininas também. (Marcia Soares – SRH).

Também o comitê do Acaraú-Ceará, composto por 28 municípios, que tem uma área de drenagem de 14.416 km², correspondente a 10% do território cearense, criado no ano de 2004, é referência na discussão de água, gênero e mulheres.

(...) A única, coisa que eu vejo, assim como eu já falei, é no Comitê do Acaraú, eles estão com um grupo de trabalho onde o gênero, água e o

gênero mulher, entendeu? Eu [eu] vejo mais isso lá, essa caracterização, discutir as questões inerentes a essa relação da mulher no comitê do Acaraú, mas nos outros, eu ainda não vejo muito bem. (Marcia Soares – SRH).

E o comitê do Acaraú, especificamente, se não me engano, é Acaraú e Coreau ou só Acaraú? Não sei, não tenho certeza, mas eles estão fazendo, tipo um grupo de trabalho, mas com a parte de gênero mesmo as mulheres, [né?]. (Marcia Soares – SRH)

As entrevistadas relatam que em termos de ajuste de estratégia de discussão, não se percebe uma interação ou articulação entre as mulheres, no que concerne às falas e demais ações, essa questão aparenta não fazer muito sentido para algumas das participantes da pesquisa, haja vista que estas, em termos gerais, compreendem a gestão de recursos hídricos, acesso à água e ao controle social, como um termo que diz respeito a toda a sociedade, logo, não dialoga com as questões de gênero, a percepção destas.

Assim como a ampliação da participação das mulheres não é tida como assunto importante, a interação ou articulação entre estas para a definição de estratégia de ação, de igual forma não recebe a atenção necessária.

(...) Eu acho que aqui tem toda essa articulação, né? Essa união, essa força para que a gente, aquela pauta que você está falando, seja também aprovada. (...) Eu acho que isso daí acontece. (Fernanda – FUNASA)

(...) é todo mundo... tá apresentando aí dois projetos, então, é todo mundo. Não tem essas histórias de separar por gênero. Às vezes, quando a gente tem alguma atividade externa nos Congressos que a gente realiza, pra renovação, é como se separa por segmento, por segmento, mas não por gênero. (Claudia Bezerra – GIA)

Não, acho que não [...] nunca participei não. Nunca que eu recebi esse convite, não. (Claudia Valéria – SISAR)

Importante dizer que não é possível identificar nos relatos ou nos documentos do Comitê, se alguma decisão importante deixou de ser adotada em decorrência por falta de interação entre as mulheres, no entanto, os relatos apontam para um desconhecimento da necessidade de interação, o que demandaria o esforço de maior observação para se ter um dado mais preciso.

As técnicas do sistema recursos hídricos afirmam entender a necessidade da discussão de mulheres e água, mas não percebem um interesse na discussão entre as mulheres do CBH-RMF, ao contrário do que ocorre noutros colegiados:

(...) Não. A gente sempre analisa tudo, né? Comunidade, se está faltando água e tudo é, mas não, não temos essa discussão nos comitês. Na maioria dos comitês não tem essa [ruído ou interferência]. Que é um grupo de mulheres lá, e vai, vai impactar mais a mulher nesse sentido. Aí eu vejo muito essa preocupação no comitê do Acaraú e agora, um pouco mais no Alto Jaguaribe, onde quem é a presidente é uma mulher, muito atuante, então ela faz essa [essa] ligação com apologia necessária das mulheres ocuparem os seus [os seus ocuparem todos] os cantos necessários, né? Não chama então, gestão da água, mas na gestão de um modo com, de um modo geral. (Marcia Soares – SRH).

Às vezes quem ainda estimula esta discussão ainda é a gente, que envia alguma coisa. Quando vem alguma coisa, quando sai alguma coisa, porque assim. (Clea – Cogeh)

Lá eles discutiram paridade, mas os outros comitês não, fica muito a critério das próprias instituições e nem a gente pode interferir muito. (Clara Sales – Cogeh)

Em geral, o CBH do Alto Jaguaribe aparenta ter avançado em termos de discussão, imprimindo a discussão de paridade ao menos na ocupação dos cargos da mesa diretora. Mas, há um reconhecimento de que a discussão precisou minimamente ser animada por algum ente do sistema de gestão das águas, ou algum documento orientador.

Por que esse assunto, hoje em dia, está em baila? Por uma coisa muito simples: faz parte dos ODS (Objetivos de Desenvolvimento do Milênio). E o país tem que fazer isso, então, aqui quem é o signatário no Brasil para fazer isso, na nossa área? É a ANA (Agência Nacional de Águas). Por isso, nos últimos anos ela vem discutindo essa pauta. [...] Embora, embora, isso esteja dentro, dentro das premissas de gestão de água desde a Conferência de 91 (1991). Ou seja, o 4º princípio da água, já diz exatamente que a mulher tem que participação na água. Porque entende-se que ela faz parte da coleta, do transporte e armazenamento da água. (Clara Sales – Cogeh)

Além das metas previstas na Agenda 2030 e da Conferência da ONU, existem outras recomendações que oferecem arcabouço legal e subsídio para orientar a ação do CBH-RMF no sentido da adoção de uma agenda em que o tema água e mulheres possa ser implementado. A exemplo, o regimento interno do comitê que em termos gerais garante autonomia em tomadas de decisão, quanto ao funcionamento, que alcance a competência do colegiado, sem prejuízo dos demais órgãos que compõem o Sistema Integrado de Gestão dos Recursos Hídricos. Assim, até mesmo alteração no regimento interno é possível:

As alterações do Regimento Interno devem ser deliberadas em reunião extraordinária, convocada especialmente para esse fim, com

antecedência mínima de 30 (trinta) dias e quórum mínimo de 2/3 (dois terços) dos membros.

Parágrafo único. No caso de alterações do Regimento Interno, a solicitação da convocação deverá ser acompanhada de um projeto de reforma proposta, assinada por, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) de seus membros (Ceará, Decreto nº 33.07, 2019).

Assim, cabe ao colegiado a propositura de alteração do Regimento Interno do CBH-RMF, já que o colegiado é soberano.

Porque inclusive nós somos proibidos por lei de fazer isso, de discutir como as Instituições devem se organizar. (...) Todo estado brasileiro é proibido por lei de fazer isso (...) não tem como fazer isso. (Clara Sales – Cogeh)

Dessa forma, não é permitido aos órgãos de gestão de recursos hídricos, a realização de qualquer alteração do Regimento Interno;

Pode. Tem força de lei, até porque isso, até porque isso não está dentro da Lei, não é algo que vai ferir a ela (a lei). (...) Ele pode fazer isso: “Eu posso instituir uma paridade, eu posso instituir uma cota, eu posso instituir alguma coisa”, ele pode fazer isso. Mas nós especificamente do trabalho, a gente não pode. Especificamente isso. Porque tem uma Lei, eu até esqueci do artigo, mas a nossa Instituição tanto estadual, quanto a federal, proíbe. (Clara Sales – Cogeh)

Mas, é necessário que se diga que não cabe à gestão de recursos hídricos a definição dos rumos das discussões e ações do colegiado, senão a animação dos temas e ações, cabe tão somente ao CBH-RMF realizar as alterações estatutárias necessárias, para a inclusão de uma agenda de gênero, respeitando, também, a autonomia das instituições representantes do Comitê.

Não tem como a gente chegar para o DNOCS e dizer “olha, você coloque mulheres pra representar o DNOCS”. (...) Eu acho que nem o Comitê, ele tem essa autoridade, ele pode até sugerir.

[...], mas até porque, se eu tenho uma associação, como é que o Comitê vai dizer quem eu vou indicar? Mas, como é que eu vou, se eu tenho uma associação, como o Comitê pode dizer pra mim que sou dirigente que coloque uma pessoa (...), uma mulher? (Clea Rocha – Cogeh)

Preservando a autonomia do Comitê, as técnicas evidenciam a importância do entendimento do Regimento Interno do Comitê pelas instituições, mas que a inserção da pauta de mulheres e gênero pode passar pelo crivo dos membros do colegiado.

Não, ele não diz isso Clea. O que ele pode fazer é o seguinte: eu posso, dizer que dos representantes, eu tenho 50 representantes, eu vou dizer assim; que desses representantes, porque isso não fere a Lei, vamos dizer, não tem em canto nenhum da lei (INAUDÍVEL), se isso não vai de encontro a ela, é algo que é omissivo, e o plenário é soberano para decidir. Então, assim, se ele é soberano para decidir, eu posso colocar, eu posso dizer assim olha, os representantes que eu tiver de comitê, e eu tenho (...) aí ele pode dizer se é titular ou suplente, ele também pode ir até esse ponto (...), eu gostaria de que, sei lá; cinquenta por cento fosse, trinta por cento, 20 por cento, aquelas regras que não pode ultrapassar, enfim, a redação que ele puder fazer. Porque, não bate com a Lei. Como não vai de encontro com a ela, como não há conflito com ela ele pode fazer. O que não pode é o Estado chegar e dizer; olha(...), determinar. ele não pode fazer isso porque por lei ele é proibido, mas o Comitê, por ser algo que o regimento é um instrumento que rege como ele deve funcionar, ele pode. (Clara Sales – Cogeh)

Mas, é fundamental compreender que a introdução de uma agenda de gênero, água e mulheres, não necessariamente precisa ocorrer alguma alteração no Regimento Interno do colegiado. No caso dos povos indígenas e quilombolas, a inclusão destes povos passou por uma alteração regimental, previsto no Art. 3º, Parágrafo 1º;

§1º Nos Comitês cujos territórios abrangem terras indígenas e quilombolas, devem ser incluídos um representante de cada um desses segmentos, dentro da representação do inciso I, deste artigo, desde que atenda os critérios eletivos do processo de formação ou renovação dos Comitês de Bacias Hidrográficas.

Talvez a orientação para introduzir no corpo do regimento a inclusão de indígenas enquanto integrantes do Comitê, advenha do entendimento expresso na Convenção 169 da Organização Interacional do Trabalho (OIT), que afirma no Artigo 2º que, “Os governos deverão assumir a responsabilidade de desenvolver, com a participação dos povos interessados, uma ação coordenada e sistemática com vistas a proteger os direitos desses povos e a garantir o respeito pela sua integridade”.

(...) Assim, a gente tem quilombola (...) indígenas, né? Nós vemos na no decreto dos comitês, existe sim, que eles sejam consultados dentro de cada Bacia consultados para ver se existem, se tem interesse em participar dos comitês, entendeu? Existe essa preocupação está no decreto, então quando é feito a mobilização para renovar os comitês sempre, a gente procura, sempre tem que precisar ver se tem quilombolas ou indígenas naquela região. Mas, eu não conheço nenhum artigo assim, [...] falando dessa essa importância dentro da metropolitana, não, não conhece. (Márcia Soares – SH)

Em relação às capacitações, os itinerários formativos ou temáticas dependem da instituição que os propõem, dentre elas: a Agência Nacional das Águas (ANA), Sistema Integrado de Gestão dos Recursos Hídricos (SINGER), Fórum dos Comitês ou o próprio Comitê, entretanto, as formações em água, gênero e mulheres até o momento, são propostas pela ANA.

Tem até um curso, que ela começou com um curso. Ela tem um curso só sobre as questões de gênero na água. Ela estimula palestras, estimula as discussões. Tem inclusive indicador. Tem o indicador dos ODS, para saber se o assunto está sendo tratado nas várias políticas públicas, então, é muito mais por uma obrigação de um tratado que o Estado, que o país assinou com a ONU, né? Que os ODS são da ONU, do que especificamente algo que desperte. (Clara Sales – Cogeh)

Em geral, os cursos que são realizados pela COGERH em parceria com a ANA, os certificados eram encaminhados para a COGERH, a serem entregues aos membros dos colegiados.

Também tem o curso da ANA com a carga horária de h/a, cujo conteúdo se estrutura em 3 módulos: Módulo 1: Marco Conceitual; Módulo 2: Articulação entre Gênero e Água e Módulo 3: Incorporando Gênero na Prática, tal formação ainda não foi realizada pelos membros do colegiado.

(...) Esses cursos são gratuitos da ANA, a gente manda a relação para os Comitês, mas, eu não vi ainda ninguém do comitê metropolitano fazer esse curso, não recebi. Porque, como a gente que não tem como acompanhar, a gente depois recebe os certificados para poder colocar na ANA, porque a gente tem indicador que a gente tem que chegar lá para eu poder receber dinheiro que a ANA manda pra gente, que é o dinheiro do Pró-Comitê. A gente tem que cumprir metas de capacitação, mas particularmente eu não vi nenhum certificado do tema não. (Clea – Cogeh)

Não, eu nunca me ative exatamente [...] gênero, mulheres e água. No último encontro nacional de comitês eu fui lá, em Foz do Iguaçu, no Paraná, [...], no ano passado não, é [...] foi ano passado. [risos] tá tão recente, é, eles estão fazendo um compêndio, né? Exatamente estudando isso. É mulheres e a gestão de águas no Brasil todo com as histórias, e tudo, então assim. Eles estão procurando mais essa referência. Mas assim, na minha prática, não, eu não me ative mais a isso. (Márcia Soares – SH)

Em acordo com os relatos e com as informações contidas no banco de dados do CBH-RMF, ainda não foi registrado o envio de certificados de formação na temática de gênero, o que pode significar que não houve ainda a inscrição ou finalização do curso.

Segundo Marra *et al.* (2022, p.386), de fato, “a capacitação se configura em ferramenta de extrema relevância, principalmente no que tange às bases teóricas, sendo identificada como uma das portas de entrada de discussão da questão de gênero nas instituições” (...). A capacitação seria nesses termos, um elemento auxiliador fundamental à discussão de gênero, mulheres e água na gestão dos recursos hídricos, pelo CBH-RMF.

4.3 – AFINAL, QUEM PARTICIPA? ENTRE A PARTICIPAÇÃO E A REPRESENTAÇÃO

Se você não se encontra no labirinto em que (nós) estamos, é muito difícil lhe explicar as horas do dia que não possuímos. Estas horas que não possuímos são as horas que se traduzem em estratégias de sobrevivência e dinheiro. E quando uma dessas horas é tirada, isto significa não uma hora em que não iremos nos deitar e olhar para o teto, nem uma hora em que não conversaremos com um amigo. Para mim isto significa um pedaço de pão. (Anzaldúa, 2000, p. 231)

A reflexão acerca da participação das mulheres na política de recursos hídricos, pressupõe, também, uma reflexão da percepção que se tem acerca daquelas mulheres cuja participação direta no colegiado não é possível, ou por serem essas identificadas enquanto consumidoras de água tratada, portanto, não tendo direito ao assento nos comitês de bacia, ou pela condição objetiva de participação, que a maioria das vezes é negada às mulheres, restando, por isso, a representatividade daquelas que dispõem de condições para ocupar o espaço.

Por óbvio, não se trata de uma afirmação ou de uma pretensa participação da totalidade das mulheres nos espaços de controle social, especificamente, no sistema de gestão de recursos hídricos, mas, trata-se de observar a representatividade, considerado a heterogeneidade no conjunto das mulheres, que pressupõe as relações de classe social e raça.

Observa-se que, mesmo com o ingresso da mulher no mercado formal de trabalho, no espaço urbano, a sua maioria não garantiu renda suficiente para a família, e a não partilha das atividades domésticas lhes gera uma sobrecarga de trabalho, uma vez que assumindo os afazeres domésticos, as horas trabalhadas pelas mulheres aumentam – por tal esforço estas não recebem remuneração alguma (Toledo, 2001). Por outro lado, quando se trata da realidade rural, fica bem mais difícil desfazer a lógica pautada na exploração da mão de obra feminina, tendo em vista o caráter “natural”, que tal

exploração assumiu. Daí, o tempo é algo crucial para as mulheres, sejam estas urbanas ou rurais.

É necessário falar que as mulheres levam mais tempo que os homens na realização das tarefas de cuidado ou trabalho doméstico. A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), apresenta dados nos quais as mulheres são mais envolvidas com o trabalho doméstico do que os homens, na América Latina:

Em todos os países da região com dados disponíveis, o tempo de trabalho não remunerado das mulheres é muito maior que o tempo que dedicam os homens a estas mesmas atividades. Isso evidencia que, não obstante a crescente participação feminina no trabalho para o mercado, esta não foi acompanhada de uma maior participação masculina nos trabalhos domésticos e de cuidado não remunerados no interior dos lares. Esta sobrecarga de horas de trabalho das mulheres atua como uma barreira tanto para a participação feminina no mercado laboral em igualdade de condições com os homens, quanto para o consequente acesso a recursos econômicos que lhes permitam maior grau de autonomia (CEPAL, Indicadores, s/d).

Em todas as regiões do Brasil, a socialização do trabalho doméstico apresenta-se como obstáculo à vida das mulheres, na região Nordeste, por exemplo, o número de horas dedicadas ao trabalho pelas mulheres chega a 21,8 horas/semana.

Figura 12- horas por semana que as mulheres gastam com o trabalho doméstico

Se por semana as mulheres gastam as horas do seu tempo com o cuidado com a casa, idosos e crianças, qual tempo lhes resta então para participar da vida pública, da vida social e, principalmente, do controle social das políticas públicas?

É importante observar que a realidade da mulher rural é semelhante à das mulheres das periferias urbanas, no que tange a divisão do trabalho doméstico, o campo também mantém, em suas estruturas, os conceitos e pressupostos de uma sociedade patriarcal, onde o trabalho doméstico é entendido como não trabalho e, desta forma, “deve” ser realizado pelas mulheres. Como no campo as questões tradicionais estão mais presentes, desfazer a lógica imposta pelo sistema capitalista sobre a vida das mulheres é um grande desafio (Araujo, 2008).

Existe uma série de mitos envoltos na divisão do trabalho doméstico, o primeiro deles é a associação das atividades reprodutivas às mulheres, com a explicação que as mulheres são as cuidadoras e têm “mais jeito” para os afazeres domésticos, enquanto aos homens são dadas atribuições que exigem força corporal, reforçando o estereótipo de vulnerabilidade feminina e do macho-provedor do lar, as mulheres continuam acumulando o trabalho doméstico, o que nos leva a acreditar que há uma necessidade de discussão maior das relações de gênero e mulheres, nas comunidades rurais e urbano-periféricas (Araujo, 2008).

É importante lembrar que em todas as épocas as mulheres fizeram e ainda fazem o trabalho pesado, desde arar terra, cuidar de animais, esfregar o chão, além do transportar os filhos – prática muito comum nas comunidades tradicionais. As mulheres das comunidades rurais, até hoje, são responsáveis por inúmeras tarefas que são consideradas pesadas, para se ter uma noção, nas comunidades muito distantes, são estas quem transportam a água que abastece as residências e, geralmente, utilizam baldes, que são conduzidos na cabeça e/ou sobre os ombros. A invisibilidade do seu trabalho é equivalente ao não reconhecimento do trabalho da trabalhadora urbana periférica, tal fenômeno tem sua explicação na opressão feminina presente na sociedade patriarcal, que perdura até os dias atuais (Araujo, 2008).

O trabalho doméstico, segundo Toledo (2001), é na verdade reprodução da força de trabalho, na medida em que a reprodução se processa no lar. Na visão da autora, este é, portanto, considerado um problema do sistema capitalista, uma vez que o trabalho doméstico não fora absorvido pelo capitalista e sequer é considerado trabalho. Como lembra Toledo (2001), a dupla jornada de trabalho é garantida no sistema capitalista com

retorno das mulheres às atividades reprodutivas, sendo que, para isto, o capitalista não desembolsa nada, ou seja, “do salário pago pelo capitalista para que a força de trabalho se reproduza, se desconta o trabalho doméstico”, uma vez que o capitalista não paga o trabalho doméstico, mas sendo este fundamental para que aconteça a reprodução da força de trabalho. Consiste neste ponto a invisibilização do trabalho reprodutivo que se soma ao trabalho produtivo, essa realidade impacta na condição das mulheres em tomar decisões mais coletivas, para além do espaço doméstico, já que estas introjetam a perspectiva da vida privada (Araujo, 2008).

Percebe-se a dificuldade das mulheres em tratar de decisões coletivas, já que nas comunidades o homem é visto como a pessoa apta a dar respostas e ao passo que as mulheres, muitas vezes, são impedidas até de emitir uma opinião, além do que o ato da fala pode resultar em desautorização ou, em casos mais extremos, em episódios de violência. Toda essa situação é fruto da tentativa de inferiorizar as mulheres advinda da persistente estrutura do patriarcado.

(...) O meio ambiente não tem cor, o meio ambiente não tem sexo, o meio ambiente não tem partido, então, é o homem quem fragmenta, então, é o homem quem fragmenta para poder trabalhar, porém o que a gente sabe é que a educação ambiental é que vai possibilitar o entendimento. (Claudia Bezerra – GIA)

Segundo Safiotti (1987), a ideologia da inferioridade das mulheres faz com que estas assimilem a condição de fragilidade mesmo quando de fato não são, assim, embora as mulheres desenvolvam trabalho pesado, como a agricultura, pesca e as atividades domésticas, dentre elas o abastecimento das residências, tenderão a minimizar os esforços, considerando seu trabalho apenas complemento das atividades masculinas. Significa que o sistema impede as mulheres de dimensionar o seu trabalho como sustentáculo da vida na comunidade.

E aí a gente fez um levantamento do público de mulheres e foi bem interessante. Assim, a gente tinha algumas mulheres que eram operadoras de sistema, certo? Hoje, esse número, ele realmente, ele está mais reduzido. Porque eu acho que o papel da mulher ainda, principalmente no meio rural, que são mulheres que vão para as reuniões nas comunidades. Porque estarem em casa, mas elas ainda não têm o poder de decisão, né? Tipo assim, a gente propõe alguma coisa, vamos fazer. Aí ela diz assim, vou, mas eu [eu] escuto, mas eu levo pro meu esposo, meu marido e ele vai decidir se eu participo ou não. Não é? Então, a gente tem essa [essa], essa percepção. (Claudia Valéria – SISAR)

A tomada de decisão, o poder de opinar é tolhido desde muito cedo e a participação neste contexto é absolutamente prejudicada. Não significa, entretanto, subestimar a capacidade das mulheres de compreender a sua posição nos espaços, mas, de mencionar como o patriarcado demarcou esses espaços como de presença dos homens, que terão sua fala e contribuição validadas pelo coletivo.

No que se refere à liderança nas associações comunitárias, observou-se que os homens estão, geralmente, ocupando os cargos de comando, ao contrário, as mulheres ocupam os cargos de secretárias, o que deixa claro a visão distorcida sobre os papéis masculinos e femininos, ainda persistentes. Nas organizações comunitárias, os comandos em geral são masculinos, ao passo que à mulher se atribui um papel sem muito destaque, em geral vinculados ao papel de cuidadora ou organizadoras, reafirmando os estereótipos de gênero e a divisão sexual do trabalho (Araujo, 2008).

Evidencia-se que, as mulheres residentes nas áreas periféricas, em assentamentos precários ou nas zonas rurais, que vivem a necessidade diária de garantia do abastecimento de água nas suas residências, não são partícipes do CBH-RMF, talvez resida aí a não identificação de uma referência direta nas falas e ações das representantes do colegiado a tais mulheres. Logo, o fazer destas não dialoga, diretamente com as vidas das mulheres rurais e urbano periféricas e suas dificuldades no acesso à água, na ambiência do Comitê. Desse modo, não podemos afirmar que estas não estejam representadas no colegiado.

Em relação às mudanças ocorridas na gestão das águas na instituição, órgão ou empresa a partir da experiência das representantes no CBH-RMF, as mulheres responderam haver percebido uma mudança, sem, no entanto, especificá-la. Não se observa, na fala das mulheres uma incidência das ações do Comitê ou da pauta de gênero, nas suas instituições, mesmo considerando a sua performance no colegiado. A referência à mudança ocorreu somente na prática cotidiana junto ao público trabalhado.

[...] Voltar para a questão do direito sanitário. E o que a gente está pensando, que é um pensamento que a gente vê há algum tempo, de fazer uma atividade aqui com o comitê, dentro de alguns municípios, FUNASA, voltar para esses nossos projetos que atendem à zona rural. Então, isso é um propósito nosso, que a gente venha até esse momento, nós, com os nossos projetos, junto ao comitê, representantes dentro de algum município, que nós temos projetos com recursos liberados pela FUNASA. (Fernanda – FUNASA)

Por outro lado, percebe-se a ideia de observar as questões de forma geral, sem considerar os entrelaçamentos das pautas e dos sujeitos componentes do Comitê.

[...] assim, a gente vê essa importância de você ver como um todo, porque é essa água, ela, ela tá, distribuída dentro do estado todo. Então assim, então não adianta. Você trabalhar só o seu, como eu só aquela sua organização, eu acho interessante. Aqui, porque eles. Eles sempre buscam alguma reunião com todo depois, não é? Cada um faz a sua parte lá no seu território, vamos dizer assim, mas existe essa intenção de ver como é que, como todos estão em... num momento, entendeu? (Claudia Valéria – SISAR)

A minha Instituição, o Grupo de Interesse Ambiental trabalha com as águas, trabalha com resíduos sólidos, mudanças climáticas, produtos agroecológicos, trabalha com a Juventude, então, porque a nossa bandeira principal se chama educação ambiental, então a educação ambiental, ela permeia tudo, então, quando eu vou fazer um trabalho em que tenha água, então estou tratando de educação ambiental, quando eu vou tratar do assunto, da prática dos resíduos sólidos, eu sei que por trás se eu não tirar os resíduos sólidos a água vai passar, então, o meio ambiente ele não está fragmentado, quem fragmenta é o homem, é o homem quem fragmenta, então, tudo está interligado. (...) a nossa vida planetária, que nós estamos fazendo a nosso reflexo, nossa postura. Então, quando eu estou aqui no Comitê de bacia, pode ter certeza de que eu estou levantando a questão da educação ambiental. Como é que eu vou falar da água se eu sou a água ambulante? Só que parece que eu não lembro disso, se eu não tiver água eu não vou viver, mas eu posso passar o dia sem ter um alimento sólido e por sua vez um alimento sólido precisa de água. Então tudo está interligado. (Claudia – GIA)

As mulheres compreendem o CBH-RMF como espaço de aprendizagem e se referem a ele como ambiente que acolhe o contraditório, no qual trocam experiências exitosas, mas, o reflexo da experiência do colegiado nas instituições precisa ser observado e estudado melhor.

A mobilização realizada pela equipe da COGERH em conformidade com o Comitê, tem por ponto focal as instituições locais, que por sua vez mobilizam pessoas que estão no seu raio de atuação, assim, talvez, por meio da mobilização houvesse possibilidade de alteração desse cenário de inclusão das mulheres, porém, ainda não se visualiza uma movimentação neste sentido.

Em termos gerais, se faz importante o avanço das indagações acerca de quem participa, como participa e quais formas se tem de aprofundar a democracia o âmbito do CBH-RMF, no sentido de indagar se o colegiado e as instituições que o compõe compreendem que tal aprofundamento dialoga também com a diversidade de ideias e de atores envolvidos nestes processos participativos.

CAPÍTULO V - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado acerca da participação das mulheres na gestão de águas no Comitê de Bacias Hidrográficas da Região Metropolitana de Fortaleza, apontou alguns caminhos reflexivos acerca do modelo de gestão dos recursos hídricos, já bastante reconhecido do ponto de vista da sua importância.

A perspectiva da gestão democrática possibilita que as mulheres participem da gestão dos recursos hídricos no âmbito do CBH-RMF, porém, apresenta uma contradição que consiste na disparidade, em termos numéricos, da representatividade entre os gêneros masculino e feminino, sobretudo quando observamos o segmento Poder Público Municipal, mas não se restringe a este segmento, tão pouco diz respeito estritamente à vontade das mulheres.

Observa-se que há maior presença das mulheres nos segmentos: Usuários de Água, Poder Público Estadual e Federal e Sociedade Civil, contudo, mesmo em maior quantidade, estes segmentos ainda apresentam dificuldades na renovação das representantes e aponta questões que dizem respeito à escolha das mulheres para a representação das instituições, que passa também pela política de gestão das águas.

No que se refere ao Segmento de Usuário de Água, chama a atenção o fato de que há boa representação de mulheres, o que contribuirá para a renovação futura das representações ou formação de novos quadros, mas, também apresenta contradição no que se refere à compreensão da importância da representação feminina em espaço de controle social.

Compreender a rotina do CBH-RMF, por meio das entrevistas e da análise do material coletado permitiu o entendimento das relações estabelecidas naquele espaço, bem como permitiu identificar como as relações sociais de gênero atravessam o cotidiano das mulheres e moldam a presença e a participação, definindo: o tempo de dedicação, o nível de intervenção, os cargos ocupados na mesa diretora, o nível de disputa que se estabelece em dados momentos do Comitê, mas também observar as ausências de determinadas discussões, a exemplo das condições de permanência destas mulheres e ampliação de sua representatividade em termos numéricos.

Nesse sentido, é possível verificar que embora a participação das mulheres esteja contemplada no CBH-RMF, percebeu-se que mesmo compondo o Comitê desde o início da sua criação, as mulheres encontraram obstáculos ao longo da sua permanência e, muitas vezes, não tem compreensão da imposição do patriarcado às suas vidas.

É possível afirmar, ante a literatura utilizada, que o direito à participação é atravessado por relações desiguais de gênero e, neste contexto, a participação das mulheres na esfera pública da vida tem prejuízos, haja vista a sobrecarga de trabalho (doméstico e remunerado), a desvalorização do trabalho e as posições políticas, dentre outras situações com as quais as mulheres ainda convivem.

É importante referir que as dificuldades que interferem na participação das mulheres, põe em risco o aprofundamento de um processo participativo e da própria democracia.

O fato de não se impor regras mais objetivas para garantir a diversidade dos sujeitos representantes em espaços participativos de gestão das políticas públicas, como observou-se no caso do CBH-RMF, pode imprimir uma visão universal dos sujeitos nas tomadas de decisões e ações daquele espaço e, conseqüentemente, produzir políticas e ferramentas de controle externo, excludentes. Isso pode levar à reflexão acerca de uma real necessidade de repensar o modelo representativo, ou no mínimo de observar atentamente as possíveis falhas, decorrentes de uma visão generalizante do sujeito, para então corrigir o curso.

É necessário ressaltar que a dificuldade de participação de outras mulheres estaria relacionada à ausência da formação de novas lideranças e advém da inércia das instituições em relação à necessidade de contemplar a questão da igualdade de gênero no processo de indicação de seus representantes para o CBH-RMF. Nesse contexto, ainda se faz urgente considerar a mobilização aliada a uma sensibilização dos gestores sejam eles de órgãos públicos, das instituições da iniciativa privada, e mesmo junto às organizações da sociedade civil.

Restaram algumas indagações em relação à participação feminina, ou à questão de gênero, na gestão democrática das águas: como cuidar de uma agenda que tem tantas especificidades? Como cuidar para que as mulheres do comitê também percebam a necessidade dessa agenda? Como ser vigilante as ações do CBH-RMF de modo a perceber que mesmo essa pauta envolvendo a sociedade, no seio dessa sociedade existem agrupamentos e sujeitos diversos, com visão de mundo e necessidades, que são divergentes daquilo de que trata o colegiado?

Na gestão das águas, as representantes mulheres apontaram alguns aspectos que chamaram a atenção no decorrer do estudo, dentre estes aspectos destaca-se o fato que para alguns comitês a discussão sobre água, gênero e mulheres, além de ser realidade,

tem o seu reconhecimento junto aos participantes, mas que, para se consolidar essa discussão, todo o colegiado precisou passar pelo processo formativo.

Assim, além da mobilização aliada à sensibilização, a formação sobre gênero e água precisa ser uma prática do Comitê. Porém, uma questão posta é que sozinho, o colegiado não daria conta de realizar a formação, assim, caberia um envolvimento maior das instituições que compõem a política estadual e nacional de recursos hídricos, para propiciar os momentos formativos, adotando uma agenda de gênero, na sua política interna, que irradie também para o CBH-RMF e demais colegiados.

Em relação às gestoras, é necessário avançar em ações de gênero e fortalecimento das mulheres no âmbito da política, adotando uma agenda institucional que dê conta de proteção das mulheres no ambiente de trabalho com vistas a maior segurança, a fim de evitar situações de assédio moral e sexual, valorização dos conhecimentos destas mulheres e observância de critérios de promoção na carreira, dentre outras ações.

6 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA BRASIL. **Mulheres lutam por espaço na gestão da água no país.** Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-03/mulheres-brigam-porespa%C3%A7o-na-gest%C3%A3o-da-%C3%A1gua-no-pa%C3%ADs>, Acesso em: 22 abr. 2023.

AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS. **O debate internacional sobre águas teve início em 1972.** Reportagem de Antônio Barros - 21/03/2007 - 19:01

ARAUJO, Cédina Maria de. A invisibilidade do trabalho das mulheres na produção em assentamentos rurais de Baraúna/RN. *In: Mulheres e Desigualdade de Gênero.* Organizado por Marília Pinto de Carvalho e Regina Pahim Pinto. São Paulo: Contexto, 2008.

AYRIMORAES, R, Sergio; MARANHÃO, Renata R; TALAMINI, Giuliana C; BRASIL, Marcela A; FUCKNER, Marcus A. Relação Água e Gênero nas Ações de Saneamento e Gestão de Recursos Hídricos. *In: MATOS, Fernanda. CARRIERI, Alexandre de Pádua. (ORG) Água e Gênero - Perspectivas e Experiências.* Book, March 2022.

BRASIL. Agência Nacional das Águas (ANA). O Progestão no Ceará: Síntese do Primeiro Ciclo do Programa (2014-2018). **O primeiro ciclo do Progestão no CEARÁ.** Agosto, 2019.

BRASIL. **Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil – 2020.** Informe. Brasília-DF, 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

BRASIL. Lei nº 24.643 de 10 de julho de 1934. **Institui o Código de Águas.** Disponível em: planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d24643compilado.htm. Acesso em: 30 mai. 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.433,** de 08 de janeiro de 1997. Institui A Política de Recursos Hídricos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19433.htm. Acesso em: 30 mai. 2022.

BRASIL. **Mulheres Representam Apenas 12 dos Prefeitos Eleitos no Primeiro Turno.** Superior Tribunal Eleitoral. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias25tse/2020/Novembro/mulheres-representam-apenas-12-dos-prefeitos-eleitos-no-1o-turno-daseleicoes-2020>. Acesso em: 12 mai. 22.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

CASTELLS, Manuel. **Ruptura: a crise da democracia liberal**. Título original: Ruptura La crisis de la democracia liberal. Edição brasileira © 2018. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Editor Ltda.

CASTRO, J. A. Política Social e Desenvolvimento no Brasil. *In: Economia e Sociedade*, v. I. n. 4, 2012. Disponível em: <https://goo.gl/NySV56>. Acesso em: 22 jan. 2022.

CBH. Rio das Velhas. **Perfil dos Comitês de Bacia Hidrográfica**. Agência de Bacias Hidrográficas. Disponível em: www.cbhvelhas.org.br. Acesso em: novembro de 2021.

CBH. **O que gênero tem a ver com gestão das águas?** - Disponível em <http://www.cbhvelhas.org.br/noticias>. <https://cbhvelhas.org.br/noticias-internas/o-quegenero-tem-a-ver-com-gestao-das-aguas>, 20. Acesso em: 22 jan. 2022.

CEARÁ. Assembleia Legislativa. **Caderno Regional das Bacias Metropolitanas**. Conselho de Altos Estudos e Assuntos Estratégicos do Estado do Ceará: Eudoro Santana (org). Fortaleza. INESP, 2009.

CEARÁ. Lei nº 11.996, de 24 de julho de 1992. **Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos, institui o Sistema Integrado de Gestão de Recursos Hídricos - SIGERH e dá outras providências**. Fortaleza, Governo do Estado do Ceará, 1992. Disponível em: <https://belt.al.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao26tematica/desenvregionalrecursos-hidricos-minas-e-pesca/item/1022-lei-n-11-996-de-24-07-92-d-o-de-29-07-92>. Acesso em: 15 mar. 2022.

CEARÁ. Lei nº 12.217, de 18.11.93 (D.O. DE 24.11.93). **Cria a Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos do Ceará - COGERH e dá outras providências**. Fortaleza, Governo do Estado do Ceará, 1993. Disponível em: <https://www.srh.ce.gov.br>. Acesso em: 15 mar. 2022.

CEARÁ. Lei nº 14.844, de 28.12.10. (D.O. DE 30.12.2010). **Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos, institui o Sistema Integrado de Gestão de Recursos Hídricos - SIGERH, e dá outras providências**. Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, 2010. Disponível em: <https://www.srh.ce.gov.br>. Acesso em: 15 mar. 2022.

CEARÁ. Lei nº 11.380 de 1987 (DOE DE 17.12.87). **Cria a Superintendência de Obras Hidráulicas, define a sua estrutura básica e dá outras providências**. Fortaleza-Ce. Governo do estado. Disponível em: <https://belt.al.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao26tematica/desenv-regional-recursos-hidricos-minas-epesca/item/894-lei-n-11-380-de-15-12-87-d-o-de-17-12-87>. Acesso em: 15 mar. 2022.

CEARÁ. Lei nº 9.618, de 18 de setembro de 1972. **Autoriza o Chefe do Poder Executivo a instituir a Fundação Cearense de Meteorologia e Chuvas Artificiais – FUNCEME.** Fortaleza-Ce. Governo do estado. Disponível em: <https://www.srh.ce.gov.br/leis-1972/>. Acesso em: 15 mar. 2022.

CEARÁ. Bacias Metropolitanas. COGERH. Gerência de Tecnologia da Informação. 2019. Datum Sirgas 2000 UTM Zona 245. Escala 1:650.000. **COMPANHIA DE GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS – COGERH. Comitês de Bacias Hidrográficas.** Fortaleza-Ceará. Governo do Estado. Disponível em: <https://portal.cogerh.com.br/comites-de-bacias-hidrograficas/>. Acesso em maio 2022.

CEARÁ. **Mapeamento comunidades quilombolas.** Secretaria de Desenvolvimento Agrário. Iniciado em 2018 e finalizado em março de 2019

CHAUÍ, Marilena. **Democracia e Sociedade Autoritária.** Comunicação & Informação, v. 15, n. 2, p. 149-161, jul./dez. 2012. Palestra proferida no dia 14 de março de 2013, no Espaço Oscar Niemayer, no evento Café de Ideias.

COGERH. Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa/2021. Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos – COGERH. Ano Base 2020.

COGERH. **Livro COGERH 25 Anos.** Valéria Xavier (org). COGERH, d/d.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Relatório. Declaração do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, v. 6, n. 5, p. 153-159, jun. 1992. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/szzGBPjxPqnTsHsnMSxFWPL/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 21 mar. 2022.

CRISTOFOLETTI, Antonio. **Caracterização de Indicadores Geomorfológico Para a Análise da Sustentabilidade Ambiental.** Instituto de Geociência se Ciências Exatas. UNESP, Campus do Rio Claro. s/d.

DALFIOR, Eduardo Tonole. LIMA, Rita de Cássia Duarte. ANDRADE, Maria Angélica Carvalho. **Implementação de políticas públicas: metodologia de análise sob o enfoque da política institucional.** Saúde debate 39 (spe) dez 2015 - <https://doi.org/10.5935/0103-1104.2015S005316> SciELO – Scientific Electronic Library Online.

Debate internacional sobre águas teve início em 1972. **Agência Câmara de Notícias.**

<https://www.camara.leg.br/noticias>. Brasília, 21 mar. 2007. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/96392-debate-internacional-sobre-aguas-teve-inicio-em-1972/>. Acesso em: 22 nov. 2021.

DEBEVEC *apud* MATOS, Fernanda. CARRIERI, Alexandre de Pádua. (ORG) **Água e Gênero - Perspectivas e Experiências**. Book, March 2022.

DEMO, Pedro. **Participação é Conquista**: noções de política de participação. 3 ed. São Paulo; Cortez, 1996.

ENGELS, Friedrich, 1820-1895. **A Dialética da natureza**; prólogo de J.B.S. Haldane. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979. 3~ ed. 240 p. 21 cm (Pensamento crítico, v. 8).

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa**: mulheres, corpos e a acumulação primitiva. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - FIOCRUZ. **Políticas Públicas e Modelos de Atenção e Gestão à Saúde**. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/politicas-publicas-e-modelos-deatencao-saude>. Acesso em: 21 abr. 2022.

GARCIA, Loreley; FADIGAS, Amanda B. M. Os Impactos das Mudanças Climáticas Sobre as Relações Entre Água e Gênero. *In*:MATOS, Fernanda. CARRIERI, Alexandre de Pádua. (ORG) **Água e Gênero - Perspectivas e Experiências**. Book, March 2022.

GERARDO, Di Giovanni. (2009) **As Estruturas Elementares das Políticas Públicas**. Caderno de Pesquisa, Núcleo de Estudos de Políticas Públicas/NEPP, Campinas, SP, n. 82 Disponível em <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=105472>. Acesso em: 22 mai. 2022.

GIOVANNI, G. (2009). **As Estruturas Elementares das Políticas Públicas**. Disponível em <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=105472>.

GOHN, Maria da Glória. Teorias Sobre a Participação Social: desafios para a compreensão das desigualdades sociais. **Caderno CRH**, Salvador, v. 32, n. 85, p. 63-81. jan/abr, 2019.

HARAWAY. Donna. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. **Cadernos Pagu**, v.22, p.201-246, 2004.

HOOKS, Bell. “Mulheres negras: moldando a teoria feminista”. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 16, Brasília, jan-abril 2015, p. 193-210, 356 p.

HOOKS, Bell. **Olhares Negros: raça e representação**. São Paulo: Elefante, 2019.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Expectativa da População para 2021**. Disponível em: Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br>. Acesso abril 2022.

KERGOAT, Daniele. Novas Configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132. São Paulo: Fundação Carlos Chagas

LASWELL, H.D. Politics: Who Gets What, When, How. 1936/1958. *In*: SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

LEAL Márcia Souza. **Gestão Ambiental de Recursos Hídricos: princípios e Aplicações**. Rio de Janeiro, CPRM, 1998.

LANNA, Antonio Eduardo, 1995 *apud* LEAL, Márcia Souza. **Gestão Ambiental de Recursos Hídricos: princípios e Aplicações**. Rio de Janeiro: CPRM, 1998.

LIMA E SILVA, Bruna Camilo de Souza. **Patriarcado e Teoria Política Feminista: possibilidades na ciência política**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência Política. Belo Horizonte, 2019.

LOPES, Ana Catarina Pires de Azevedo Lopes. *In*: MATOS, Fernanda; MODAELLI, Suraya (ORG). **Mulheres Pela Água 2**. Rede Brasil de Organização de Bacias Hidrográficas – REBBOB.

LUGONES, María. “**Rumo a um feminismo descolonial**”. Estudos Feministas, Florianópolis, n. 22, v. 3.

LYNN, L. E. Designing Public Policy: A Casebook on the Role of Policy Analysis. 1980
In:

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. “Mulher, corpo e maternidade”. *In*: GOMES, Flavio e M. Schwarcz, Lilia (Org). **Dicionário de Escravidão e Liberdade**. 1ª ed – São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

MATOS, Fernanda; CARRIERI, Alexandre de Pádua. (ORG) **Água e Gênero - Perspectivas e Experiências**. Book, March 2022.

MATOS, Fernanda; SILVA, Fernanda Rocha da; CKAGNAZAROFF, Ivan Beck y CARRIERI; Alexandre de Pádua (2020): “As Mulheres das Águas: algumas reflexões sobre a participação feminina nos comitês de bacias hidrográficas no Brasil”, **Revista DELOS**, Vol 13 N° 37 (diciembre 2020). En línea: <https://www.eumed.net/rev/delos/37/mulheres-aguas.html>.

MATOS, Fernanda; MODAELLI, Suraya (ORG). **Mulheres Pela Água 2**. Rede Brasil de Organização de Bacias Hidrográficas – REBBOB. Disponível em: www.rebob.org.br/mpa. Acesso em: 21 abr. 2022.

MATOS, Fernanda; MODAELLI, Suraya (ORG). **Mulheres pela água**. Tiragem 500 EXEMPLARES E-book REBBOB. Disponível em: www.rebob.org.br/mpa. Acesso em: 21 abr. 2022.

MARX, Karl. **O Capital**, Tomo 1. 1867. Tradução: J. Teixeira Martins e Vital Moreira. HTML por José Braz e Marxist Internet Archive, 2005. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1867/ocapital-v1/index.htm>. Acesso em: 22 abr. 2022.

MEAD, L. M. Public Policy: Vision, Potential, Limits, Policy Currents. *In*: SOUZA, Celina. **Políticas Públicas**: uma revisão da literatura. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

MINAYO, Maria de Souza (org.). **O desafio do conhecimento - pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo – Rio de Janeiro: HUCITEC ABRASCO, 1992. 269p.

MOLINAS, Pedro Antônio. A Gestão dos Recursos Hídricos no Semiárido **Nordestino**: a experiência cearense. Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará. **Revista Brasileira de Recursos Hídricos**, v. 1 n. 1 Jan/Jun 1996, 67-88

MURARO, Rose Marie; BOFF, Leonardo. **Feminino e Masculino**: uma nova consciência para o encontro das diferenças. Rio de Janeiro: Sextante, 2002.

NAÇÕES UNIDAS/BRASIL. Declaração de Dublin. **Conferência Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**. <http://www.meioambiente.uerj.br/emrevista/documentos/dublin.htm#top>.

NAÇÕES UNIDAS/BRASIL. ODS da ONU: os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável para a década de 2020/2030. Objetivo – **Água Potável e Saneamento**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 15 mar. 2022.

NAÇÕES UNIDAS/BRASIL. Declaração de Dublin. **Conferência Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**. Disponível em: <http://www.meioambiente.uerj.br/emrevista/documentos/dublin.htm#top>. Acesso em: 15 mar. 2022.

NAÇÕES UNIDAS/BRASIL. **Agenda 2030 para o Desenvolvimento**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 14 mar. 2022.

NAÇÕES UNIDAS/BRASIL. **A ONU e o Meio Ambiente**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91223-onu-e-o-meioambiente>. Acesso em 22 de abril 2022.

NAÇÕES UNIDAS/BRASIL. /Mulheres. **Covid-19, Eleições Municipais de 2020 e Desafios para as Candidaturas de Mulheres**. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wpcontent/uploads/2020/12/COVID19_2020_informe3.pdf. Acesso em: 14 mai. 2022.

RODRIGUES, Jovenildo Cardoso. RODRIGUES, Jondison Cardoso. Relação Sociedade-Natureza no Pensamento Geográfico: reflexões epistemológicas. **Revista do Departamento de Geografia – USP**, v. 27 (2014), p. 211-232.

RODRÍGUEZ, José M. Mateo. SILVA, Edson Vicente da. VICENS, Raul Sanchez. Nossos Clássicos: **O Legado de Sochava**. *GEOgraphia* - Ano. 17 - Nº33 - 2015

RODRIGUEZ, José Manuel Mateo; SILVA, Edson Vicente da; CAVALCANTI, Agostinho Paula Brito. **Geoecologia das Paisagens: uma visão geossistêmica da análise ambiental**. Fortaleza: Editora UFC, 2004.

RODRIGUEZ, José Manuel Mateo; SILVA, Edson Vicente da; CAVALCANTI, Agostinho Paula Brito . **Geoecologia das paisagens** [livro eletrônico]: uma visão geossistêmica da análise ambiental /. 6. ed. – Fortaleza: Imprensa Universitária, 2022.

SAFIOTTI, Heleieth. **Gênero, Patriarcado e Violência**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015. 160p.

SALES, Célio Augusto Tavares e. **Contribuição Para um Modelo de Alocação de Águas no Ceará.** 1999, Dissertação defendida no curso de Engenharia Civil da Universidade Federal do Ceará.

SALES, Clara de Assis Jerônimo. **Repartindo as águas do nordeste semiárido:** uma análise comparativa dos modelos de alocação de água adotados no Ceará, paraíba e Rio Grande do Norte. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Gestão dos Recursos Hídricos do Departamento de Engenharia Hidráulica e Ambiental da Universidade Federal do Ceará – UFC. Fortaleza- CE, 2013.

SAMPAIO, Anny Gresielly Sales Grangeiro. **Democracia Participativa e o Papel do Ministério Público no Controle da Atividade Política.** Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Ordem Constitucional da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Direito Fortaleza, 2015.

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço Técnica e Tempo. Razão e Emoção. - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. - (Coleção Milton Santos; 1)

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova.** São Paulo: HUCITEC, 1976.

SANTOS, Milton. **O Espaço dividido.** Rio de Janeiro: Hucitec, 1979.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo:** Globalização e Meio Técnico-Científico Informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

SETTI, Arnaldo Augusto. LIMA, Jorge Enoch Furquim Werneck. CHAVES, Adriana Goretti de Miranda. PEREIRA, Isabella de Castro. **Introdução ao Gerenciamento dos Recursos Hídricos.** 2. ed. Brasília: Agência Nacional de Energia Elétrica, Superintendência de Estudos e Informações Hidrológicas, 2000. 207.

SILVA, M.L.V da. **Gritos, silêncios e sementes:** as repercussões do processo de desreterritorialização empreendido pela modernização agrícola sobre o ambiente, o trabalho e a saúde de mulheres camponesas na Chapada do Apodi/CE. PRODEMA. Dissertação defendida na Universidade Federal do Ceará.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura.** Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45. VARGAS, Éverton Vieira. Água e relações internacionais. **Scielo.** V43nla10.pmn. Disponível em: <https://www.scielo.br/rbpi/a/djNykWPSWWBF4xKekGedy/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 15 mar. 2022.

SORJ, Bila. **O Trabalho Doméstico e de Cuidados**: novos desafios para a igualdade de gênero no Brasil. In *Trabalho Doméstico e de Cuidados: Por outro paradigma da sustentabilidade da vida humana/ organização* Maria Lucia da Silveira e Neuza Tito. São Paulo: Sempreviva Organização Feminista – SOF, 2008.

SPÍNOLA, Juliana Lima. **Participação e Deliberação na Resex Marinha Do Pirajubaé (SC)**. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Meio Ambiente e Desenvolvimento como pré-requisito para obtenção do título de Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade. Federal do Paraná Curitiba/PR 2012

TOLEDO, Cecília. **Mulheres**: o gênero nos une, a classe nos divide. São Paulo: Xamã, 2001.

UNICEF. OMS. **Progress on household drinking water, sanitation and hygiene I 2000-2017**. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/1-em-cada-3-pessoas-no-mundo-nao-tem-acesso-agua-potavel-dizem-unicef-oms>. Acesso em: 22 mai. 2022.

VIEIRA, Tacyele Ferrer. NETO, Francisco Otávio Landim. LEAL, Antônio César. SILVA, Edson Vicente da (Organizadores). **Gestão integrada de bacias hidrográficas** Mossoró – RN: EDUERN, 2017.

APÊNDICE

1- MATRIZ DE PRESSUPOSTOS

Critério - Presença e contribuição das mulheres no CHB-RMF
Pergunta 1- Como ocorreu a sua indicação/eleição para compor o CBH-RMF
Resposta das participantes do CBH-RMF
<p>Foi via, né, COGERH, convidando a Funasa para se fazer presente, eu representante no comitê. E lá dentro da nossa instituição, por indicação da chefia do setor que eu pertença, que é o setor de educação e saúde ambiental, SADU, que é ligado, né, ao serviço de saúde ambiental, CESAM, me indicaram para eu fazer presente no comitê representando a Funasa. (...) E isso foi mais ou menos no ano de... (Fernanda- Funasa)</p> <p>Na realidade, desde quando surgiu o CBH, quando, bem no começo, havia um grupo formado, casualmente, Fórum das águas. E o Grupo de Interesse Ambiental (GIA) sempre foi, procurou independente que a gente tá aqui como voluntário, a gente não ganha para estar em Comitê. É, até eu digo assim, é muito fácil quando você tem uma receita no final do mês, é muito fácil quando você vai receber um salário. (...) Então eu sempre procurei estar envolvida, então quando foi feita a construção do Castanhão, eu estava lá com a irmã Gorete lá na Sabiaguaba, ô não, Sabiaguaba não, lá em Jaguaribara, porque ela tava lutando, porque tava o Tristão Gonçalves. Como é que o Castanhão ia ficar em cima de uma cidade de um grande homem como Tristão Gonçalves. Então foi um junto com a Irmã Gorete nessa luta, então sempre tive... é uma coisa... é minha. Minha assim, Deus deu esse talento e, é importante então eu ia pra luta. Independentemente de ter ganho dinheiro ou não, independente de política ou não, eu nunca... nunca. Eu como pessoa, eu faço porque é um sentimento de agir, sentimento de fazer, então, eu sinto que todo mundo só fala, só fala. Até aqui dentro do Comitê eu comento (...), só fala, então é uma politicagem por trás, sempre há. Essa questão de chegar ao Fórum das águas, foi a construção da CBH, então eu venho desde o começo (Claudia – GIA).</p> <p>A gente compõe o SISAR como essa organização, que engloba oito, nós somos oito SISAR ao todo. E temos muitas mulheres que trabalham dentro do SISAR, mas em relação a um comitê, um conselho gestor, eu realmente nunca tinha participado (Valéria-SISAR).</p>
Fontes: Entrevistas
<p>Questões pendentes:</p> <p>(1) Participação do SISAR noutras gestões do Comitê</p> <p>(2) Como as instituições tomam conhecimento da existência do CBH-RMF e passam a participar das atividades.</p>
<p>(1) O SISAR participa do Comitê desde a 5ª Gestão, embora o sistema tenha sido criado no ano de 1999, em Sobral.</p> <p>(2) Por meio da mobilização realizada pela equipe de mobilização da equipe de participação da COGERH.</p> <p>É porque quando a gente faz o seminário pra formação do comitê, a gente antes faz um diagnóstico institucional, que é o que eu tinha falado. A gente vai em todas as instituições, todo tipo de organização que existe na bacia, e fala sobre o trabalho da gente. Sobre a gestão participativa, sobre o comitê de bacia, sobre a formação do Comitê, a importância do Comitê, e aí a gente faz um (...), antes a gente faz reunião(...) reuniões regionais, por exemplo: metropolitana ela tem o sertão, tem a metropolitana, tem a serra e tem o litoral. São realidades diferentes, mas estão na mesma bacia. (...) Então a gente faz reuniões regionais (...). Antes a gente fazia até as reuniões municipais. Mas, agora a gente faz só as regionais e a gente convidam todas aquelas instituições que nós visitamos. Lá a gente divide por setores, e cada setor escolhe seus representantes. Depois aqueles representantes são escolhidos instituições são escolhidas pra participar do congresso e cada instituição depois, porque na realidade são as Instituições que são escolhidas, não são as pessoas (...) depois de eleitas como membros do comitê mandam o ofício dizendo quem é a pessoa que tá representando, (...) vai representar a instituição, entendeu? Não tem distinção (Clea – Cogeh).</p>

Não tem. O que a gente observa às vezes, e aí tanto faz pra homem e pra mulher, é que o Comitê de bacia, por ele não ter (...) um resultado imediato, ou seja, não (...) é um grupo social, um conselho que vá definir, por exemplo, recurso, não é um CredAmigo, do Banco do Nordeste, (...) então eles acabam enviando gente da periferia. (...) A gente tem isso de forma diversa. (...) Se a gente tem mulheres, e a gente já teve mulheres que são presidentes de comitê, ou vice, (...) muitas delas tomam pra si, (dizem) “quem vai representar sou eu”. Às vezes, eles colocam pra algumas outras que diz assim: “ah, esse comitê aí é só conversa, que não define nada, não vai trazer nada de bom pra gente” - usando palavras que já escutei várias vezes - “coloca uma pessoa pra gente não perder a vaga, mas não é algo que (vamos) dar muita importância”. Então temos as duas situações. Enquanto algumas são mulheres que são realmente empoderadas, (...) presidentes, vices, de alguma Secretaria de um sindicato ou ONG que realmente tenha grande importância, tenha grande (...) atuação dentro da instituição e envia, como também podem colocar alguém afastada, com menos atribuição (...). Tem bastante isso, mas normalmente quem escolhe quem vai representar são as próprias instituições. Já nos chegam quem são as pessoas. A discussão que ainda tentou e eu ainda tô na dúvida se eles conseguiram passar isso lá, porque eles queriam colocar isso no regimento (...) do Acaraú, porque eles estavam querendo colocar um contingente (...), uma cota de mulheres, não lembro se era cinquenta por cento do comitê que tinha que ser de mulheres (Clara Sales – Cogeh).

Fonte: Banco de dados da COGERH e site do SISAR - <http://sisar.org.br/>

Pergunta 2 - O que significa o Comitê para a sua prática cotidiana? Você pode falar um pouco sobre a sua experiência, abordando o que mudou na sua vida desde a sua chegada ao Comitê?

Resposta preliminar

Representa, quer dizer (...) a oportunidade de a gente estar ouvindo, né, as questões que muitas vezes, né, que frequentemente nós levamos aos municípios. Então, aqui, eles apresentam, né, a realidade dele. É o momento de ouvi-los e de estar também melhorando a nossa ação de acordo com o que foi demandado daqui, dos Comitês, né, esse momento, da prática de ouvir os representantes do povo dentro da gestão de água, né (Fernanda – FUNASA).

O Comitê, eu acho que é isso, essa oportunidade. Tanto da sociedade civil como da questão dos órgãos também de participar dessa gestão. Porque nós já sofremos, as comunidades rurais já sofreram muito em 2016 - 2017, nós tivemos um período de mais escassez de água e nós ficamos com comunidades rurais que estão à beira do Canal da Integração, do Canal Trabalhador, ficaram sem água. [né?] Porque eles priorizaram a água para que chegasse a metropolitana Fortaleza [né?] Então isso assim, a gente movimentou as comunidades e, embora essa água tenha sido, é, não, não disponibilizada, mas foram perfurados alguns poços que a gente sabe também. Mas que esses poços eles não resolveram porque a gente está numa área onde água é muito salobra e é pouca, né? Então, não resolveram. E as comunidades à beira do canal, elas foram bastante prejudicadas em detrimento dessa água chegar na capital, né? Então esse fato de a gente participar de um de um conselho, de um Comitê, é muito importante, não é? (Cláudia Valéria - SISAR).

Não, pessoalmente. É muito diferente você ter só a teoria ou ter só a teoria, né, a questão de estar demandando ações para os municípios. E muitas vezes a gente, né, chega até lá o município, porque a nossa ação, nós não somos executores, nós somos assessorias. Então, aquilo ali, a gente conhece uma realidade pequena, porque você vai, né, de município em município. Quando, você passa a fazer parte de um comitê que abrange um número, né, de municípios, porque nós estamos na metropolitana. Então, isso daí lhe dá uma visão maior do todo, daquela, de cada município que estão integrando o comitê (Fernanda – FUNASA).

O Comitê ele é um ponto de encontro porque todo mundo aqui se respeita, então se você tem uma ideia criativa, você coloca. Então recebe essa informação, então o grupo GIA trouxe pra uma dessas

campanhas da, do Comitê de Bacias a Campanha Água do Futuro, criada pelo GIA. Então o Comitê acolhe. Então é uma casa em que não critica, é uma casa que aceita, então ela recebe as suas ideias, agora se vai ser executado, então é uma outra questão. Então o Comitê de Bacias da Região Metropolitana, ele recebe as tuas ideias, tanto acolhe as que já estão como acolhe as que vão chegando, então essa é uma troca. Então... o Comitê eu sinto isso, um acolhimento, e assim, é uma questão o espaço da água... nós somos a própria água, o ser humano é uma água ambulante, é uma água ambulante, 80% então porque que não, por que não, por que não? então o Comitê é isso, quando se fala da importância da sociedade civil, aqui todo mundo é voluntário embora que a maioria tenha vindo pelas suas empresas, pelos seus cargos, pelos seus empregos, né? Eu sinto que eu poderia participar mais né? Por isso que a importância da sociedade civil dentro desse espaço que é a própria, comitê é uma sociedade civil (Claudia- GIA).

Informação recolhida & limitações

Fontes: entrevistas

Questões pendentes

(1) aprendizados em relação a gênero e participação das mulheres

Resposta final

A gente viu, agora que foi eleito? um conselho onde nenhuma mulher foi convidada é, eu fazia parte da antiga gestão, da antiga diretoria e eu não fui convidada. Não é, quer dizer isso que saiu hoje. E entrou outra nova, essa nova não tem nenhuma mulher. Né? Quer dizer. E eu tenho, e eu tenho uma abertura com [...] o presidente e a gente não receberam esse convite, para compor essa chapa. É claro que a história da chapa você pode se colocar, mas assim acho que pela própria dinâmica, eu não me coloquei, mas aí está. Ele formou uma chapa. Então não tem nenhuma composição feminina dentro do comitê de bacia metropolitana. A gente viu agora.

Então você, hoje a atual diretoria é formada por homens e agora foi falado né? Onde está a sociedade civil? Por que as mulheres não se manifestam? (Claudia – GIA).

Referência à eleição da nova diretoria ocorrida em 09/03/2020. As entrevistas ocorreram no dia da eleição, por isso, a menção.

Claudia Valéria foi eleita para a gestão do dia 18/08/2021 a 68ª Reunião Ordinária. (Cláudia Valéria - SISAR).

Critério – Presença e atuação das mulheres junto ao CBH-RMF

Pergunta 3- Você percebe se, ao longo do tempo, houve alteração acerca da presença e contribuição das mulheres no CHB-RMF?

Resposta preliminar

Já. As nossas capacitações, né? Sempre foram com as mulheres. Eu acho que isso daí, esse momento da capacitação é importante e vem acontecendo isso aí (Fernanda Magalhães – FUNASA).

Pois é, às vezes. Na fala ali na hora, né? Mas, eu também não, não, não presenciei esse. Esse tipo [inaudível] (Claudia Valéria – SISAR).

Não foi pensado isso dentro do Comitê, que, vamos ter mais mulheres. Mas a gente perceber, por exemplo na Secretaria Executiva, tem a Clea, agora tem a Patrícia, tem a (...) a Priscila, mas eu acredito que são situações que vem casualmente, não há algo, não há uma estratégia, eu não ve... eu não consigo ver e eu não, nunca passou isso pela nossa cabeça (Claudia – GIA).

Olha, é uma pergunta pra ser observada. Porque nós não temos tempo para observar se tem mais mulheres ou se tem mais homens, a gente vem para as reuniões, a gente entra em contato, é claro que eu sinto falta, que elas deveriam ser mais participativas. Eu sinto que às vezes elas são caladas porque não são pessoas que tomam uma decisão, é representante daquela instituição, às vezes é uma estagiária, às vezes é uma coordenadora, então elas não se sentem, elas não se sentem à vontade de falar, é isso que eu sinto. É isso que eu sinto. Então eu não posso dizer que elas não falam porque elas

não queiram, minha percepção é porque elas vêm representando suas instituições como, vou usar até uma expressão ruim, como tapa buraco. Então, a empresa x manda a mulher para não faltar, mas eu sinto que quem participa mais, levanta a voz, eu sinto que são os homens. [...] É todo mundo... tá apresentando aí dois projetos, então, é todo mundo. Não tem essas histórias de separar por gênero. Às vezes quando a gente tem alguma atividade externa nos Congressos que a gente realiza, pra renovação, é como se separa por segmento, por segmento, mas não por gênero (Claudia -GIA).

Informação recolhida & limitações

Fontes: entrevistas

Limitações da informação recolhida: capacitações em gênero

Questões pendentes

Quantas capacitações tinham por foco o aumento do número de mulheres o CBH.

Resposta final

Não foram encontradas informações acerca do conteúdo pragmático das formações do CH-RMF, por tal, não será possível qualquer menção a essas.

Critério – Presença e atuação das mulheres junto ao CBH-RMF

Pergunta 4 - Há interação entre as mulheres, enquanto sujeitas sociais representantes dos vários segmentos no CBH-RMF, no que tange a definição de estratégia de atuação? Como?

Resposta preliminar

(...) Eu acho que aqui tem toda essa articulação, né? Essa união, essa força para que a gente, aquela pauta que você está falando, seja também aprovada. (...) Eu acho que isso daí acontece (Fernanda – Funasa).

(...) é todo mundo... tá apresentando aí dois projetos, então, é todo mundo. Não tem essas histórias de separar por gênero. Às vezes quando a gente tem alguma atividade externa nos Congressos que a gente realiza, pra renovação, é como se separa por segmento, por segmento, mas não por gênero (Claudia Bezerra – GIA).

Não, acho que não [...] nunca participei não. Nunca que eu recebi esse convite, não (Claudia Valéria – SISAR).

Informação recolhida & limitações

Fontes: entrevistas e atas das reuniões ordinárias e extraordinárias.

Questões pendentes

(1) alguma decisão importante deixou de ser adotada em decorrência por falta de interação entre as mulheres?

Resposta final

As entrevistas, atas e demais registros não forneceram o dado.

Pergunta 7 - Enquanto mulher é possível identificar alguma mudança em relação à gestão das águas na sua instituição, órgão ou empresa? Em caso positivo, qual sua participação?

RESPOSTA PRELIMINAR

Há bastante. O que a gente, nas nossas assessorias, nas nossas relações dentro da FUNASA, a gente foca muito na questão da mulher, porque sempre ela está à frente lá no seu, na comunidade (Fernanda- FUNASA).

Voltar para a questão do direito sanitário. E o que a gente está pensando, que é um pensamento que a gente vê há algum tempo, de fazer uma atividade aqui com o comitê, dentro de alguns municípios, FUNASA, voltar para esses nossos projetos que atendem à zona rural. Então, isso é um propósito nosso, que a gente venha até esse momento, nós, com os nossos projetos, junto

ao comitê, representantes dentro de algum município, que nós temos projetos com recursos liberados pela FUNASA (Fernanda- FUNASA).

A minha Instituição, o Grupo de Interesse Ambiental trabalha com as águas, trabalha com resíduos sólidos, mudanças climáticas, produtos agroecológicos, trabalha com a Juventude, então... porque a nossa bandeira principal se chama educação ambiental, então a educação ambiental, ela permeia tudo, então, quando eu vou fazer um trabalho em que tenha água, então estou tratando de educação ambiental, quando eu vou tratar do assunto, da prática dos resíduos sólidos, eu sei que por trás se eu não tirar os resíduos sólidos a água vai passar, então, o meio ambiente ele não está fragmentado, quem fragmenta é o homem, é o homem quem fragmenta, então, tudo está interligado. O meio ambiente não tem cor, o meio ambiente não tem sexo, o meio ambiente não tem partido, então, é o homem quem fragmenta, então, é o homem quem fragmenta para poder trabalhar, porém o que a gente sabe é que a educação ambiental é que vai possibilitar o entendimento ... a nossa vida planetária, que nós estamos fazendo a nosso reflexo, nossa postura. Então, quando eu estou aqui no Comitê de bacia, pode ter certeza que eu estou levantando a questão da educação ambiental. Como é que eu vou falar da água se eu sou a água ambulante? Só que parece que eu não lembro disso, se eu não tiver água eu não vou viver, mas eu posso passar o dia sem ter um alimento sólido e por sua vez um alimento sólido precisa de água. Então, tudo está interligado (Claudia – GIA).

O GIA desde 2003, 2004, a gente vem trabalhando tanto com a Agenda 21, como a gente vinha trabalhando com as COVIDAS, com as Conferências Infantojuvenil, com a questão das Conferências de Meio Ambiente. Há muito tempo, desde o seu surgimento que a gente trabalha com a Agenda 21. Nós não paramos com as ODS, tudo está interligado. Então não tem essas histórias... Agenda 21. O que a gente está fazendo aqui é agenda 21, só que não diz que é agenda 21 (Claudia – GIA).

INFORMAÇÃO RECOLHIDA & LIMITAÇÕES

Fontes: (i). Entrevista

Questões pendentes

Mudança em relação à gestão das águas na sua instituição, órgão ou empresa

Resposta final

Não foram encontrados elementos significativos.

2- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da pesquisa: Democracia Participativa na Gestão das Águas em Bacias Hidrográficas no Ceará: um estudo da participação e contribuição das mulheres no Comitê de Bacias Hidrográficas da Região Metropolitana de Fortaleza (CE).

Nome da responsável: **Antonia Mendes de Araujo**

Número do CAAE: (inserir após aprovação pelo CEP)

Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa. Este documento, chamado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, visa assegurar seus direitos como participante da pesquisa e é elaborado em duas vias, assinadas e rubricadas pelo pesquisador e pelo participante/responsável legal, sendo que uma via deverá ficar com você e outra com a pesquisadora. Por favor, leia com atenção e calma, aproveitando para esclarecer suas dúvidas. Se houver perguntas antes ou mesmo depois de assiná-lo, você poderá esclarecê-las com a pesquisadora. Se preferir, pode levar este Termo para casa e consultar seus familiares ou outras pessoas antes de decidir participar. Não haverá nenhum tipo de penalização ou prejuízo se você não aceitar participar ou retirar sua autorização em qualquer momento.

Justificativa e objetivos:

A pesquisa justifica-se pela necessidade de identificar o nível de participação, a condição de inserção e a contribuição que as mulheres oferecem à gestão das águas, considerando a dependência que a humanidade tem em relação aos recursos hídricos e a importância da visibilização da participação social das mulheres na gestão da política de recursos hídricos no Ceará. A pesquisa tem por objetivo entender como as mulheres se inserem na participação e controle social da política de recursos hídricos, a partir da sua presença no Comitê de Bacia Hidrográfica da Região Metropolitana de Fortaleza (CBH-RMF). Entender também como as mulheres participam do espaço de discussão e tomada de decisão quanto ao uso da água, no âmbito do CBH-RMF; entender se ocorre e como ocorre a participação das mulheres na tomada de decisão e se há alguma diferença em

relação aos espaços de representação; identificar os indicadores de gênero presentes nos documentos do CBH-RMF; e entender como ocorreu a composição do CBH-RMF, as principais diretrizes e critérios para a composição do mesmo.

Procedimentos:

Você está sendo convidado a participar da pesquisa respondendo ao questionário, estruturado em blocos de perguntas que compreendem questões básicas sobre você e questões que versam sobre a participação e contribuição das mulheres no CBH-RMF. A entrevista será gravada e o uso será exclusivamente para este estudo, resguardado todo o cuidado necessário de armazenamento.

Observações:

A depender da disponibilidade do tempo da entrevistada, poderá a entrevistadora dirigir-se ao local de trabalho ou outro, definido previamente pela entrevistada, ou mesmo utilizar uma plataforma virtual para a realização da entrevista, esta, como último recurso, caso a entrevistada assim deseje.

Desconfortos e riscos:

A priori, esclareço que a pesquisa não apresenta riscos previsíveis, entretanto, você **não** deve participar deste estudo se a empresa ou instituição para qual você trabalha não concordar em abordar o tema de gênero e participação das mulheres ou caso esses temas acarretem algum prejuízo nas suas funções. Porém, para evitar danos de qualquer ordem, o seu nome não será utilizado diretamente, apenas far-se-á referência a seu segmento e ao gênero.

Benefícios:

É possível destacar como principal benefício a compreensão da importância da participação das mulheres na gestão dos recursos hídricos no Ceará, assim como a possibilidade de ampliação da participação femininas e visibilidade da atuação das mulheres na política de gestão de recursos hídricos, como forma de aprofundamento do princípio de gestão democrática e participativa das águas.

Acompanhamento e assistência:

Você tem o direito de acessar os resultados da pesquisa. O estudo completo será disponibilizado para o CBH-RMF, na versão final, em cópia dirigida ao presidente do CBH-RMF. Ainda será possível realizar a apresentação dos resultados da pesquisa aos demais membros, se assim o CBH-RMF entender viável.

A qualquer momento você poderá desistir da pesquisa, caso se sinta desconfortável com as perguntas. Em caso de dano no que se refere ao tema de gênero e participação das mulheres, a pesquisadora coloca-se à disposição para diálogo e intervenção para abordagem do tema com a instituição/organização.

Sigilo e privacidade:

Você tem a garantia de que sua identidade será mantida em privacidade e nenhuma informação será dada a outras pessoas que não façam parte da equipe de pesquisadoras. Na divulgação dos resultados desse estudo, seu nome não será citado e a referência far-se-á com a inclusão do segmento e sexo.

Ressarcimento e indenização:

Esclareço que não haverá ressarcimento de despesas como: transporte e alimentação, considerando o método adotado pela pesquisadora, exceto aqueles previamente comunicados à entrevistadora. O ressarcimento se dará em termo de apresentação de nota fiscal e recibo, ou no caso de deslocamento, apresentação do bilhete de passagem.

Contato

Em caso de dúvidas sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com a pesquisadora: Antonia Mendes de Araujo; telefone (85) 989904375; *e-mail*: antonia.araujo1@gmail.com.

Em caso de denúncias ou reclamações sobre sua participação e sobre questões éticas do estudo, você poderá entrar em contato com a secretaria acadêmica da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO) das 09:00hs às 16:00hs na Avenida Ipiranga no. 1071, sala 608; CEP 01039-903 São Paulo – SP; telefone (11) 3229-2995; e-mail: maestria.estado@flacso.org.br

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).

O papel do CEP é avaliar e acompanhar os aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos. A Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), tem por objetivo desenvolver a regulamentação sobre proteção dos seres humanos envolvidos nas pesquisas. Desempenha um papel coordenador da rede de Comitês de Ética em Pesquisa (CEPs) das instituições, além de assumir a função de órgão consultor na área de ética em pesquisas

Consentimento Livre e Esclarecido:

Após ter recebido esclarecimentos sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, benefícios previstos, potenciais riscos e o incômodo que esta possa acarretar, aceito participar:

Nome do(a) participante da pesquisa: _____

_____ Data: ____ / ____ / ____.

(Assinatura do(a) participante da pesquisa)

Responsabilidade do Pesquisador:

Asseguro ter cumprido as exigências da resolução 466/2012 CNS/MS e complementares na elaboração do protocolo e na obtenção deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Asseguro, também, ter explicado e fornecido uma via deste documento ao participante da pesquisa. Informo que o estudo foi aprovado pelo CEP perante o qual o projeto foi apresentado e pela CONEP, quando pertinente. Comprometo-me a utilizar o material e os dados obtidos nesta pesquisa exclusivamente para as finalidades previstas neste documento ou conforme o consentimento dado pelo participante da pesquisa.



Antonia Mendes de Araujo Data: Fortaleza, ___/___/2022.

3 - ROTEIRO DE ENTREVISTAS SEMI ESTRUTURADO

SEGMENTOS

I - REPRESENTAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

Contato Inicial

- 1) Você pode dizer seu nome e ano de nascimento?
- 2) Qual a instituição a que está vinculada?
- 3) Você já participou de outros Conselhos ou Comitês representando a sua atual instituição? Qual?
- 4) Você já participou de alguma pesquisa ou projeto que tratasse da questão de gênero ou das mulheres?

Questões da pesquisa

- 1) Como ocorreu a sua indicação/eleição para compor o CBH-RMF?
- 2) O que significa o Comitê para a sua prática cotidiana? Você pode falar um pouco sobre a sua experiência, abordando o que mudou na sua vida desde a sua chegada ao Comitê?
- 3) Você percebe se, ao longo do tempo, houve alteração acerca da presença e contribuição das mulheres no CBH-RMF?
- 4) Há interação entre as mulheres, enquanto sujeitas sociais representantes dos vários segmentos no CBH-RMF, no que tange a definição de estratégia de atuação? Como?
- 5) Há o desenvolvimento de estratégia para ampliação do número de mulheres e capacitação para a gestão das águas com o foco em gênero? Como e quais?
- 6) Como as mulheres identificam o impacto das ações do CBH na vida das demais mulheres, não pertencentes ao Comitê?
- 7) Enquanto mulher é possível identificar alguma mudança em relação à gestão das águas na sua instituição, órgão ou empresa? Em caso positivo, qual sua participação?

II - REPRESENTAÇÃO DE USUÁRIOS DE ÁGUA

Contato Inicial

- 1) Você pode dizer seu nome e ano de nascimento?
- 2) Qual a instituição a que está vinculada?

3) Você já participou de outros Conselhos ou Comitês representando a sua atual instituição? Qual?

4) Você já participou de alguma pesquisa ou projeto que tratasse da questão de gênero ou das mulheres?

Questões da pesquisa

1) Como ocorreu a sua indicação/eleição para compor o CBH-RMF?

2) O que significa o Comitê para a sua prática cotidiana? Você pode falar um pouco sobre a sua experiência, abordando o que mudou na sua vida desde a sua chegada ao Comitê?

3) Você percebe se, longo do tempo, houve alteração acerca da presença e contribuição das mulheres no CHB-RMF?

4) Há interação entre as mulheres, enquanto sujeitas sociais representantes dos vários segmentos no CBH-RMF, no que tange a definição de estratégia de atuação? Como?

5) Há o desenvolvimento de estratégia para ampliação do número de mulheres e capacitação para a gestão das águas com o foco em gênero? Como e quais?

6) Como as mulheres identificam o impacto das ações do CBH na vida das demais mulheres, não pertencentes ao Comitê?

7) Enquanto mulher é possível identificar alguma mudança em relação à gestão das águas na sua instituição, órgão ou empresa? Em caso positivo, qual sua participação?

III - REPRESENTAÇÃO DO GOVERNO MUNICIPAL

Contato Inicial

1) Você pode dizer seu nome e ano de nascimento?

2) Qual a instituição a que está vinculada?

3) Você já participou de outros Conselhos ou Comitês representando a sua atual instituição? Qual?

4) Você já participou de alguma pesquisa ou projeto que tratasse da questão de gênero ou das mulheres?

Questões da pesquisa

1) Como ocorreu a sua indicação/eleição para compor o CBH-RMF?

2) O que significa o Comitê para a sua prática cotidiana? Você pode falar um pouco sobre a sua experiência, abordando o que mudou na sua vida desde a sua chegada ao Comitê?

3) Você percebe se, ao longo do tempo, houve alteração acerca da presença e contribuição das mulheres no CHB-RMF?

4) Há interação entre as mulheres, enquanto sujeitas sociais representantes dos vários segmentos no

CBH-RMF, no que tange a definição de estratégia de atuação? Como?

5) Há o desenvolvimento de estratégia para ampliação do número de mulheres e capacitação para a gestão das águas com o foco em gênero? Como e quais?

6) Como as mulheres identificam o impacto das ações do CBH na vida das demais mulheres, não pertencentes ao Comitê?

7) Enquanto mulher é possível identificar alguma mudança em relação à gestão das águas na sua instituição, órgão ou empresa? Em caso positivo, qual sua participação?

IV- REPRESENTAÇÃO DO GOVERNO ESTADUAL/FEDERAL

Contato Inicial

1) Você pode dizer seu nome e ano de nascimento?

2) Qual a instituição a que está vinculada?

3) Você já participou de outros Conselhos ou Comitês representando a sua atual instituição? Qual?

4) Você já participou de alguma pesquisa ou projeto que tratasse da questão de gênero ou das mulheres?

Questões da pesquisa

1) Como ocorreu a sua indicação/eleição para compor o CBH-RMF?

2) O que significa o Comitê para a sua prática cotidiana? Você pode falar um pouco sobre a sua experiência, abordando o que mudou na sua vida desde a sua chegada ao Comitê?

3) Você percebe se, ao longo do tempo, houve alteração acerca da presença e contribuição das mulheres no CBH-RMF?

4) Há interação entre as mulheres, enquanto sujeitas sociais representantes dos vários segmentos no CBH-RMF, no que tange a definição de estratégia de atuação? Como?

5) Há o desenvolvimento de estratégia para ampliação do número de mulheres e capacitação para a gestão das águas com o foco em gênero? Como e quais?

6) Como as mulheres identificam o impacto das ações do CBH na vida das demais mulheres, não pertencentes ao Comitê?

7) Enquanto mulher é possível identificar alguma mudança em relação à gestão das águas na sua instituição, órgão ou empresa? Em caso positivo, qual sua participação?